

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO **Palmas**

Tecnologia em Segurança Pública



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

“Câmpus de Palmas”

Palmas – TO

2023



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS PRÓ-REITORIA DE
GRADUAÇÃO**

Reitor da UNITINS

Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora da UNITINS

Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitora de Graduação

Alessandra Ruíta dos Santos Szapski

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Flavia Gouveia de Faria

Pró-Reitora de Extensão

Kyldes Batista Vicente

Diretora de Ensino

Jeany Castro dos Santos

Diretora de Administração Acadêmica

Leomara Maurício Lustosa

Coordenador Pedagógico Geral

Taís Bogo Monteiro da Silva

Diretor do Câmpus

Ulisses Franklin Carvalho da Cunha

Coordenadora do Curso

Sonia Maria Moreira de Sousa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES.....	9
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.2 IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS.....	9
1.3. HISTÓRICO INSTITUCIONAL – IES.....	10
1.4 MISSÃO DA INSTITUIÇÃO.....	15
1.5 VISÃO DA UNITINS	15
1.6 PRINCÍPIOS E VALORES.....	15
2 CONTEXTO DA REGIÃO.....	17
2.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA	18
3 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	19
3.1 CENÁRIO DA SAÚDE.....	19
3.2 CENÁRIO EDUCACIONAL.....	21
3.3 EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS EMERGENTES.....	23
4 CONTEXTO DO CURSO	25
4.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	28
4.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO.....	29
4.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	30
4.3.1 <i>Objetivo geral</i>	30
4.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	30
4.4 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO.....	31
4.5 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO - COORDENAÇÃO DE CURSO.....	31
4.6 LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO.....	32
4.7 ATOS LEGAIS DO CURSO.....	32
4.8 FORMA DE ACESSO AO CURSO E CONDIÇÕES DE OFERTA.....	32
5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	33
5.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	33
5.2 DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DO CURSO	34
5.3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E SUA CORRELAÇÃO COM O CURSO.....	34
5.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	34
5.5 ESTRUTURA CURRICULAR.....	35
5.5.1 <i>Matriz curricular</i>	36

5.5.2	Conteúdos curriculares.....	44
5.6	ENSINO A DISTÂNCIA.....	88
5.6.1	Oferta de Componentes Curriculares em EaD.....	89
5.6.2	Metodologia.....	89
5.6.6	Critérios de avaliação.....	93
5.6.7	Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS.....	93
5.6.8	Conteúdos Curriculares.....	97
5.7	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	97
5.7.3	Etapas do processo de curricularização.....	101
5.7.4	Critérios para definição dos componentes curriculares.....	102
5.7.5	Metodologia das disciplinas curriculares.....	103
5.8	INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	104
6	COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	106
7	PROPOSTA PEDAGÓGICA	107
7.1	METODOLOGIA DE ENSINO	108
7.2	Princípios estruturadores.....	109
7.3	COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA	110
8	ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL.....	110
8.1	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO.....	110
9	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	112
9.1	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	112
9.2	SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	112
9.3	AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO.....	113
9.4	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA	114
9.5	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES	117
10.1	ATENÇÃO AOS DISCENTES	117
10.2	PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	118
10.3	INCLUSÃO E CIDADANIA	120
10.4	ASSISTÊNCIA PRIORITÁRIA	121
10.5	PROMOÇÃO E PREVENÇÃO	121
10.6	NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL E EDUCACIONAL – NAPE	122
10.7	NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS (NEDIH)	124
10.8	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL).....	125
10.9	OUVIDORIA.....	125

10.10 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	125
10.11 REGISTROS ACADÊMICOS	127
10.12 ACESSO DOS ALUNOS A TIC	127
10.13 NÚCLEOS ACADÊMICOS	128
10.13.1 DCE – Diretório central dos estudantes.....	128
10.13.2 DA – Diretório Acadêmico.....	128
10.13.3 CA – Centro Acadêmico.....	128
11 GESTÃO DO CURSO	129
11.1 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	132
11.2 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	132
11.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE - NDE	133
11.4 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO COLEGIADO DE CURSO	134
12 INFRAESTRUTURA	134
12.1 ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	134
12.2 ESTRUTURA GERAL DO CÂMPUS	134
12.3 INSTALAÇÕES FÍSICAS	134
12.4 EQUIPAMENTOS	136
12.5 BIBLIOTECA	137
12.6 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVO	137
12.7 ESTRUTURA FÍSICA	138
12.7.1 Estrutura Organizacional.....	138
12.7.2 Equipe Técnico-Administrativa.....	138
12.8 SECRETARIA ACADÊMICA	138
12.9 REGISTROS ACADÊMICOS	139
APÊNDICE I – RESOLUÇÃO/CONSUNI	147
APÊNDICE II – INSTRUÇÃO NORMATIVA	148
APÊNDICE III – PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO	157
APÊNDICE IV – PERFIL DO CORPO DOCENTE	158
APÊNDICE V – EXPERIÊNCIA DOCENTE E PROFISSIONAL	164
APÊNDICE VI - DEMOSTRATIVO - REGIME DE TRABALHO	179
APÊNDICE VII – EXPERIÊNCIA EM EAD	182
APÊNDICE VIII – PRODUÇÕES DO CORPO DOCENTE	195

ANEXO 1 – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	212
---	------------

APRESENTAÇÃO

A história institucional da Universidade Estadual do Tocantins passa pela demanda da população de todas as regiões do estado. Nesse sentido, considerando a demanda por formação em Segurança Pública, em todo Estado é que a UNITINS se lança ao desafio de formar profissionais liberais que atuam na segurança pública, bem como servidores da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, visto que este público está presente em todos os Estados da Federação.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Tecnologia em Segurança Pública, atende às necessidades tanto de servidores públicos quanto de particulares, neste sentido, a elaboração do Projeto Pedagógico é resultado da participação de professores experientes nas áreas correspondentes ao curso, os quais articularam as bases legais à concepção de formação profissional de modo a favorecer ao estudante, o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente e crítico.

Coerente com o que é preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico Institucional, o PPC explicita o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais tais como: objetivos, perfil do egresso, metodologia, estrutura curricular, programas de aprendizagem, sistema de avaliação, estrutura física a ser utilizada pelo curso, dentre outros aspectos.

Cônsua de sua responsabilidade com a sociedade e com o desenvolvimento regional, a UNITINS enfatiza a importância da construção dos conhecimentos mediante políticas e planejamentos educacionais, capazes de garantir o padrão de qualidade no ensino, flexibilizando a ação educativa, valorizando a experiência do estudante, respeitando o pluralismo de ideias e princípios básicos da democracia. Desse modo, apresenta um currículo inovador que sistematiza teorias, reflexões e práticas acerca do processo de formação profissional, além de traduzir a filosofia organizacional e pedagógica da unidade acadêmica, as diretrizes e estratégias de seu desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 Identificação da instituição

DADOS DA MANTENEDORA	
Razão Social:	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS UNITINS
CNPJ:	01.637.536/0001-85
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual
Endereço:	Quadra - 108 sul, Alameda 11 - lote -03, Centro. Palmas - TO. CEP: 77.020-122
Telefone(s):	(63) 3218-2941
E-mail:	reitoria@unitins.br
Página (site):	www.unitins.br
Norma de Criação:	Lei n. 3.124, de 14 /07/2016.
Recredenciamento:	Decreto nº. 6.482, publicado no Diário Oficial nº 6.128, dia 14 de julho de 2022.
REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	Augusto de Rezende Campos
CPF:	793 465 701 – 30
RG:	016.504 (2ª Via) /SSP/TO
Telefone:	(63) 32182940
E-mail:	reitoria@unitins.br

1.2 Identificação do câmpus

Nome:	Câmpus Graciosa
Endereço:	Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, Lote 09 Plano Diretor Norte
CEP:	77001-090
Telefone:	63 3218-2943

1.3. Histórico institucional – IES

A Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) tem sua história vinculada à criação do Estado. A necessidade de infraestrutura dos serviços públicos à população se tornou um fator importante de desenvolvimento para o Tocantins demandando, desta forma, a formação profissional de nível superior.

A história da UNITINS está entrelaçada com o processo de desenvolvimento do Estado desde sua criação como primeira Universidade Pública, que, além disso, estabeleceu um vigoroso suporte na formação educativa e profissional das pessoas.

A época da criação do Estado funcionava na região duas instituições de ensino superior mantidas pelo estado de Goiás: a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano - FAFING, com oferta de cursos de licenciatura em História, Geografia, Letras e Ciências no ano de 1985, na cidade de Porto Nacional; e a Faculdade de educação, Ciências e Letras de Araguaína – FACILA, Lei Est. n. 9.470/84, Decreto n. 2.413/84 e Resolução n. 030, de 21 de fevereiro de 1985, com os cursos de Geografia, História, Letras e Matemática; e ainda, em 1985, teve início a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi – FAFICH, em 15 de fevereiro de 1985, mantida pela Fundação Educacional de Gurupi – FEG, com os cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração e Letras, mantida com recursos municipais.

Essas recém-criadas instituições de ensino representaram a primeira oportunidade de formação superior na região, principalmente para professores que, na sua quase totalidade, exerciam uma docência ancorada na formação de nível médio. Criado o estado do Tocantins, tornou-se visível a necessidade de formação destas pessoas para atender os quadros e suas operacionalidades, gestão e desenvolvimento de políticas públicas.

A criação de uma Universidade, portanto, apresentou-se como uma necessidade para qualificação de recursos humanos, produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, principalmente voltadas às questões do desenvolvimento regional. Desse modo, a Universidade do Tocantins (UNITINS), instituída pela Lei n. 136/90 e efetivada via Decreto n.252/90, foi autorizada a funcionar por meio do Decreto Estadual n. 2.021/90, incorporando as Faculdades de Filosofia do norte Goiano de Porto Nacional e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína.

A UNITINS foi concebida como uma instituição que, além de formadora, deveria ser crítica, comprometida com o encargo de atuar de forma efetiva na transformação da realidade do Estado, conforme proposto em seu Projeto Pedagógico, após estudo realizado sobre o contexto socioeconômico, cultural, educacional e financeiro do estado do Tocantins. O propósito do Projeto Pedagógico da recém-criada UNITINS foi à de estruturação de uma Universidade democrática e acessível às populações das diferentes regiões do Estado, bem

como a superação de mazelas presentes em outras Universidades brasileiras, como a dependência ilimitada de recursos públicos (PRETO; PEREIRA, 2008).

A UNITINS foi pensada para ter a cara do Tocantins (CASSIMIRO, 1996), pensada e organizada para atender às demandas do Estado e da região norte do país. Em janeiro de 1991 foi criada uma comissão com o fim de realizar uma ampla consulta à sociedade. As consultas, estudos e informações dos setores de planejamento estratégico do Estado foram os subsídios que indicaram como prioridade para a Universidade a oferta de cursos tecnológicos para interferir na realidade do estado, formação profissional e melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, de modo a favorecer o desenvolvimento socioeconômico da região (PRETO; PEREIRA, 2008).

Com a Lei Estadual n. 326, de 24 de outubro de 1991, a UNITINS foi transformada em autarquia e passou a integrar o Sistema Estadual de Ensino. Para melhor atendimento à população, implantou Centros de Extensão, incorporou as faculdades existentes e estabeleceu o sistema multicampi, destacando-se como instituição de ensino superior em localizações estratégicas para o desenvolvimento regional, com as seguintes áreas de formação:

- Arraias – Pedagogia e Matemática.
- Araguaína – Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina veterinária.
- Colinas – Direito.
- Guaraí – Pedagogia.
- Miracema do Tocantins – Matemática, Administração (com habilitação em Adm. Rural, Adm. Pública e Adm. de Empresas).
- Palmas – Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Direito, Comunicação Social, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis.
- Paraíso do Tocantins – Engenharia de Alimentos, Processamento de Dados.
- Porto Nacional – História, Geografia, Letras, Ciências Biológicas.
- Tocantinópolis – Pedagogia, Matemática.

A personalidade jurídica da instituição era de direito público, com autonomia didático-científica, disciplinar, financeira e patrimonial, pautada pelo art. 207 da Constituição Federal de 1988. Em 1996, novas mudanças com a aplicação da Lei n. 872 de novembro de 1996 remodelaram a Universidade, transformando-a em Fundação Universidade do Tocantins (PEREIRA, 2007).

No ano 2000, a UNITINS retornou a seu caráter de Universidade pública e gratuita, pela Lei n. 1.160 de junho de 2000, uma mudança que resultou na aplicação da Lei Federal n. 10.032, de 23 de outubro de 2000, determinando a doação de todos os *campi* da UNITINS à

recém-criada Universidade Federal do Tocantins (UFT). Com a transferência de patrimônio, estudantes e cursos regulares à UFT, a UNITINS esteve diante de uma nova realidade acadêmica e física. O Decreto n. 1.672/2002 e a Lei n. 1.478/2004 atribuíram novos rumos à instituição, além de outras modalidades de cursos superiores.

Embora compelida pelas circunstâncias a voltar ao ponto de partida e traçar uma nova trajetória em seu papel de instituição estadual de ensino superior, a UNITINS assumiu lugar de destaque no processo de desenvolvimento do estado, realizando atividades relevantes de caráter formativo, científico, tecnológico, cultural. Entre os papéis desempenhados pela instituição nessa fase de recomeço é importante destacar:

- oferta em regime especial em períodos de férias dos cursos de Letras, Geografia, História, Pedagogia, Normal Superior, Ciências Biológicas e Ciências com habilitação em Matemática, Química e Física, para a formação de aproximadamente 12.000 professores das redes estadual e municipal de ensino. Com esse esforço, garantiu que o estado do Tocantins atendesse o cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases – LDB/96 no tocante à qualificação de professores, efetivação de uma educação de qualidade, como um dos quesitos essenciais para efetivação de uma educação de qualidade;
- coordenação Estadual da Pesquisa Agropecuária – OEPA, por meio da Lei n. 1.478/2004, de 25 de junho de 2004, com o objetivo de desenvolver pesquisa agropecuária, gerar tecnologias e inovações que propiciem soluções competitivas para o desenvolvimento rural e territorial sustentável do Tocantins;
- estruturação do Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) e inserção do Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos da UNITINS (NEMET-RH) no Programa do Ministério de Ciência e Tecnologia de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos – PMTCRH;
- Instituição da modalidade EaD na UNITINS com o curso Normal Superior para atender à demanda de formação superior de professores para os anos iniciais da Educação Básica.

Os passos seguintes nessa trajetória levaram à oferta exclusiva de cursos de graduação na modalidade telepresencial (PRETTO; AIRES, 2008), com a criação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Serviço Social em EaD, conforme Parecer CNE/CES n. 140/2004, com a disponibilização de seis mil vagas para o estado do Tocantins. Pela Portaria n. 2.145, de 16 de julho de 2004, do Ministério da Educação, a UNITINS foi credenciada para a oferta de cursos em EaD a nível nacional.

A fase EaD da UNITINS representou um período de notável expansão de conhecimento, de inovação e de aprendizado institucional, tanto para docentes quanto para

técnicos e gestores. Ao lidar com um novo modo de formação superior foi necessário à Universidade operacionalizar metodologias apropriadas ao ensino à distância, elaborar e disponibilizar materiais pedagógicos de apoio à aprendizagem do aluno e apreender novos gestos para a docência em espaços virtuais. Todos esses processos resultaram em uma expertise técnica e pedagógica da UNITINS sobre o formato EaD.

Este período EaD da Universidade alcançou ascensão no Tocantins e no Brasil, não obstante ter sido posteriormente descredenciada. Novamente foi necessário elaborar rotas próprias de atuação, cujo processo foi iniciado com a formação em 2010 de uma Comissão Multilateral composta por membros de órgãos do Estado (UNITINS, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa), com o propósito de subsidiar a UNITINS na elaboração de um projeto de reestruturação institucional. A partir desse esforço conjunto entre a Instituição e instâncias da sociedade, a UNITINS foi autorizada a ofertar cursos presenciais, os conselhos (Consepe e Consuni) foram rearticulados, os regimentos institucionais foram revisados, novas políticas e planos de ação das pró-reitorias foram realinhadas. O plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Universidade do Tocantins – Lei n. 2.317 – foi aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual e publicado no Diário Oficial n. 3.107, de 31 de março de 2010.

Por aprovação unânime nas instâncias do Consepe, do Consuni e do Conselho Curador (Resolução n. 003/2010/Conselho Curador), concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para os cursos presenciais em Engenharia Agrônoma, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social. A UNITINS foi credenciada junto ao Sistema UAB por meio da Portaria MEC n. 837/2010, de 24 de junho de 2010, para oferta dos cursos de licenciaturas em Letras e Pedagogia, a partir de 2011.

Ações, como o Programa de Correção de Fluxo e o Projeto de Reingresso, foram implementadas no mesmo período, para finalização dos oito cursos de graduação na modalidade EaD (Administração, Ciências Contábeis, Fundamentos e Práticas Jurídicas, Letras Português-Espanhol, Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Tecnologia e Análise de Sistemas).

Em 26 de março de 2014, por meio da Lei Estadual n. 2.829, a UNITINS voltou ao modelo multicampi: em Araguatins, com os cursos de Letras e Pedagogia; em Augustinópolis, com os cursos de Ciências Contábeis, Direito e Enfermagem; em Dianópolis, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito e em Palmas com os cursos de Direito, Engenharia Agrônoma, Serviço Social e Sistemas de Informação.

Em julho de 2014 foi lançado o edital para provimento do quadro de docentes da UNITINS. Um momento importante para a história da Universidade, uma vez que seu primeiro e único concurso foi realizado em 1991, a partir do Decreto n. 2.044, tendo ocorrido pela Lei n.

326 (GOMES; SCHIER; MAGRO, 2013). Os docentes aprovados representaram o início de oportunidades que faltavam à Universidade, como a de estabelecer novos cursos, de desenvolver pesquisas na graduação, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

O ano de 2016 assinalou mais uma mudança no regime jurídico da UNITINS por meio da Lei n. 3.124, que a tornou uma autarquia de regime especial, com gestão administrativa, financeira, patrimonial, didática e científica, vinculada à Secretaria da Educação, Juventude e Esporte. Com essa mudança, voltou a ser intitulada “Universidade Estadual do Tocantins”. A alteração estruturou um novo perfil para a Universidade, devido ao quadro pequeno de docentes concursados para pleno exercício de suas atividades. Algo necessário para constituir o viés teórico e epistemológico dedicado ao enriquecimento intelectual voltado à produção de pesquisas e publicações e para uma formação profissional e intelectual mais ampla e capacitada voltada a atuação social e ao mercado de trabalho. Outras mudanças decorreram desse foco, dentre elas a eleição para reitor e vice-reitor, a partir de 2020, com mandato de três anos, e a reserva de 50% das vagas na Universidade para alunos provenientes da rede pública. No que tange a Revista Humanidades e Inovação, criada em 2014, alcançou estrato A2 na avaliação em 2019, tornando-se referência como periódico de publicações científicas na área das humanidades no estado e região.

A UNITINS conta com órgãos vinculados ao ensino, pesquisa e extensão dentre os quais se destacam: Complexo de Ciências Agrárias e seus Núcleos: NEMETH/RH (Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos), NUDAM (Núcleo de Desenvolvimento e Avaliação do Desempenho Ambiental), NUTA (Núcleo Tocantinense de Arqueologia), NZT (Núcleo de Zoologia e Taxidermia), NIT (Núcleo de Integração Tecnológica), com forte intento na pesquisa agropecuária.

Diante dessa trajetória história de mudanças e de luta para proporcionar uma educação de qualidade na região norte do Brasil, a UNITINS investiu em seu quadro de professores concursados, buscou o pleno exercício de atividades de pesquisa propondo a criação do curso *stricto sensu* com o título Educação, Estado e Conflitos Sociais, de natureza interdisciplinar, o curso pretende investir em pesquisas sobre instituições sociais e questões sobre violência, as relações entre a contribuição das tecnologias na contemporaneidade e expressões sociais envolvidas, conflitos e penalizações sociais.

Por fim, objetiva criar caminhos multirreferenciais na produção do conhecimento que se destinam a desenvolver pesquisas capazes de envolver questões relacionadas à região e à sociedade que a constitui. Em face à carência de programas *stricto sensu* no norte do país, em especial, cursos de mestrados interdisciplinares em sociedade e humanidades, a proposta aqui

pleiteada pretende contribuir para o desenvolvimento da UNITINS e comunidade acadêmica da região.

A proposta da IES destina-se a atender com relevância social, política e educacional a demanda reprimida de oportunidades de estudos e formação profissional no estado do Tocantins e regiões circunvizinhas como, sul do Maranhão, sul do Piauí, sudeste do Pará, norte de Goiás, nordeste do Mato Grosso, sudoeste da Bahia. Como também, atender aos estudantes da UNITINS, egressos de seus cursos de graduação em bacharelados e licenciaturas ofertados pela IES.

1.4 Missão da instituição

Promover a formação integral inovadora no ensino superior para contribuir com o desenvolvimento regional do estado do Tocantins (PDI, 2023-2027).

1.5 Visão da Unitins

Consolidar-se, até 2027, como instituição pública do estado do Tocantins, promovendo o desenvolvimento regional, por meio de práticas acadêmicas e tecnologias inovadoras integradas às demandas da sociedade (PDI, 2023-2027).

1.6 Princípios e valores

A UNITINS pauta-se sobre os principais pilares conceituais da responsabilidade social: Respeito aos diversos sujeitos envolvidos (colaboradores internos, acadêmicos, fornecedores e parceiros institucionais), responsabilidade ambiental e cooperação para a minimização dos impactos sociais trazidos pela atividade humana.

Sob o olhar da ética, a Universidade vem oferecendo uma educação de qualidade, voltada para o avanço da ciência e da tecnologia, que carrega especial destaque no aspecto inclusivo da modalidade presencial e a distância permitindo assim, a todo cidadão a oportunidade de uma graduação.

No que se refere aos valores da instituição, os mesmos são pautados:

- Inclusão Social;
- Ética;
- Transparência;
- Comprometimento e engajamento com a sociedade;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Respeito à diversidade;
- Cordialidade no ambiente de trabalho;
- Democracia participativa (PDI, 2023-2027).

1.7 Base legal da instituição

A Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, foi criada por meio da Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016 e por meio do Decreto nº 6.482, de 14 de julho de 2022, foi recredenciada e seus Campi de Araguatins, Augustinópolis, Dianópolis e Palmas.

Com base nos princípios legais e no cumprimento de sua função social, a UNITINS procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de acordo com Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 e seu estatuto entre outras.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, foi desenvolvido, considerando o embasamento legal a seguir.

- Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Portaria n. 413, de 11 de maio de 2016. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- Parecer CNE/CES n. 436/2001. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.
- Parecer CNE/CP n. 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
- Parecer CNE/CES n. 277, de 7 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- Parecer CNE/CP n. 17/2020, aprovado em 10 de novembro de 2020 – Reanálise do Parecer CNE/CP n. 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei n. 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010 que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade.
- Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES.
- Resolução nº 143, de 25 de outubro de 2022, que dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

O Projeto Pedagógico é resultado de um trabalho em conjunto, organizado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) – juntamente com a coordenação do curso. Todo corpo docente também foi convidado a participar, revisando o programa de suas disciplinas, atualizando a bibliografia e adequando a metodologia de ensino e o sistema de avaliação de forma a estruturar o curso conforme as Diretrizes Curriculares e as recomendações do MEC.

2 CONTEXTO DA REGIÃO

Situada da região central do Estado e também da cidade de Palmas, a UNITINS se mostra promissora em relação a oferta de curso superior na área de Segurança Pública pelo fato de contar com servidores da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, visto que o curso é de natureza exclusiva, sendo ofertado para um grupo específico de profissionais.

De modo geral, a finalidade do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é atender a demanda dos governos Municipais, Estaduais e Federais e de instituições particulares em relação a formação superior de seus servidores e de prestadores de serviços a estas instituições, quando for o caso, que atuam na área de Segurança Pública. O curso deve proporcionar ao tecnólogo em Segurança Pública o trabalho interdisciplinar com professores de outras áreas, as quais poderão integrar as Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de aprendizagem dos objetos de conhecimento inerentes ao curso. O ensino seja oferecido de forma a equilibrar os objetos de conhecimento das áreas do conhecimento

associadas à Segurança Pública de forma a capacitá-los para o exercício profissional e para participação como cidadãos responsáveis e transformadores da sociedade.

Os princípios que norteiam o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública contêm em sua proposta o desenvolvimento de habilidades e competências que visa o exercício da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz, em relação às atividades de prevenção e enfrentamento das conflitualidades contemporâneas. O exercício profissional exige visão sistêmica, identificação das características, necessidades e desafios da sociedade na formulação das políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e das relações entre as pessoas. Envolve o domínio de dispositivos administrativos, penais e processuais penais referentes às ações de segurança pública; conhecimentos que possibilitem a compreensão das teorias e abordagens sociopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas às áreas de atuação; habilidades pessoais para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza. O curso deve enfatizar, considerando as diversas possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública relacionadas a: segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa.

Todos esses princípios devem servir como referência para a formação de profissionais com competências para atuar na área de segurança pública.

2.1 Área de influência

O curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) do Câmpus Palmas/Graciosa, busca o atendimento de uma demanda exclusiva dos servidores públicos e prestadores de serviços a esta instituição na área de segurança pública em busca de formação acadêmica superior. No primeiro semestre de 2022 serão ofertadas, de forma simultânea, duas turmas de 50 alunos para atender a demanda represada do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins. Para as demais turmas serão ofertadas, semestralmente 50 vagas, em conformidade com os termos constante da cooperação técnica entre as duas instituições.

O caráter heterogêneo da população do estado do Tocantins coloca para a UNITINS o desafio de promover práticas educativas que possibilitem o desenvolvimento do ser humano e que elevem o nível de vida de sua população.

A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é significativa porque poderá atender boa parte dos cidadãos de Palmas e de municípios próximos, tais como: Miracema, Paraíso, Porto Nacional, bem como dos distritos de Taquaruçu e Luzimangues.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública ofertado pela UNITINS em Palmas é gratuito e sua relevância é constatada em decorrência da área de abrangência de suas

características e de seu caráter de excelência em qualidade que certamente impacta no desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado do Tocantins e suas áreas de influência.

3 CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

O município de Palmas está localizado na região central do estado do Tocantins. Segundo dados atualizados do IBGE em 2022, a população está estimada em 334.454 pessoas, oriundas de várias regiões do país.

Com a criação do estado do Tocantins e, conseqüentemente de Palmas, houve o crescimento populacional não só de Palmas, mas também das demais cidades tocantinenses, este aspecto desencadeou um aumento da demanda por profissionais na área da segurança pública em todo o Estado e com isto a necessidade de ampliação do quadro de servidores para atender esta demanda.

O perfil socioeconômico das pessoas que poderão ingressar no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) é de servidores públicos da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e profissionais que prestam serviços a instituições públicas dos governos municipal, estadual e federal.

Para a escolha do Campus Palmas para a oferta do curso de Tecnologia em Segurança Pública, observou-se as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, na esfera pública ou no setor privado, dos profissionais na região central, bem como nas demais regiões do Estado; considerando a demanda existente no mercado de trabalho, conforme destaca a ocupação econômica das regiões administrativas. Atualmente o campus oferta os cursos superior de Bacharelado em Direito, Engenharia Agrônoma, Serviço Social, Sistema de Informação e o curso de Licenciatura em Pedagogia.

3.1 Cenário da saúde

Ocorreu na década de 90 e início do ano 2000 uma forte adesão dos municípios à descentralização da gestão da atenção básica e vigilância com as Normas Operacionais Básicas – NOBs, mais por imposição do financiamento das políticas públicas do que por aceitação de responsabilidade sanitária. Por sua vez, a descentralização de ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar ainda é lenta e desafiadora no Estado. No que se refere à descentralização pela NOB, 96, apenas 8 municípios aderiram a alguma forma de habilitação da Gestão Plena do Sistema Municipal; na Norma Operacional de Assistência à Saúde NOAS/01 apenas Palmas, que depois retrocedeu, e o Estado foi um dos últimos da federação a se habilitar, no ano de 2004. Em compensação, no Pacto pela Saúde o Estado foi o primeiro a

aderir no País – em setembro de 2006, seguido no decorrer dos anos, por 84 dos seus 139 municípios, sendo que a maioria só possuía atenção básica.

Os profissionais de Vigilância em Saúde, no período de 1997 a 2005, em 8 municípios foram descentralizados na Média Complexidade pela NOB (Almas, Formoso do Araguaia, Gurupi, Itacajá, Nazaré, Palmas, Palmeirópolis e Paranã) e passaram a ser gestores e gerentes das unidades de saúde de seu território, sendo que o município de Almas perdeu a habilitação, ficando apenas 7. Atualmente 87 municípios solicitaram a descentralização de ações e serviços de saúde enquanto modalidade de gestão e gerência de serviços seja pelo Pacto pela Saúde ou pelo Decreto n. 7.508/11 – envolvendo a atenção básica, a vigilância em saúde e serviços de média complexidade. Hoje há uma forte pressão dos gestores municipais nos espaços das Comissões Intergestores, numa tentativa de (des)responsabilização sanitária, com um discurso de “devolver” ao Estado os poucos serviços e unidades de baixa e média complexidade ambulatorial e hospitalar sobre responsabilidade destes entes (gestão e/ou gerências), principalmente Hospitais de Pequeno Porte (HPP), Hospitais Municipais e Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), com a justificativa de que “não suportam mais o alto custo para manter estes serviços, denotando um retrocesso na operacionalização do PLANO ESTADUAL DE SAÚDE – TOCANTINS – 2016/ 2019.

No que tange a regionalização, atualmente o Estado possui 8 (oito) Regiões de Saúde com conformações distintas de serviços e interdependência das regiões onde estão situados os maiores municípios que agregam mais serviços de média e alta complexidade. Com alto custo para implantação e manutenção de ações e serviços de saúde e de recursos humanos, o Estado é o segundo da federação na aplicação de receita própria em saúde: em 2014 com 21,47% e no segundo quadrimestre de 2015 passou de 22% (22,12%, sendo: 18,78% Pessoal, 3,31% Custeio e apenas 0,03% para Investimentos). A Rede de Atenção à Saúde vem se estruturando de forma fragmentada por meio de Redes Temáticas que não se integram, subfinanciada, além do desafio de consolidação da governança regional no âmbito do SUS.

Nos termos do Decreto Federal n. 7.508/11, a região tem a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. Desta forma, foram estabelecidos vários estudos nas reuniões da Câmara Técnica de Gestão da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, em articulação com gestores municipais e técnicos do estado, que compuseram o 3º redesenho de Regionalização definindo as novas regiões de saúde passando de 15 para 8, aprovadas consoante a Resolução CIB – TO n. 161/2012. Por meio de critérios específicos definiram o recorte regional, de ações e serviços de saúde mínimos para composição da Região em 5 eixos: atenção primária: 80% de cobertura ESF e suficiência da AB na região; urgência e emergência: 1 Pronto Socorro funcionando 24h todos os dias da semana com

cirurgião geral e atendimento obstétrico de risco habitual (cesárea) na região; atenção psicossocial: pelo menos 1 CAPS I na região; atenção ambulatorial especializada e hospitalar: atendimento ambulatorial em clínica médica e cirurgia geral e hospitalar nas clínicas médicas, cirúrgicas e obstétricas; Vigilância em saúde: equipe de vigilância constituída legalmente no município.

3.2 Cenário educacional

O Governo do Tocantins assumiu o compromisso de garantir a Educação – direito de todos – como fator de desenvolvimento social e econômico e como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária nos termos das legislações federal e estadual.

A educação superior visa ao desenvolvimento do ser humano, à difusão da ciência e da tecnologia e ao preparo do cidadão para o desempenho de suas funções no mercado de trabalho. Assim, a educação superior tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.

A educação superior estadual organiza-se, academicamente, na forma de universidades, centros universitários, faculdades integradas e institutos que, quando criados ou incorporados, mantidos pelo poder público estadual ou municipal, podem organizar-se em fundações ou autarquias especiais.

O acesso ao ensino superior, no contexto brasileiro, apresenta um dos mais baixos índices da América Latina. No Tocantins, a realidade não é diferente, apesar de existirem onze instituições de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino como Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS que vem oferecendo a educação gratuita e de qualidade que é direito de todos e dever do Estado e da família, vem sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) considera as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito a qualidade da oferta e de atendimento na educação superior, ao desenvolvimento econômico e à política institucional de expansão para a área tecnológica, de maneira plenamente adequada.

Compreender que a aprendizagem ocorre em espaços e tempos diferentes do formal, além de observar as exigências da vida em sociedade e as necessidades regionais é buscar desenvolver profissionais com autonomia acadêmica, capacidade de adaptação e controle de habilidades socioemocionais.

É notório que o mercado de trabalho exige profissionais com alta capacidade de inovar e criar frente às situações/problema apresentadas. Capazes de gerir o tempo, tomar decisões acertadas, ser flexíveis e proativos, que busquem colaborativamente a solução de conflitos, além de possuir habilidades tecnológicas desenvolvidas.

Diante dessa exigência, é responsabilidade da academia desenvolver tais habilidades, preparando seus acadêmicos para uma atuação fundamentada em tanto em pressupostos teóricos quanto operacionais. Para tanto, o PPC do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), a exemplo dos demais, incorpora as metodologias ativas de ensino como parte das práticas dos docentes, visando proporcionar aos acadêmicos uma aprendizagem mais abrangente e significativa.

A exemplo do que se discute no país, o Ensino Híbrido passa a compor a forma metodológica da Instituição que busca, constantemente, o aperfeiçoamento dos profissionais de seu quadro docente, visando oportunizar discussões e reflexões sobre os processos de ensinar e aprender.

No contexto da conjuntura educacional da região norte do Brasil, dados do Censo da Educação de 2010 (MEC/Inep, 2012), informa que esta região lidera o crescimento do acesso ao Ensino Superior no País, com uma evolução de 148,3% na última década, acima da média nacional que foi de 110,1%. OMEC/Inep (2012) indicam também que a região norte registrou, entre 2001 e 2010, o maior crescimento do País quanto ao índice de acesso à graduação e pós-graduação. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2010) o Censo da Educação Superior, registrou 352.358 estudantes matriculados em cursos presenciais na região Norte. Em 2001, eram apenas 141.892 alunos.

Para o Ministério da Educação, o crescimento das vagas na região Norte é explicado pelo aumento da oferta de cursos tecnológicos e à distância. Palmas, no que tange à educação superior é uma referência estadual. A cidade conta com importantes Instituições de Ensino Superior. Segundo o Cadastro Nacional de Cursos e instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, a cidade possui duas Universidades: Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e Universidade Federal do Tocantins (UFT), um Instituto Federal do Tocantins (IFTO), três centros universitários: Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP) e Centro Universitário Católica do Tocantins (UNICATÓLICA) e Centro Universitário ITOP (UNITOP). Até o ano de 2008 pertenciam ao sistema estadual do Tocantins 12 (doze) instituições de ensino superior.

O curso de Tecnologia em Segurança Pública da Unitins, representa para o Estado do Tocantins, a possibilidade de mudança da realidade socioeconômica da sociedade tocantinense, além de proporcionar o aumento da oferta dos mais variados serviços de segurança, o que

reforça a importância da oferta do curso que tem no seu arcabouço teórico-técnico-metodológico a formação do profissional hábil nas atividades da segurança pública.

3.3 Empreendedorismo, inovação e tecnologias emergentes

Disseminar a cultura do empreendedorismo constitui uma das funções precípua da Universidade no intuito de incentivar e apoiar a elaboração de projetos inovadores. Uma Universidade empreendedora desenvolve ações que estimulam a inovação, a proatividade, as parcerias e os riscos organizacionais.

O empreendedorismo proporciona uma mudança no ambiente acadêmico conservador no sentido de valorizar o conhecimento por meio de aplicações práticas de pesquisa e ensino, gerando um aumento no desenvolvimento econômico, cultural e social. Ele estimula a inovação, o estímulo à criatividade, protege a propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, além de formar pessoas qualificadas para o mercado.

A Universidade com o viés empreendedor fomenta a utilização dos benefícios da tecnologia para descentralizar o poder, redefinir valores, criar novas alianças e reformular o status quo, buscando disseminar o conhecimento entre Universidade/instituições públicas: Universidade produzindo pesquisa e tecnologia e as empresas, apropriando-se dos conhecimentos, transferindo-os a sociedade e beneficiando-a.

As atividades de empreendedorismo entre os estudantes, por meio da pesquisa, tornam-se uma maneira de disseminar a cultura empreendedora no meio acadêmico. O desenvolvimento das atividades acadêmicas, associadas às pesquisas, contribuirá para o atendimento das demandas do estado do Tocantins no que se refere ao desenvolvimento econômico e social na comunidade, além de proporcionar à atual geração, um novo perfil profissional adaptado a realidade social contemporânea.

Para ser considerada como uma Universidade empreendedora, Etzkowitz (2003) define como sendo aquela que é capaz de gerar uma direção estratégica, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na Universidade em um valor econômico e social. Considera a Universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes constituem uma fonte de potencial empreendedora.

A Universidade Estadual do Tocantins, ciente do seu papel na formação do cidadão empreendedor estabelece que, caberá aos colegiados de cursos e seus respectivos NDEs definirem quais competências empreendedoras e tecnológicas pretendem desenvolver nos cursos e por meio de quais métodos. Para tanto, adotará as competências empreendedoras definidas pela ONU em 2011, e disseminadas no Brasil por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Essas competências estão divididas em:

busca de oportunidade, iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade, eficiência, estabelecer metas, busca de informações, planejamento, monitoramento contínuo, persuasão, independência, autoconfiança, rede de contatos e o assumir riscos calculados (SEBRAE, 2021).

O desenvolvimento das competências empreendedoras e tecnológicas, a critério do NDE e Colegiado de Curso, poderá ocorrer em componentes curriculares específicos em que o objeto de estudo seja Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias, e/ou em outras competências no decorrer do curso. Tais competências a serem trabalhadas consta no PPC do curso, por meio dos componentes curriculares específicos (ementas e respectivas bibliografias) ou, de forma transversal em outras disciplinas, de maneira a contemplar e contextualizar a área de atuação do referido curso.

O sistema educativo é responsável por desenvolver as competências digitais básicas, preparando os discentes para as exigências da sociedade digital. Não mais se duvida que a alfabetização digital deve ser um dos objetivos curriculares. Atualmente, as pessoas esperam poder trabalhar, aprender e estudar em qualquer lugar e a qualquer hora, porque as tecnologias móveis, que se usam diariamente, são cada vez mais “*cloudbased*” (sediadas em nuvens), aumentando as possibilidades de acesso à informação independentemente do dispositivo ou do local.

A tecnologia por si só não resolverá os problemas educacionais numa sociedade em constante transformação. Por isso, a tecnologia deve ser encarada como um meio significativo capaz de ajudar a superar as necessidades dos discentes e as exigências da sociedade de que faz parte.

Nesta perspectiva e atenta às tendências tecnológicas apresentadas na publicação Tendências na educação digital: as previsões do Horizon Report (2020), a UNITINS atribui ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública a incumbência de incluir em suas rotinas pedagógicas as tecnologias emergentes a seguir.

- *Augmented and virtual reality* – realidade virtual e aumentada: a realidade virtual cria ambientes gerados por computação gráfica que simulam a presença da pessoa. Já a realidade aumentada sobrepõe uma camada de informação digital ao mundo físico por meio de uma tela.
- *Makerspaces* – espaços maker: ambientes que aliam robótica com impressora 3D e outros recursos em espaços para explorar a criatividade e aprender com as mãos na massa.
- *Affective computing* – computação afetiva: propõe que humanos podem programar máquinas para reconhecer, interpretar e simular emoções humanas.

- *Mobile Learning* – aprendizagem móvel: o foco já não está nos aplicativos, mas sim na conectividade e conveniência. Questões como a responsividade, ubiquidade (acesso a qualquer hora, em qualquer lugar) e personalização de conteúdo;
- *Mixed reality* – realidade mista: trata de um espaço híbrido que integra tecnologias digitais com o mundo físico, criando simulações de ambientes que misturam os dois mundos. São exemplos a holografia e realidade aumentada interativa, com possibilidade de interação com os objetos virtuais.
- A aprendizagem baseada em jogos educativos – gamificação: nas últimas décadas tem aumentado o interesse em saber como podem os computadores e os videogames aumentar as experiências de aprendizagem. Os jogos estão a ganhar cada vez mais credibilidade como ferramentas educacionais.

4 CONTEXTO DO CURSO

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) está fundamentada na matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública de 2014, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96; no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017; na Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021 e no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia de 2016.

No que se refere a Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, em seu Capítulo II, estabelece os seguintes princípios a serem observados na Educação Profissional e Tecnológica:

- I. articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- II. respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III. respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV. centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- V. estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do

conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;

VI. a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

VII. indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino-aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;

VIII. interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX. utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino-aprendizagem;

X. articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XI. observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII. observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho; reconhecimento das identidades de gêneros, étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIII. reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

XIV. autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

XV. identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI. autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

XVII. fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

XVIII. promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

Toda a lógica de formação da nova educação profissional está centrada no modelo do currículo por competências. A necessidade de se garantir, nos processos formativos da educação profissional, a flexibilidade, interdisciplinaridade e a contextualização curricular estão continuamente reiteradas nos principais documentos normativos, desde o Decreto n. 21.208/97 até o Parecer CNE/CP n. 29/02 e Resolução CNE/CP n. 03/02.

A interdisciplinaridade integra o saber, propiciando a compreensão da relevância e do significado dos problemas estudados, favorecendo, conseqüentemente, os processos de intervenção e busca de soluções. Expressa ainda a necessidade de reconstruir o pensamento em novas bases, recuperando dimensões como a criatividade, a imaginação e a capacidade de lidar com a incerteza. A interdisciplinaridade não significa uma justaposição de saberes, nem implica uma comunicação reduzida entre as disciplinas. Envolve a elaboração de um contexto mais geral, no qual as disciplinas em contato são modificadas, passando a depender claramente uma das outras. Promove, portanto, intercâmbios mútuos e recíprocas integrações entre as disciplinas.

O ensino baseado na interdisciplinaridade tem grande poder estruturador, pois as definições, os contextos e os procedimentos que são estudados pelos alunos são organizados em torno de unidades mais globais, que agregam estruturas de conceitos e metodologias compartilhadas por várias disciplinas, capacitando os alunos para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar novas questões. Além disso, a interdisciplinaridade favorece a realização de transferências das aprendizagens já adquiridas em outros contextos e amplia a motivação para aprender.

A estrutura curricular estabelecida busca assegurar o conhecimento da profissão, visando também conhecimentos complementares que possibilitam preparo para lidar com os desafios da vida em sociedade, além de permitir articulação do ensino com atividades de pesquisa e extensão. O campo de atuação do Tecnólogo em Segurança Pública, conforme Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016, p. 148) está assim discriminado

Planeja, formula, implanta, gerencia e supervisiona ações preventivas no âmbito segurança pública. Orienta e intervém em situações de manutenção da ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação.

No que se refere a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2010, p. 48), a descrição sumária dos Cabos e Soldados do Corpo de bombeiros militar são:

Realizam resgates e salvamentos; combatem incêndios; previnem acidentes e sinistros; preparam-se para ocorrências. Atendem ocorrências com produtos perigosos. Trabalham conforme normas e procedimentos técnicos, de segurança e preservação do meio ambiente. Estabelecem comunicação, triando e transmitindo informações, transmitindo e recebendo mensagens.

Quanto ao prosseguimento de estudos na Pós-graduação, o tecnólogo em Segurança Pública poderá se dar de forma interdisciplinar na área de ciências sociais e humanidades, além de outras.

4.1 Identificação do curso

Nome do curso	Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública
Habilitação	Tecnólogo em Segurança Pública
Eixo ou área	Eixo Tecnológico: Segurança
Modalidade	Cooperação Técnica n. 13/2021, processo n. 2021.20321.000
Carga horária	1.710 horas 60 (minutos) - horas-relógio
Vagas ofertadas	50 alunos por turma
Regime de matrícula	Semestral
Turno de oferta	Integral
Duração do curso	Mínimo de 1 ano e 6 meses, máximo de 2 anos.

O curso de tecnólogo é diferente do bacharelado pela sua ênfase na formação e atuação profissional, pelo foco no conhecimento tecnológico e suas aplicações, e, principalmente, pelo objetivo de atender, no caso do tecnólogo em Segurança Pública, exclusividade os servidores de carreira de segurança pública. O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS é um curso de graduação plena tecnólogo, que tem por finalidade formar

profissionais com o título de Tecnólogo em Segurança Pública, com capacidade para atuar na área de segurança pública do estado do Tocantins e de outros Estados da Federação.

Para atingir o seu propósito, o curso apresenta uma proposta exequível, conteúdo de formação que integra, por um lado, conhecimentos teórico, que visam o desenvolvimento e compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos voltados para a formação do profissional que desenvolverá suas atividades na manutenção da ordem pública, segurança comunitária e defesa civil, desenvolvendo raciocínio abstrato, lógico e analítico, capacitando o futuro tecnólogo como tomador de decisões objetivas e racionais. Por outro lado, os objetos de conhecimento de formação técnica e humanístico visam proporcionar o desenvolvimento de habilidades de negociação, postura empática e dialógica, facilitando o tratamento e o convívio, a motivação e a liderança do profissional.

Assim, tendo como referência o Projeto Pedagógico Institucional (PDI, 2018-2022), o compromisso da UNITINS com a formação profissional dos acadêmicos de graduação implica na apropriação dos objetos de conhecimento e habilidades mínimas referentes ao exercício da profissão, articulação dos conhecimentos com as demandas cotidianas da vida profissional e a capacidade de responder com competência, os desafios inerentes à prática profissional.

Todo esse esforço educativo visa contribuir para a formação de profissionais capazes de, no exercício da profissão, agir como agentes de transformação e construção da sociedade, dotado de competências para, não só preservar o conhecimento acumulado historicamente, mas, também, construir novos conhecimentos por meio da pesquisa e da prática reflexiva, não se limitando ao ambiente da Universidade, tampouco aos objetos de conhecimento programáticos dos componentes curriculares.

A Universidade, como o próprio nome sugere, deve propiciar uma universalidade de ideias, ações, posicionamentos, a fim de que o estudante forme sua convicção a respeito de determinados temas. Para tanto, a UNITINS se coloca aberta para a comunidade na medida em que participa das discussões da sociedade, propõe projetos sociais, empresariais e comunitários, integrando conhecimento científico, técnico e popular de forma dialética.

4.2 Justificativa do curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS resulta do Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2021 (ANEXO 1), firmado com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO). O referido acordo tem como objeto estabelecer a cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, para oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação, em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como de atividades de pesquisa e publicações científicas de interesses comuns, objetivando

o aperfeiçoamento e a qualificação dos servidores estaduais pertencentes ao quadro do CBMTO.

Conforme determina a Lei nº 2.665 de 18 de dezembro de 2012, os servidores concursados do CBMTO devem realizar o Curso de Formação de Praças (CFP), que visa capacitar o servidor para à promoção Graduação de Soldado 2º Classe, Soldado 1º Classe e Cabo. Em 2021 o CBMTO realizou concurso público para para o provimento de vagas do quadro de oficiais bombeiro militar, 15 vagas para cadete, e do quadro de praças bombeiro militar (100 vagas para aluno-soldado), conforme Edital nº 1 – CBMTO, de 08 de fevereiro de 2021 (Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/cbm_to_21/arquivos/ED_1_2021_CBMTO_ABERTURA.PDF).

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública foi criado para capacitar os 100 candidatos aprovados para o quadro de praças bombeiro militar (aluno-soldado) no referido certame, com vistas à promoção Graduação de Soldado 2º Classe, Soldado 1º Classe e Cabo. Por isso, foram ofertadas 100 vagas, previstas para funcionar com 2 turmas de no máximo 50 alunos, nos turnos matutino e vespertino.

É importante ressaltar que a finalidade do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é atender a demanda de instituições Municipais, Estaduais e Federais e de instituições particulares em relação a formação superior de seus servidores e de prestadores de serviços, quando for o caso, que atuam na área de Segurança Pública. Por isso, a oferta de novas turmas fica condicionada à necessidade destas instituições.

4.3 Objetivos do curso

4.3.1 Objetivo geral

Preparar profissionais do Corpo de Bombeiros Militar para compreender o exercício das atividades de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política em um Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção e repúdio a qualquer forma de intolerância com foco nos direitos humanos.

4.3.2 Objetivos específicos

- Capacitar profissionais a posicionar-se de maneira crítica, ética, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões.
- Contribuir na formação de agentes transformadores da realidade social e histórica do país, identificando as características estruturais e conjunturais da realidade social e as

interações entre elas, a fim de contribuir ativamente para a melhoria da qualidade da vida social, institucional e individual.

- Capacitar profissionais (agentes públicos) que valorizem a diversidade brasileira, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, classe social, crença, gênero, orientação sexual, etnia e outras características individuais e sociais.
- Desenvolver competências conceituais, atitudinais e procedimentais para atuação em atividades de Bombeiro Militar referente a coordenação e execução de ações de defesa civil; prevenção e o combate aos incêndios; proteção, busca e salvamento em alturas, terrestre e aquático de pessoas e bens.
- Capacitar os profissionais no domínio de diversas técnicas e procedimentos, inclusive os relativos ao uso da força, e aos equipamentos e às armas de menor potencial ofensivo para o desempenho da atividade de segurança pública, utilizando-os de acordo com os preceitos legais.
- Fomentar a utilização de diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade em situações que requerem a atuação das instituições e dos profissionais de segurança pública.
- Desenvolver habilidades voltadas a segurança das pessoas e de seu patrimônio, contra incêndio e catástrofes ou pânico; perícia de incêndios; resgate de vítimas de acidentes e sinistros.
- Capacitar profissionais aptos a analisar projetos contra incêndio e pânico, fiscalizar sua execução, aplicar sanções e interdições em edificações ou locais de concentração de público que não apresente as condições de segurança exigidas por normas vigentes.

4.4 Endereço de funcionamento

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) será ofertado no Câmpus Palmas, situado à Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, Lote 09, CEP: 77001-090, Plano Diretor Norte, Palmas -TO.

4.5 Endereço de funcionamento - Coordenação de curso

Coordenadora do Curso				
Nome:	Sonia Maria Moreira de Sousa			
End.:	108 Sul, Alameda 11, Lote 03			
Cidade:	Palmas	UF	TO	CEP: 77020-122
Fones:	(63) 3218-4901			
E-mail:	sonia.mm@untins.br			

4.6 Legislação que regulamenta a profissão

A profissão de tecnólogo baseia-se na observância dos dispositivos legais e regimentais institucionais: Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014; Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Resolução CNE/CP n. 2, de 22/12/2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

A profissão de tecnólogo baseia-se na organização da educação profissional e tecnológica de graduação no Ministério da Educação, publicada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia em 2016, orienta por meio de eixos tecnológicos os cursos superiores de tecnólogos. O curso superior de Tecnologia em Segurança Pública está incluso no eixo tecnológico de segurança.

Ressalta-se ainda, que o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está pautado na observância aos dispositivos legais e regimentares institucionais, entre eles: LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20.12.1996); SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; (Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004).

4.7 Atos legais do curso

Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS alicerça-se na legislação em vigor, especificamente na Constituição da República Federativa do Brasil – CF/88, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/96, no Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014 e nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (Resolução CNE-CP n.1, de 5 de janeiro de 2021).

Autorização/reconhecimento/renovação de reconhecimento

- **Ato de Criação:** Resolução/Consuni nº 002, de 16 de fevereiro de 2022.

CEE/TO:

4.8 Forma de acesso ao curso e condições de oferta

Conforme o regimento acadêmico da instituição o ingresso nos cursos de graduação da UNITINS dar-se-á nas seguintes modalidades:

- I. vestibular;
- II. transferência interna;
- III. mudança de turno;
- IV. reingresso;
- V. transferência externa, nas seguintes formas:
 - a) transferência facultativa;

b) transferência ex-officio.

VI. admissão de portador de diploma;

VII. admissão de acadêmicos estrangeiros;

VIII. outras modalidades de ingresso aprovadas pelo Consepe, ou emanadas de legislação superior, homologadas pelo Consuni.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está previsto para funcionar com 2 turmas de no máximo 50 alunos nos turnos matutino e vespertino.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1 Perfil profissional do egresso

O perfil do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS – Câmpus Palmas atende ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 2016. Sendo assim, o egresso auxilia no planejamento, formulação, implantação e fiscalizações, com ênfase na execução de ações preventivas no âmbito segurança pública; orienta e intervém em situações de manutenção da ordem pública, segurança comunitária, polícia técnico-científica e polícia investigativa; defesa civil, socorro, vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública forma o profissional tecnicamente habilitado e consciente da sua relevante função, portanto, apto a contribuir com a redução da violência social, assim o egresso estará apto a:

- compreender as questões científicas, técnicas e sociais que se referem à Segurança Pública, planejando e gerindo ações e equipes;
- capacidade de atuar com segurança no socorro de vidas e bens em situação de risco;
- tratar das causas e impactos dos fenômenos da violência sobre um determinado coletivo social ou conjunto de segmentos de uma sociedade, produzindo entendimentos específicos que direcionem políticas públicas na área;
- diagnosticar fatores de risco e pontos fracos na segurança pública do Estado;
- entender o processo de gestão de recursos humanos, administrativos e financeiros de uma organização ou unidade operacional de segurança pública;
- contribuir com a elaboração, planejamento, implantação e avaliação dos resultados das políticas públicas e segurança pública;
- atuar em ações de proteção ao meio ambiente no que tange a prevenção e o combate aos incêndios florestais;
- ensinar a população quanto a importância dos sistemas, de saber usar os sistemas de segurança contra incêndio e pânico exigidas para alguns tipos de edificações;
- socorrer pessoas vítimas de mal emergências clínicas ou traumas;

- identificar novas demandas na área de segurança pública a partir da dos conteúdos e práticas estudadas e apreendidas.

5.2 Diferenciais competitivos do curso

Considerando as exigências por formação superior dos Policiais Militares e do Corpo de Bombeiro Militar, presentes no art. 68 da Lei n. 2.578, de 20 de abril de 2012, Publicada no Diário Oficial n. 3.612, de 20/alínea “m”; combinado com o art. 26, inciso I, alínea “a”, itens 2 e 3 da Lei Complementar n. 131, de 30 de setembro de 2021, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS viabilizará a permanência e continuação do egresso que poderá integrar o quadro de docentes da instituição, logo que preencha os requisitos necessários para colaborar com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do curso em tela, na condição de convidado.

5.3 Políticas institucionais e sua correlação com o curso

As políticas de ensino de graduação são efetivadas pela PROGRAD, que atua no desenvolvimento constante de mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico institucional e dos seus cursos, dos talentos humanos (docentes, discentes, técnico-administrativos) e da gestão acadêmica. Essas ações são exercidas de forma colaborativa entre os diversos setores órgãos que a compõem e com as demais unidades administrativas da UNITINS, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC.

As ações são pautadas nos princípios democráticos de responsabilidade e de inclusão voltados à promoção da cidadania, bem como na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de proporcionar aos alunos a inserção e comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol da coletividade.

5.4 Organização curricular

Os professores não devem simplesmente repassar objetos de conhecimento conteúdos previamente programados e massificados sem analisar sua importância e necessidade no contexto social em que os egressos estarão inseridos. Pelo contrário, a seleção e a organização dos objetos de conhecimento conteúdos devem ser feitas a partir do pressuposto de que teoria e prática se constituem numa unidade.

Deve-se dar ao estudante a oportunidade de redescobrir o conhecimento existente a partir de sua exposição aos objetos de conhecimento, conteúdos selecionados. A seleção dos conteúdos, portanto, leva em consideração: a superação linear e hierarquizada dos saberes; enfoques multirreferencializados com a ciência e a tecnologia; respeito aos conhecimentos

prévios de todos os estudantes alunos e articulação com novos conhecimentos construídos no processo de formação; busca de interfaces entre ensino, pesquisa e extensão; sinalizações teóricas e práticas sobre os entrelaçamentos entre habilidades técnicas e humanísticas; predominância da formação sobre a informação e o comprometimento com os valores éticos e humanísticos.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS contempla, ainda, as Políticas de Educação Ambiental, conforme a determinação da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

5.5 Estrutura curricular

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS é fruto de estudos e discussões realizados por uma equipe multidisciplinar da PROGRAD, o que contribuiu para um rico debate a respeito da formação do profissional de Segurança Pública.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS – Câmpus Palmas formará o profissional para atuar na Segurança Pública dos Estados. Nesse sentido, a estrutura curricular está baseada na oferta dos componentes curriculares e nos princípios que norteiam a formação do tecnólogo referente a dinâmica do setor produtivo e das demandas da sociedade.

Nesse sentido, o tecnólogo em Segurança Pública deverá possuir um repertório de informações e habilidades constituídas pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, decorrente do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, assim como da consolidação posterior da atuação profissional, conforme os princípios que norteiam o profissional de Segurança Pública que diz respeito a manutenção da ordem pública e defesa civil da sociedade.

Assim, a prática pedagógica prevista neste PPC a intencionalidade de promover a reflexão crítica das práticas de Segurança Pública. Desse modo, busca promover a compreensão dos sentidos e significados da atuação profissional.

O currículo está organizado em semestres, sendo que, para efetivação das disciplinas, cursam-se disciplinas presenciais e EaD, distribuídas em cada um dos semestres . Entre elas, constam as que dão suporte conceitual às atividades práticas.

5.5.1 Matriz curricular

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA	
Curso: Superior de Tecnologia em Segurança Pública	
Grau: Tecnólogo	
Turno: integral	
Vigência: 2023/2	
Duração: Duração mínima: 1 (um) ano e 6 (seis) meses - duração máxima 2 anos	
Carga Horária Total: 1.710 horas	

MATRIZ CURRICULAR I		MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA						
Disciplina		Carga Horária	Crédito	CH Presencial		CH a Distância	Hora-Relógio	Hora-Aula
				Teórica	Prática			
1º SEMESTRE								
1	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	60	4	50	10	-	60	75
2	Atendimento Pré-Hospitalar I	60	4	30	30	-	60	75
3	Sistema de Comando de Incidentes	30	2	-	-	30	30	37,5
4	Segurança Contra Incêndio e Emergência	90	6	70	20	-	90	112,5
5	Salvamento Aquático	60	4	15	45	-	60	75
6	Salvamento em Altura	90	6	50	40	-	90	112,5
7	Salvamento Terrestre	90	6	40	50	-	90	112,5
8	Anatomia e Fisiologia Humana	90	6	60	30	-	90	112,5
SUBTOTAL		570	-	315	225	30	-	712,5
2º SEMESTRE								
9	Legislação Institucional e Ética Profissional	60	4	60	-	-	60	75
10	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	60	4	30	30	-	60	75

11	Atendimento Pré-Hospitalar II	60	4	30	30	-	60	75
12	Noções de Direito Processual Penal Militar	30	2	30	-	-	30	37,5
13	Sistemas e Informática do CBMTO	60	4	60	-	-	60	75
14	Combate a Incêndio Urbano	90	6	40	50	-	90	112,5
15	Direito Penal Militar	30	2	30	-	-	30	37,5
16	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	-	-	60	60	75
17	Noções de Operações com Produtos Perigosos	60	4	-	-	60	60	75
18	Sistema de Proteção e Defesa Civil	30	2	-	-	30	30	37,5
19	Estágio Profissional Supervisionado	120	8	10	110	-	120	150
SUBTOTAL		660	-	290	220	150	-	825
3º SEMESTRE								
20	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60	4	-	-	60	60	75
21	Didática de Ensino	60	4	-	-	60	60	75
22	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	60	4	-	-	60	60	75
23	Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública	60	4	-	-	60	60	75
24	Filosofia dos Direitos Humanos	60	4	-	-	60	60	75
25	Políticas de Educação Ambiental	60	4	-	-	60	60	75
26	Política das Relações Étnico- raciais, Afro-brasileira, e Indígena	60	4	-	-	60	60	75
27	Inglês para fins acadêmicos	60	4	-	-	60	60	75
SUBTOTAL		480	-	-	-	480	-	600
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA								605
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA								445
CARGA HORÁRIA TOTAL PRESENCIAL								1.050
CARGA HORÁRIA EaD								660
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO								1.710

Nos termos da Instrução Normativa nº 001, de 24 de Fevereiro de 2023, que Regulamenta as ações de extensão, como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins, apresenta-se a Matriz Curricular II, do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, contemplando os componentes curriculares, para desenvolvimento das ações de extensão, que passará a vigorar para as próximas turmas. As ações de extensão, serão realizadas por meio do Projeto Integrador I e Projeto Integrador II, no 1º e 2º semestre.

O quadro a seguir, apresenta uma nova estrutura em relação a distribuição dos componentes curriculares nos semestres: 1º e 2º, assim como a identificação dos componentes curriculares, que não integrarão a nova matriz (II):

OFERTA DAS DISCIPLINAS NA MATRIZ VIGENTE - MATRIZ CURRICULAR I	SEMESTRE	MATRIZ CURRICULAR I	OFERTA DAS DISCIPLINAS NA NOVA MATRIZ - MATRIZ CURRICULAR II	SEMESTRE	MATRIZ CURRICULAR II
	1º	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho		2º	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
	1º	Salvamento Aquático		-	A disciplina Salvamento Aquático não integrará a matriz II, pois foi substituída pelo Projeto Integrador I.
	2º	Metodologia da Pesquisa Científica		1º	Metodologia da Pesquisa Científica
	2º	Estágio Profissional Supervisionado		-	A disciplina de Estágio não integrará a matriz II, pois foi substituída pelo Projeto Integrador II.

A matriz curricular II contempla também as disciplinas eletivas, considerando a flexibilização da oferta dos componentes curriculares, com abordagens de conteúdos complementares que enriquecem a formação do profissional de Segurança Pública.

1º Semestre		2º Semestre		3º Semestre	
Metodologia da Pesquisa Científica	60	Legislação Institucional e Ética Profissional	60	Empreendedorismo Organizacional* Eletiva III	60
Atendimento Pré-Hospitalar I	60	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	60	Didática de Ensino	60
Sistema de Comando de Incidentes	30	Atendimento Pré-Hospitalar II	60	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	60
Segurança Contra Incêndio e Emergência	90	Noções de Direito Processual Penal Militar	30	Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública	60
Salvamento em Altura	90	Sistemas e Informática do CBMTO	60	Filosofia dos Direitos Humanos	60
Salvamento Terrestre	90	Combate a Incêndio Urbano	90	Políticas de Educação Ambiental	60
Anatomia e Fisiologia Humana	90	Direito Penal Militar	30	Política das Relações Étnico- raciais, Afro-brasileira, e Indígena	60
Projeto Integrador I – Atividade de Extensão	60	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	60	Inglês para fins acadêmicos* Eletiva IV	60
Fundamentos da Gestão Pública* Eletiva I	60	Noções de Operações com Produtos Perigosos	60		
Língua Brasileira de Sinais – Libras* Eletiva II	60	Sistema de Proteção e Defesa Civil	30		
		Projeto Integrador II – Atividade de Extensão	120		
*Somente duas das 4 disciplinas eletivas I, II e III e IV, serão computadas para o acadêmico.					

MATRIZ CURRICULAR II		MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA							
Disciplina		Carga Horária	Crédito	CH Presencial		CH a Distância	CH Extensão	Hora-Relógio	Hora-Aula
				Teórica	Prática				
1º SEMESTRE									
1	Metodologia da Pesquisa Científica	60	4	-	-	60	-	60	75
2	Atendimento Pré-Hospitalar I	60	4	30	30	-	-	60	75
3	Sistema de Comando de Incidentes	30	2	-	-	30	-	30	37,5
4	Segurança Contra Incêndio e Emergência	90	6	70	20	-	-	90	112,5
5	Salvamento em Altura	90	6	50	40	-	-	90	112,5
6	Salvamento Terrestre	90	6	40	50	-	-	90	112,5
7	Anatomia e Fisiologia Humana	90	6	60	30	-	-	90	112,5
8	Projeto Integrador I – Atividade de Extensão	60	4	-	-	-	60	60	75
9	Eletiva I	60	4	-	-	60	-	60	75
10	Eletiva II	60	4	-	-	60	-	60	75
SUBTOTAL		690	-	250	170	210	60	-	862,5
2º SEMESTRE									
11	Legislação Institucional e Ética Profissional	60	4	60	-	-	-	60	75
12	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	60	4	30	30	-	-	60	75
13	Atendimento Pré-Hospitalar II	60	4	30	30	-	-	60	75
14	Noções de Direito Processual Penal Militar	30	2	30	-	-	-	30	37,5
15	Sistemas e Informática do CBMTO	60	4	60	-	-	-	60	75
16	Combate a Incêndio Urbano	90	6	40	50	-	-	90	112,5
17	Direito Penal Militar	30	2	30	-	-	-	30	37,5
18	Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	60	4	50	10	-	-	60	75
19	Noções de Operações com Produtos Perigosos	60	4	-	-	60	-	60	75
20	Sistema de Proteção e Defesa Civil	30	2	-	-	30	-	30	37,5
21	Projeto Integrador II – Atividade de Extensão	120	8	-	-	-	120	120	150
SUBTOTAL		600	-	330	120	90	120	-	825
3º SEMESTRE									

22	Eletiva III	60	4	-	-	60	-	60	75
23	Didática de Ensino	60	4	-	-	60	-	60	75
24	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	60	4	-	-	60	-	60	75
25	Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública	60	4	-	-	60	-	60	75
26	Filosofia dos Direitos Humanos	60	4	-	-	60	-	60	75
27	Políticas de Educação Ambiental	60	4	-	-	60	-	60	75
28	Política das Relações Étnico- raciais, Afro-brasileira, e Indígena	60	4	-	-	60	-	60	75
29	Eletiva IV	60	4	-	-	60	-	60	75
SUBTOTAL		480		-	-	480	-	-	600
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA									580
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA									290
CARGA HORÁRIA TOTAL PRESENCIAL									870
CARGA HORÁRIA TOTAL - EXTENSÃO									180
CARGA HORÁRIA EaD									660
CARGA HORÁRIA TOTAL - ELETIVA									120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									1.710

ELETIVAS						
Disciplinas		Carga Horária	Crédito	CH a Distância	Hora-Relógio	Hora-Aula
1	Fundamentos da Gestão Pública	60	4	60	60	75
2	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	4	60	60	75
3	Empreendedorismo Organizacional	60	4	60	60	75
4	Inglês para fins acadêmicos	60	4	60	60	75

Observação: das 4 disciplinas eletivas (cada disciplina com 60hs) ofertadas no 1º e 3º período, o aluno deverá escolher 2 para cursar, que totalizará 120hs, para integralização curricular. As disciplinas eletivas são obrigatórias para o aluno.

As 4 disciplinas eletivas constam na matriz, mas somente duas serão computadas na matriz para o acadêmico.

- Na soma da carga horária das disciplinas no 1º semestre, o total será de 690hs, no entanto, uma das eletivas não deverá ser contabilizada, na carga horária total do semestre. Da mesma forma, o total de carga horária – EAD será: 210hs, mas uma das eletivas não deverá ser contabilizada, no somatório total da carga horária – EAD. Há um acréscimo também no total da hora-aula de 862,5, mas sem a contabilização de uma eletiva, a carga horária é: 712,5.
- No 3º semestre também, a soma da carga horária das disciplinas, totalizará 480hs, no entanto, uma das eletivas não deverá ser contabilizada, na carga horária total do semestre. Da mesma forma, o total de carga horária – EAD será: 480h, mas uma das eletivas não deverá ser contabilizada, no somatório da carga horária – EAD. Há um acréscimo também no total da hora-aula de 862,5, mas sem a contabilização de uma eletiva, a carga horária é: 712,5. O total de hora-aula neste semestre é: 600, mas sem a contabilização de uma eletiva, a carga horária total é: 525.

APRESENTAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES EM HORA-AULA E HORA-RELÓGIO		
MATRIZ CURRICULAR I		
COMPONENTES CURRICULARES	HORA-RELÓGIO	HORA-AULA
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA	605	756,25
CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA	445	556,25
CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	660	825
CARGA HORÁRIA TOTAL	1.710	2.137,5

APRESENTAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES EM HORA-AULA E HORA-RELÓGIO		
MATRIZ CURRICULAR II		
COMPONENTES CURRICULARES	HORA-RELÓGIO	HORA-AULA
CARGA HORÁRIA TOTAL TEÓRICA	580	725

CARGA HORÁRIA TOTAL DE PRÁTICA	290	362,5
CARGA HORÁRIA TOTAL - EXTENSÃO	180	225
CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	660	825
CARGA HORÁRIA TOTAL	1710	2.137,5

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, obedece ao mínimo de carga horária definido para os cursos dessa área, que é de 1600h, conforme define nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos Superiores de Tecnologia, conforme Resolução CP/CNE no 03, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia e a Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016, que aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

A carga horária dos componentes curriculares constantes na matriz curricular do curso está organizada em horas-relógio de 60 minutos (conforme Resolução n.3, de 2 de julho de 2007). Considerando que a UNITINS adota a hora aula de 48 minutos, obtém-se a carga horária total do curso também em horas aula, por meio da seguinte fórmula:

Cálculo do quantitativo de horas-aula:

- $HA = (HR \times 60) / 48$
- Onde
 - HA = número de horas-aula
 - HR = número de horas-relógio

Cálculo do quantitativo de horas-relógio:

- $HR = (HA \times 48) / 60$
- Onde:
 - HR: número de horas-relógio
 - HA: número de horas-aula.

A primeira fórmula calcula o número de aulas necessários no semestre para a disciplina, já a segunda fórmula calcula a carga horária total do curso em horas relógio, ambas tendo em vista a hora aula de 48min adotada pela IES.

5.5.2 Conteúdos curriculares

1- Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60	Carga Horária: 4
<p>Ementa: A ciência e os diferentes tipos de conhecimentos. Epistemologia da ciência. Conhecimento e métodos científicos: Tipos de pesquisa. Estrutura do projeto de pesquisa. Técnicas de estruturação e elaboração de projetos de pesquisa. Normas e Técnicas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos segundo a ABNT.</p>	
<p>Objetivo Geral: Capacitar o acadêmico no conhecimento das técnicas de estruturação e elaboração de trabalhos científicos e incentiva-lo para o processo de iniciação científica na Universidade.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.</p> <p>MASCARENHAS, Sidnei A. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.</p> <p>TOMAINO, Bianca <i>et. al.</i> Metodologia científica fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2016.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARANHA, M. S. F. (org.). Desenvolvendo competência para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.</p> <p>CASARIN, Helen de Castro Silva. Pesquisa científica da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012.</p> <p>FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Série Inclusão Escolar -Livro Eletrônico).</p>	

GASTRO, Glaudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Editora Pearson, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **A língua brasileira de sinais**. Série Atualidades pedagógicas. V. III, fasc. 7. Disponível em: www.ines.org.br/ines_livros/livro.html. Acesso em: 02 fev. 2022.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PÁDUA, Elizabeth Matalho Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. São Paulo: Papyrus, 2019.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis: [s.n.], 2008.

2 - Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar I	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: Capacitação para entender e aplicar na prática os seguintes conceitos: Sistema de Emergências Médicas (SEM). A Ocorrência. O Corpo Humano. Biomecânica do Trauma. Avaliação Geral do Paciente. Ressuscitação Cardiopulmonar. Aspiração e Oxigenioterapia. Hemorragias e Choque. Ferimentos em Tecidos Moles. Esqueleto Humano. Esqueleto Axial. Manipulação e Transporte de Paciente.	
Objetivo Geral: Capacitar o discente para atuar em atendimentos de socorro a pessoas em situação de traumas e emergências clínicas.	

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar às Urgências. **Protocolos de Suporte Básico de Vida**. Brasília, DF, 2014.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Manual de Atendimento Pré-hospitalar**. Palmas: CBMTO, 2021. Disponível em: <https://intranet.bombeiros.to.gov.br/files/bole/BOS1377-2021-08-02.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Protocolo de Suporte Básico de Vida**. Goiânia: CBMGO, 2020. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/PROTOCOLO_DE_SUORTE_BASICO_DE_VIDA_DO_CBMG_O_2020_v2.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

COPPOLA, Damon P. **Communicating Emergency Preparedness**. 2017.

FREIRE, Thays Araújo. **Manual de atendimento Pré-Hospitalar**. 2. ed. Salvador, BA: Editora Sanar, 2021. 1.072 p.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS: **Prehospital Trauma Life Support, Military Edition**: Prehospital Trauma Life Support, Military Edition. 9th ed. [S. l.]: Jones & Bartlett Publishers, 2019.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS: **PHTLS: Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado**. 9. ed. Editora: Artmed, 2020. 786 p.

OLASVEENGEN, Theresa M. *et al.* Adult basic life support: 2020 international consensus on cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care science with treatment recommendations. **Circulation**, v. 142, n. 16_suppl_1, p. S41-S91, 2020. Disponível em: <https://www.ahajournals.org/doi/epub/10.1161/CIR.0000000000000891> . Acesso em: 09 fev. 2022.

OLIVEIRA, Beatriz Monteiro; PAROLIN, Mônica Koncke Fiuza; TEIXEIRA JÚNIOR, Edison Vale. **Trauma atendimento pré-hospitalar**. 4. ed. S. l: Atheneu, 2021. 640p. ISBN 9786555861600

Bibliografia Complementar:

HARGREAVES, Luiz Henrique Horta; DANTAS, Rodrigo Assis Neves. **Atendimento pré-hospitalar e múltiplas vítimas/ catástrofes:** desastres, enchentes, deslizamentos, tornado, furacão, terrorismo. 2016, 720p. ISBN 978-8588656680

MARLIÉR, Márcio L. R. **O Suprasumo do Atendimento Pré-Hospitalar (APH).** 1. ed. Editora: Sparta, 2016. 384 p.

MORAES, Márcia Vilma G. de. **Atendimento Pré-Hospitalar - Treinamento da Brigada de Emergência do Suporte Básico ao Avançado.** 1. ed. Editora: Iátria, 2010. 160 p.

OLIVEIRA, Norival Santolin de. **Atendimento Pré-Hospitalar Traumático e Clínico – APHTC.** 1. ed. 580 p.

SANTOS, Daniel de Carvalho Oliveira. **Prevenção aquática:** uma análise das ações do CBMDF voltadas à redução dos casos de afogamento no Distrito Federal. 2020.

SHAH, Ashfaq Ahmad *et al.* Disaster risk management insight on school emergency preparedness—a case study of Khyber Pakhtunkhwa, Pakistan. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 51, p. 101805, 2020.

SANTANA, Júlio César Batista; DUTRA, Bianca Santana; MELO, Clayton Lima. **Atendimento pré-hospitalar: procedimentos básicos e específicos.** S. l: CRV, 2018. 726p. ISBN 978-85-444-678-5.

3 - Disciplina: Sistema de Comando de Incidentes**Período Letivo: 1º****Carga Horária: 30 horas****Créditos: 2
créditos**

Ementa: Conceito de Sistemas de Comando de Incidentes; Estruturas do SCI; Aspectos operacionais do Sistema de Comando de Incidentes.

Objetivo Geral: Criar condições para que o soldado do CBMTO possa atuar, dentro do seu nível de responsabilidade, em situações que envolvam comando, controle e a coordenação, em resposta a situações de emergência e eventos de grande concentração de público.

Bibliografia Básica

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI**. Brasília, DF: CBMDF, 2011. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual_sci_livro_v6.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPIRITO SANTO . **Sistema de Comando em Operações (SCO)**. Disponível em:

<https://defesacivil.es.gov.br/Media/defesacivil/Capacitacao/Apostila%20de%20SCO.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Marcos de. **Sistema de Comando em Operações–Guia de Campo**. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2010. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/09/Guia-Sistema-de-Comando-em-Opera%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PEREZ, Rubens César. **Formulários do sistema de comando de incidentes**. S. l: s. n., s. d.

PEREZ, Rubens César. **Emergências tecnológicas**. 2. ed. S. l: s. n., s. d.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas de; COUTO, Márcio Santiago Higashi; RACORTI, Valmor Saraiva; AGUILAR, Paulo Augusto. **Sistema de gerenciamento de incidentes e crises**. S. l: Cone, 2021, 210p. ISBN 978-6586179033

Bibliografia Complementar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Sistema de Comando de Operações em Emergência – MSICOE. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros**, v. 37, 2006. Disponível em: <https://wandersonmonteiro.files.wordpress.com/2015/07/mtb-37-sistema-de-comando-e-operac3a7c3b5es-emergenciais1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

4 - Disciplina: Segurança Contra Incêndio e Emergência

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 90 horas

Créditos: 6 créditos

Ementa: Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência. Normas Técnicas de Segurança Contra Incêndio e Emergência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

Objetivo Geral: Preparar os discentes para atuarem na execução dos serviços técnicos de segurança contra incêndio e emergência aos níveis de vistorias e procedimentos administrativos à luz da legislação vigente no Estado do Tocantins, preparando os alunos para gerir as situações concretas com as quais irá deparar-se frente a esses serviços.

Bibliografia Básica:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria nº13/2021/DISTEC, de 18 de agosto de 2021.** Institui o relatório de vistoria e os checklists de vistoria técnica no âmbito dos serviços técnicos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. Palmas, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/port/nova/portaria-13-2021-distec-implementac%CC%A7a%CC%83o-dos-checklists.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PEREIRA, Áderson Guimarães. **Segurança contra incêndios: sistemas de hidrantes e mangotinhos.** S. l: LTR, 2013. 136p.

SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Alfonso Antonio; PANNONI, Fabio Domingos; ONO, Rosaria; SILVA, Silvio Bento da; DEL CARLO, Ualfrido; SILVA, Valdir Pignatta e (Orgs.). **A segurança contra incêndio no Brasil.** 1. ed. São Paulo, SP: Brasil, Projeto Editora, 2008.

SILVA, Valdir Pugnatta. **Projeto de estruturas de concreto em situações de incêndio:** conforme ABNT NBR 15200:2012. S. l: Blucher, s. d.

TOCANTINS. **Lei nº 3.798, de 13 de julho de 2021.** Dispõe sobre o Código de Segurança Contra Incêndio e Emergência em edificações e áreas de risco no Estado, e adota outras providências. Palmas, 13 jul. 2021. Disponível em: https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/leis/lei_3798-2021_55359.pdf?v=1.0.16. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

Bibliografia Complementar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 01.** Procedimentos Administrativos. Palmas. [s. n.]. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt01.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 08.** Saída de Emergência em Edificações. Palmas. [s. n.]. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt08.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. de 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 12** Brigada de Incêndio. Palmas. [s. n.]. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt12.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 13** Iluminação de Emergência. Palmas. [s. n.]. Disponível em:

<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt13.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 14
 Sistemas de detecção e alarme de incêndios. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt14.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 15
 Sinalização de Emergência. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt15.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 16
 Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt16.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 17
 Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndios. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt17.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 22
 Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt22.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 23
 Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de GLP. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt23.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Norma Técnica nº 32
 Processo técnico simplificado. Palmas. [s. n.]. Disponível em:
<https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt32.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.
 PEREIRA, Áderson Guimarães. **Segurança contra incêndios**. São Paulo: LTR, 2009. 179p. ISBN9788536114552
 RODRIGUES, João Paulo Correia; OLIVEIRA, Rafael Luiz Galvão de. **Dimensionamento de estruturas em situação de incêndio**: segundo as normas brasileiras. S. l: Oficina de textos, s. d.
 SILVA, Valdir Pignatta. **Segurança contra incêndio em edifícios**. S. l: Blucher, s. d.

5 - Disciplina: Salvamento em Altura

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 90 horas

Créditos: 6 créditos

Ementa: Conceituação e generalidades. Técnica de Administração da Segurança – Cuidados, tipos e importância. Relação de nós e amarrações mais utilizados. Multiplicação de força - Teoria, emprego de materiais, tipos de sistemas, tipo de vantagem mecânica, captura e progresso. Atividades em altura - Aplicações práticas com cabos, voltas e nós – Técnicas de rapel. Técnicas de auto-resgate. Técnicas de resgate – Içamentos, Tirolesa, plano inclinado, plano vertical, etc. Técnicas de Ascensão – Formas e meios de se escalar. Salvamento em altura/resgate em altura. Resgate com utilização de pranchas e sistemas de multiplicação de forças.

Objetivo Geral: Preparar os bombeiros militares em formação para correta execução das técnicas de Salvamento em Altura, além da utilização dos equipamentos e tecnologias associados às mesmas.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Resgate Vertical**. 2. ed. Editora: Associação da Vila Militar, 2016. 298 p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Salvamento em Altura – MSA. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros**, v. 26, 2006. Disponível em: <https://www.bombeiros.com.br/imagens/manuais/manual-26.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PERES, Ricardo. **OARC – Operações de acesso e resgate por cordas: NBR 16.710 – Líder**. 8. ed. São Paulo: W1 Perez Segurança do Trabalho, 2021. 249p.

SUEOKA, Júnia Shizue; FREIXO, José Alexander de Albuquerque; TAVERNA, Michelle. **Transporte e resgate aeromédico**. Gen; Guanabara Koogan, 2021. 208p. ISBN 978- 8595157774

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros: salvamento em altura**. Goiânia, 2017. 334 p. : il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/MOB-SALVAMENTO-EM-ALTURA-1.pdf> . Acesso em: 14 fev. 2022.

MARINHO, Ricardo. Nr35. **Segurança no Trabalho em Altura. Procedimentos e Práticas**. 1. ed. Editora: Viena, 2016. 256 p.

SOUZA, Fábio. **Acima: Coletânea técnica sobre segurança nos trabalhos em altura, espaços confinados, acesso por cordas, resgate industrial e afins**. 1. ed. 206 p.

SCHWEBLIN, Samanta. **Distância de resgate**. 2. ed. S. l: Record, 2016. 144p.

6 - Disciplina: Salvamento Terrestre	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 90 horas	Créditos: 6 créditos
<p>Ementa: Conceituação e generalidades. Materiais e equipamentos empregados no salvamento terrestre. Salvamento com macas e escadas. Salvamento em poço ou fosso. Salvamento em elevadores. Noções de busca e resgate em áreas colapsadas. Corte de árvore. Contenção mecânica de animais e insetos. Outros salvamentos.</p>	
<p>Objetivo Geral: Capacitar os discentes com competências e habilidades para executar as ações de Salvamento Terrestre empregando, de forma correta, as técnicas e os equipamentos necessários ao cumprimento da missão, bem como utilização das tecnologias, inerente a área, disponíveis no CBMTO.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CHAGAS, Sergio Luiz. Resgate em Espaço Confinados. 1. ed. Editora: Fontenele.</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: salvamento terrestre. Goiânia, 2018. 390 p. : il. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/MOB-Completo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.</p> <p>FIGUEIRÔA, Walker Gomes. Cavernas - Técnicas Verticais e Auto-Resgate. 2007.</p> <p>VASCONCELLOS, Vasco. Bombeiros: homens fantásticos. S. l: 2019. 160p.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE. Manual de Resgate Veicular. 1. ed. Sergipe, 2012. Disponível em: https://cbm.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Manual-de-Resgate-Veicular.pdf. Acesso: 14 fev. 2022.</p> <p>NETTO, Sérgio de Oliveira. A influência do comportamento da vítima nas Operações de Busca e Salvamento Terrestre: (procurando nos lugares certos). 2. ed. Editora: Marumby, 2021. 97 p.</p>	

OLIVEIRA NETTO, Sérgio de. **Busca e salvamento terrestre:** para que outros possam viver. S. l: S. n., 2018. 125p.

7 - Disciplina: Anatomia e Fisiologia Humana

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 90 horas

Créditos: 6 créditos

Ementa: Introdução ao estudo da anatomia e da fisiologia: conceito, divisão, métodos de estudos, terminologia anatômica, conceitos gerais, variação anatômica, fatores gerais de variação, conformação e divisão do corpo humano; posição anatômica, planos de delimitação e de secção, e eixos do corpo humano; termos de posição e de direção; princípios gerais de construção corpórea. Mensuração do gasto energético. Avaliação funcional. Recuperação após exercício. Influência do ambiente no exercício. Exercício no adulto e no envelhecimento. Conceitos sobre a fisiologia e construção geral do corpo humano: anatomia e fisiologia do sistema ósseo, articular, muscular, circulatório e respiratório, explorando fundamentalmente as noções de forma e relações entre estruturas principais estruturas anatômicas do corpo humano, reconhecimento da nomenclatura e posição anatômica. Introdução à Fisiologia. Homeostase celular e sistêmica. Fisiologia e fisiopatologia muscular esquelética, lisa e cardíaca. Fisiologia do sistema nervoso autônomo. Fisiologia e fisiopatologia cardiovascular, respiratória, renal, hidroeletrólítica e acidobásica.

Objetivo Geral: Instrumentalizar o PSP sobre uma visão panorâmica, didática e objetiva dos aspectos morfológicos relevantes do sistema orgânico do homem, proporcionando informações sobre anatomia macroscópica e, ao mesmo tempo, salientando a importância da relação entre a estrutura e a função no sentido de preparar o PSP para atuação profissional com base nos conhecimentos sobre o funcionamento e a estrutura geral de ossos, articulações, músculos esqueléticos e sistema nervoso periférico do corpo humano e integrar a anatomia com outras ciências biológicas e médicas.

Bibliografia Básica:

DÂNGELO, G. J. **Anatomia humana sistêmica e segmentar.** 3.ed. São Paulo: Atheneu. 2000.

MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne MR. **Anatomia Orientada para a Clínica.** 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício:** nutrição, energia e desempenho humano. Traduzido por Giuseppe Taranto. 8 ed. Rio Janeiro: Guanabara

Koogan, v. 83, 2016.

SOBOTTA, Johannes. PAUSEN, Friedrich; WASCHKE, Jens. **Atlas de anatomia humana**. 24. ed. S. l: Guanabara Koogan, 2018. 1164p. ISBN 9788527732376 (3 volumes: v.1 Anatomia geral e sistema muscular; v. 2 órgãos internos; v. 3 cabeça, pescoço e neuroanatomia; quadros de músculos, articulações e nervos).

Bibliografia Complementar:

DA CRUZ CARVALHO, Leandro Paim *et al.* Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v. 19, n. 1, p. 16-23, 2020.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. Porto Alegre: ARTMED. 1996.

PEREIRA, Catarina; BRAVO, Jorge. **Fisiologia e Exercício-Testes laboratoriais para avaliação do rendimento em diferentes condições de esforço**. 2018.

8 - Disciplina: Projeto Integrador I – Atividade de Extensão

Período Letivo: 1º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: conceitos básicos e orientações, sobre temas relacionados a atividades de primeiros socorros, resposta a situações de emergência, Técnicas de Segurança Contra Incêndio e Emergência, técnicas de Salvamento em Altura e emprego das técnicas para executar as ações de Salvamento Terrestre, junto ao público alvo (crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos), vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM, oriundos de Escolas públicas e privadas; Instituições de apoio social e Organizações privadas; elaboração e apresentação do projeto do relatório de experiência do Projeto Integrador II, abordando um tema que integre os conhecimentos absorvidos nos componentes curriculares do semestre e aplicados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM, por meio de seminário, ao final do semestre.

Objetivo Geral: integrar um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes, dos acadêmicos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, obtidos nos componentes curriculares do primeiro semestre do Curso (Atendimento Pré-Hospitalar I, Sistema de Comando de Incidentes, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre), para atuação no projeto – PROEBOM, a ser desenvolvido no município de Palmas – TO, visando auxiliar na assistência às crianças e aos adolescentes, que vivem em situação de vulnerabilidade e no trabalho

informal.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar às Urgências. **Protocolos de Suporte Básico de Vida**. Brasília, DF, 2014.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Sistema de Comando de Incidentes – SCI**. Brasília, DF: CBMDF, 2011. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/manual_sci_1_ivro_v6.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria nº13/2021/DISTEC, de 18 de agosto de 2021**. Institui o relatório de vistoria e os checklists de vistoria técnica no âmbito dos serviços técnicos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. Palmas, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/port/nova/portaria-13-2021-distec-implementac%CC%A7a%CC%83o-dos-checklists.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Salvamento em Altura – MSA. **Coletânea de manuais técnicos de bombeiros**, v. 26, 2006. Disponível em: <https://www.bombeiros.com.br/imagens/manuais/manual-26.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CHAGAS, Sergio Luiz. **Resgate em Espaço Confinados**. 1. ed. Editora: Fontenele. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: salvamento terrestre. Goiânia, 2018. 390 p. : il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/MOB-Completo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Manual de Atendimento Pré-hospitalar. Palmas: CBMTO, 2021. Disponível em: <https://intranet.bombeiros.to.gov.br/files/bole/BOS1377-2021-08-02.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de Sistema de Comando de Operações em Emergência – MSICOE. Coletânea de manuais técnicos de bombeiros, v. 37, 2006. Disponível em: <https://wandersonmonteiro.files.wordpress.com/2015/07/mtb-37-sistema-de-comando-eoperac3a7c3b5es-emergenciais1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Norma Técnica nº 01.** Procedimentos Administrativos. Palmas. [s. n.]. Disponível em: <https://distec.bombeiros.to.gov.br/files/pdf/nt/nova/nt01.pdf?v=1.0.16>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual Operacional de Bombeiros:** salvamento em altura. Goiânia, 2017. 334 p. : il. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/MOB-SALVAMENTO-EM-ALTURA-1.pdf> . Acesso em: 14 fev. 2022.

OLIVEIRA NETTO, Sérgio de. **Busca e salvamento terrestre:** para que outros possam viver. S. l: S. n., 2018. 125p.

Disciplina Eletiva	
9 - Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
Ementa: Gestão Pública: aspectos conceituais, princípios; Planejamento do setor público; ferramentas gerenciais/ modernização do setor público; noções de orçamento público.	
Objetivo Geral: compreender, interpretar conceitos que regem a Administração Pública, suas especificidades; criar condições para que o profissional adquira visão crítica sobre formas de gestão pública, nas diversas esferas de governo; compreender o modelo de administração, voltados ao desempenho das funções técnico-administrativas; desenvolver habilidades para atuarem no planejamento, implementação de instrumentos de gestão, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados.	
Bibliografia Básica:	
COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010. <i>E-book</i> . ISBN 9788595152281. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152281/ . Acesso em: 19 mai. 2023.	
CURY, Antonio. Organização e Métodos - Uma Visão Holística, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. <i>E-book</i> . ISBN 9788597010039. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010039/ . Acesso em: 19 mai. 2023.	
DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da Administração Pública: São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. <i>E-book</i> . ISBN 9788522126699. Disponível em:	

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126699/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Pública - Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788597013382. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013382/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio F.; FERREIRA, Maria das G. **Gestão pública**: Grupo GEN, 2012. *E-book*. ISBN 9788522475131. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522475131/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de. **Instrumentos de gestão pública**. Editora Saraiva, 2015. *E-book*. ISBN 9788502635975. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635975/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução a gestão pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN 9788502617629. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502617629/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração – Vol. 2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9786559770625. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770625/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GONÇALVES, Guilherme C.; SILVA, Jorge Vieira da; SILVA, Vanessa F.; et al. **Planejamento e Orçamento Público**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786581492557. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492557/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

LACOMBE, Francisco. **Teoria geral da administração**. Editora Saraiva, 2009. *E-book*. ISBN 9788502089181. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089181/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788597024753. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **SISTEMAS, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS: Uma Abordagem Gerencial**. Grupo GEN, 2013. *E-book*. ISBN 9788522482115. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482115/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Gestão para resultados: atuação, conhecimentos, habilidades**. Grupo GEN, 2010. *E-book*. ISBN 9788522473083. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522473083/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Disciplina Eletiva	
10 - Disciplina: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	
Período Letivo: 1º	
Carga Horária: 60	Carga Horária: 4
<p>Ementa: Língua brasileira de Sinais: conceitos importantes; Parâmetros básicos da Libras; Estrutura linguística; Cultura, comunidade e Identidade surdas; Alfabeto; comunicação básica com solicitantes, vítimas, testemunhas, suspeitos envolvidos em ocorrências policiais.</p>	
<p>Objetivo Geral: Conhecer os aspectos da Língua brasileira de Sinais. Compreender conceitos importantes. Parâmetros básicos da Libras. Estrutura linguística; Cultura, comunidade e Identidade surdas. Realizar comunicação básica com solicitantes, vítimas, testemunhas, suspeitos envolvidos em ocorrências policiais.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AZEVEDO, Douglas Rosendo Nunes <i>et al.</i> Curso de Libras na Formação de Soldado da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso–Reflexo no Desempenho do Policial Militar. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 18, n. 1, 2018.</p> <p>BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. Libras. Curitiba: InterSaberes, 2017. 142 p.</p> <p>FERRAZ, Rafael A. O mundo surdo: passeata dos surdos – luta e comemoração. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial: Estudos Surdos). Faculdade Santa Helena, Recife, 2009. Disponível em: http://www.suvag.org.br/arquivos/raf.pdf. Acesso em: 31 dez 2011.</p> <p>FREITAS, O.C.R. Efeitos de pistas contextuais em língua de sinais sobre recordação livre e compreensão de texto narrativo. 2009. 69 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências do</p>	

Comportamento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**. 2. ed. Editora: Ciranda Cultural, 2021. 352 p.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. Florianópolis, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Melquisedeque Oliveira Silva. **Ferramenta Didática e Lúdica Para Intensificar o Aprendizado da Língua Brasileira de Sinais**. Editus - Editora da UESC, 2016. 128 p.

ARANHA, M. S. F. (org.). **Desenvolvendo competência para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de. **Libras em Diálogo: interfaces com Tradução e Interpretação**. 1. ed. Editora: Pontes, 2017. 220 p.

CORRÊA, YGOR; CRUZ, Carina Rebello. **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. 1. ed. Editora: Penso, 2019. 200 p.

DA SILVA, Ricardo Tomas. Surdos e Segurança Pública: A necessidade da comunicação. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 6, n. 1, 2014.

DIAS, Rafael (org.). **Língua Brasileira de Sinais: Libras**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534> . Acesso em: 10 fev. 2022.

FELIPE, Tânia. **Libras em contexto**. Rio de Janeiro. MEC, 2007.

PALMA, Hugo Alexandre de Jesus. **Por uma nova proximidade**. Polícia, Comunicação e Redes Sociais. 2017.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. 1. ed. Editora: Penso, 2017. 264 P.

ROCHA, Walas de Souza. **Segurança Pública e a Lei 10.826/03**. 2019.

11 - Disciplina: Legislação Institucional e Ética Profissional

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Legislação institucional: Organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - Lei Complementar nº 131/2021. Norma estatutária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Tocantins - Lei 2.578/2012. Aspectos gerais das promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - Lei 2.665/2012. Ética: Conceitos de Deontologia; Teoria e aplicações no CBMTO; Distinção entre ética e moral; Normas sociais, morais e jurídicas; Homem e a consciência reflexiva; A ética e as diferentes concepções; A crítica, a liberdade e o livre arbítrio; Declaração Universal dos Direitos do Homem; Moralidade técnico-administrativa.

Objetivo Geral: Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; Compreender a Organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – Lei Complementar nº 131/2021. Inferir e examinar as informações concretas sobre a Norma estatutária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Tocantins - Lei 2.578/2012. Compreender os aspectos gerais das promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – Lei 2.665/2012. Compreender conceitos de Deontologia; Teoria e aplicações no CBMTO. Fazer distinção entre ética e moral; Normas sociais, morais e jurídicas; A ética e as diferentes concepções.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de Ética Geral e Profissional**. 13. ed. Editora: Vozes, 2014. 112 p.

NALINI, José Renato. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 13 ed. Editora: Vozes, 2014.

REIS, Luciano Gomes dos.; *et.al.* **Ética e legislação profissional**. S. l.: Pearson, 2013. 176p.

TOCANTINS. **Lei Complementar nº 131, de 31 de setembro de 2021.** Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência. Palmas, TO: [s. n.], 2021. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_131-2021_56556.PDF. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei n. 2.665, de 18 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre as promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, e adota outras providências. Palmas, TO: [s. n.], 2012. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_2665-2012_56753.PDF. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012.** Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Palmas, TO: [s. n.], 2012. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_2578-2012_56906.PDF. Acesso em: 11 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

DE SÁ, Antonio Lopes. **Ética profissional.** Atlas, 1996.

KIPPER, Délio José. **Ética e prática: uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NJAINE, Kathie *et al.* **Impactos da violência na saúde.** Editora Fiocruz, 2020.

12 - Disciplina: Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Teoria do fogo. Técnicas e táticas de combate. Equipamentos.

Objetivo Geral: Preparar os discentes por meio de conhecimentos teóricos e práticos, para atuar em atividades de combate a incêndios florestais, apresentando conceitos, materiais, equipamentos e comunicações concernentes às operações de combate a incêndios florestais.

Bibliografia Básica:

BRIANEZI, Daniel, *et al.* **Incêndio Florestal: princípios, manejo e impacto.** Viçosa, MG: Editora UFV, 2018.

<p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Manual Operacional de Bombeiros: Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Goiânia, 2017. 260 p. : il. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/MOB-FLORESTAL.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.</p> <p>LORENZON, Alexandre Simões. <i>Et. al.</i> Incêndio florestal. S. 1: UFV, ISBN: 9788572696050</p> <p>SOARES, Ronaldo Viana; BATISTA, Antonio Carlos; TETTO, Alexandre França. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. 2. ed. Editora: Produção Independente, 2017.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO. Manual de Combate a Incêndio Florestal. Cuiabá, 2021. 126 p. Disponível em: http://www.cbm.mt.gov.br/arquivos/File/MANUAIS/MANUAL%20DE%20COMBATE%20A%20INCENDIO%20FLORESTAL.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.</p> <p>COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Manual de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2020. 179 p. Disponível em: https://www.cemig.com.br/wp-content/uploads/2021/03/manual-prevencao-combate-incendios-florestais.pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.</p>

13 - Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar II	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
<p>Ementa: Capacitação para entender e aplicar na prática os seguintes conceitos: Queimaduras e Emergências Ambientais. Emergência Médica Circulatória. Emergências Médicas Respiratórias (EMR). Convulsão, Diabete e Abdômen Agudo. Parto Emergencial. Intoxicação. Relatórios, Comunicações e Preparativos para outras Chamadas. Triage. Pacientes com Necessidades Especiais. Emergências Pediátricas. Afogamento e Acidentes de Mergulho.</p>	
<p>Objetivo Geral: Capacitar o discente para atuar em atendimentos e socorro a pessoas em situação de traumas e emergências clínicas.</p>	

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde – SAS. Departamento de Atenção Hospitalar às Urgências – DAHU. Coordenação Geral da Força Nacional do SUS – CGFNS. **Protocolos de Suporte Avançado de Vida**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_suporte_avancado_vida.pdf . Acesso em: 11 fev. 2022.

BROUGHTON, William. **AMLS: Advanced Medical Life Support**. 2018.

COSTA, Fernanda Ariane Mendes; GUIMARÃES, Helio Penna. **Primeiros Socorros - Guia para Profissionais**. 1. ed. Editora: Editora dos Editores, 2018. 199 p.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **PHTLS: Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado**. 9. ed. Editora: Jones & Bartlett, 2016. 709 p.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO. **Pré- Hospitalar**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. ISBN 978- 85- 204- 4131-2.

TEUBEN, Michel *et al.* Improved pre-hospital care efficiency due to the implementation of pre-hospital trauma life support (PHTLS®) algorithms. **European Journal of Trauma and Emergency Surgery**, v. 46, n. 6, p. 1321-1325, 2020.

Bibliografia Complementar:

AEHLERT, Barbara. **ACLS Suporte Avançado de Vida em Cardiologia**. 5. ed. Editora: ELSEVIER EDITORA LTDA BRASIL, 2017.

NUNES, TARCIZO, Afonso; MELO, Maria do Carmo Barros de; SOUZA, Cláudio de. **Urgência e Emergência Pré-hospitalar**. ISBN: 9788588361324

SANTOS, Daniel de Carvalho Oliveira. **Prevenção aquática: uma análise das ações do CBMDF voltadas à redução dos casos de afogamento no Distrito Federal**. 2020.

SHAH, Ashfaq Ahmad *et al.* Disaster risk management insight on school emergency preparedness—a case study of Khyber Pakhtunkhwa, Pakistan. **International Journal of**

Disaster Risk Reduction, v. 51, p. 101805, 2020.

14 - Disciplina: Noções de Direito Processual Penal Militar

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Conceitos, fontes e princípios, aplicação subsidiária do Processo Penal Comum, Jurisdição e Competência: Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual, distinções; Polícia Judiciária Militar (exercício e competências), Medidas Preliminares; Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Processo de Deserção, prisões e liberdade provisória.

Objetivo Geral: Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; Conhecer e aplicar os conceitos, fontes e princípios, aplicação subsidiária do Processo Penal Comum, Jurisdição e Competência: Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual, distinções; Polícia Judiciária Militar (exercício e competências), Medidas Preliminares; Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Processo de Deserção, prisões e liberdade provisória.

Bibliografia Básica:

ASSIS, Jorge Cesar de. **Código de Processo Penal Militar Anotado**. 4. ed. rev. e atual Curitiba: Juruá, 2012. v. 1. (artigos 1º ao 383).

NEVES, Cícero Robson Coimbra. **Manual de direito processual penal militar**. 6. ed. volume único, S. I: Podivm, 2022. 1264p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Militar Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

LAZZARINI, Álvaro. Militar. **Coleção Mini Códigos**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Bibliografia Complementar:

ASSIS, Jorge Cesar de.; NEVES, Cícero Robson Coimbra.; UNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Direito Militar, Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

LOBÃO, Célio. **Direito processual penal militar**. Justiça Militar Federal / Justiça Militar Estadual. São Paulo: Método, 2009.

NUCCI, Guimarães de Souza. **Código de processo penal militar comentado**. S. 1: Forense, 2021. 688p.

15 - Disciplina: Sistemas e Informática do CBMTO	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos

Ementa: Sistemas Administrativos e Operacionais. Sistema de Gestão de Documentos.

Noções básicas de intranet. Sistema de vistorias de projeto. Redação Técnica e procedimentais.

Objetivo Geral: Desenvolver habilidade para operar todos os sistemas de informática utilizado no CBMTO.

Bibliografia Básica:

MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena; LIBONI, Lara Bertocci; MARTINS, Talita Mauad (Orgs.). **Teoria geral dos sistemas**. São Paulo: Saraiva, 2012. 215 p.

STAIR, Ralph; Reynolds, George. **Princípios de Sistemas de Informação**. 3. ed. Editora: Cengage Learning, 2015. 752 p.

TOCANTINS. CBMTO - AVA (bombeiros.to.gov.br) – Ambiente Virtual de Aprendizado do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Chamilo – Chamilo.org – Site da plataforma Chamilo. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

TOCANTINS. CBMTO (bombeiros.to.gov.br) – Intranet do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Acesso em; 15 de fev. de 2022.

VELLOSO, Fernando. **Informática - Conceitos Básicos**. 10. ed. Editora: GEN LTC, 2017. 448.

Bibliografia Complementar:

ALVES, William Pereira. **Informática Fundamental: Introdução ao Processamento de Dados**. Editora Érica: São Paulo, 2010.

FERREIRA, Maria Cecília. **Informática Aplicada**. 3. ed. Editora Érica, 2017. 184 p.

KROENKE, David M. **Sistemas de informação gerenciais**. 1. ed. Editora: Saraiva Uni.

TOCANTINS. Prevenir (bombeiros.to.gov.br) – Sistema Prevenir do Corpo De Bombeiros Militar do Tocantins. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

TOCANTINS. SIOCB (bombeiros.to.gov.br) – Sistema de Ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

TOCANTINS. SGD (sgd-treina.to.gov.br) – Sistema de Gestão de documentos. Governo do Tocantins. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

16 - Disciplina: Combate a Incêndio Urbano

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 90 horas

Créditos: 6 créditos

Ementa: Teoria geral do fogo. Estudo das técnicas e táticas utilizadas no combate a incêndio urbano. Apresentação e uso dos equipamentos para combate a incêndio urbano.

Objetivo Geral: Preparar o discente para atuar em combate a incêndio urbano, por meio da adoção de técnicas e táticas de combate com empregos de recursos, por meio da aplicação de procedimento operacional padrão.

Bibliografia Básica:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, **Manual Básico de Combate a Incêndios**. Módulo 3 – Técnicas de Combate a Incêndio. 2. ed. 2009. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/combate_incendio_modulo_3.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual Básico de**

Combate a Incêndios. Módulo 4 – Técnicas de Combate a Incêndio. 2. ed. 2009. Disponível em: https://www.cbm.df.gov.br/downloads/edocman/legislacoes/manuaisoperacionais/combate_incendio_modulo_4.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

DUTRA, Alexandre Correa. **Operações de Resgate em Espaço Confinado.** Santa Catarina, 2007.

FREITAS, Rodrigo Almeida. **Prevenção e Combate a Sinistro.** 1. ed. Editora: IESDE BRASIL S.A., 2019. 140 p.

GOMES, Arthur. **Salvamento e Desencarceramento.** Vol XI. 2005. Escola Nacional de Bombeiros. Sintra-Portugal.

JÚNIOR, Abel Batista Camillo. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios.** 15. ed. Editora: Senac São Paulo, 1999. 247 p.

RODRIGUES, Jose Eduardo; SANTOS, Rosangela Helena Pereira dos; BARROS, Benjamim Ferreira de. **NR-33 Guia Prático de Análise e Aplicações: Norma Regulamentadora de Segurança em Espaços Confinados.** 1. ed. Editora: Érica, 2012. 192 p.

SEITO. Alexandre Itiu, *et. al.* **A Segurança contra Incêndios no Brasil.** São Paulo: Projeto editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Francisco B. **Manual de instruções Técnico-profissional - Salvamento.** Brasília: [s.n.], 2006.

ANTÔNIO, Antônio dos Santos. **Manual do Fundamento do Corpo de Bombeiros.** 2 ed. São Paulo. 2006.

DE OLIVEIRA, Marcos. **Comando e Controle em Operações de Combate a Incêndios.** Santa Catarina, 2007.

17 - Disciplina: Direito Penal Militar

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 30 horas

Créditos: 2 créditos

Ementa: Da aplicação da Lei Penal Militar aos militares federais, estaduais e civis. Princípios penais. A ação, a omissão e a relação de causalidade. Tipo e tipicidade. O dolo e a culpa. Erro de tipo e de proibição. Da ilicitude e as causas de sua exclusão. Da imputabilidade penal. Da culpabilidade e causas de exclusão da culpabilidade. Coação irresistível e obediência hierárquica. Concurso de pessoas e concurso de crimes. Do crime consumado e tentado. Das excludentes do crime e das excludentes da culpa. Das penas principais e das penas acessórias. Da ação penal militar e da extinção da punibilidade. Dos crimes militares em tempo de paz. Dos crimes militares em tempo de guerra.

Objetivo Geral: Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; Conhecer o conceito de Crime militar e os tipos penais em espécie.

Bibliografia Básica:

FARIA, Marcelo Uzeda de. **Direito Penal Militar**. 5. ed. S. l: Juspodivm, 2017. 432p. ISBN 978-8544216583

AZZARINI, Álvaro. **Militar**. Coleção Mini Códigos. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

EVES, Cícero Robson Coimbra. STREIFINGER, Marcelo. **Manual de Direito Penal Militar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

OSSETO, Ênio Luiz. **Código Penal Militar Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 012.

Bibliografia Complementar:

ASSIS, Jorge Cesar de. **Comentários ao Código Penal Militar**: Comentários, Doutrina, Jurisprudência dos Tribunais Militares e Tribunais Superiores. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

ASSIS, Jorge Cesar de.; NEVES, Cícero Robson Coimbra.; CUNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas**. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

ASSIS, Jorge Cesar de. **Direito Militar - Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos**. 4. ed. Editora: Juruá, 2021. 324 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Militar Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SIMÕES, Mayke Medeiros. **Aspectos Polêmicos do Direito Penal Militar**. [S. l.: s. n.], 2015.

18 - Disciplina: Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho**Período Letivo: 2º****Carga Horária: 60 horas****Créditos: 4 créditos**

Ementa: O Trabalho do bombeiro militar e a saúde ocupacional do bombeiro militar.

Objetivo Geral: Identificar as especificidades do trabalho do bombeiro no que se refere à sua exposição ao risco. Desenvolver conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia no intuito de promoção do autocuidado e de prevenção ao adoecimento psíquico.

Bibliografia Básica:

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4th ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

BARBOSA, Jessica Silva de Siqueira; SANTANA, Márcia Gracielly Râbello; MACÊDO, Shirley. **Sintomas Psicossomáticos e estresse no trabalho de bombeiros militares: tecendo relações**. LUMEN, Recife, v. 29, n. 1, p. 09-26, jan./jun., 2020. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Estresseembombeirosmilitares%20(3).pdf . Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de defesa Civil. Universidade

Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres: contribuições da psicologia**. Florianópolis: CEPED, 2010. 156 p. Disponível em: https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2009/01/EaD-Psicologia-Livro_Psicologia-completo1.pdf . Acesso em: Acesso em: 14 fev. 2022.

BREDA, Karine Trarbach de Oliveira; MORAES, Thiago Drumond Moraes. **A profissão de bombeiro militar: sofrimento e prazer, riscos e proteção**. Estudos Contemporâneos da Subjetividade [online]. 2020, v. 10, n. 1, p. 34-46. Disponível em:<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2994>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRUCK, Ney Roberto Vátimo. **Primeiros Auxílios Psicológicos**. Porto Alegre: Gênese Artes Gráficas e Editora, 2009.

DAL FORNO, Cristiano. **Especificidades da experiência profissional de bombeiros**. Porto Alegre, 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Faculdade de Psicologia, PUCRS. Porto Alegre, 2015. Disponível em:<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6029/2/468944%20-%20Texto%20Parcial.pdf> . Acesso em: 14 fev. 2022.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

MIRANDA, Dayse. **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

Bibliografia Complementar:

DAL FORNO, Cristiano; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Do Protocolo aos Desafios Cotidianos: a Experiência Profissional de Bombeiros Militares. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2019, v. 39, e184306. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184306>. Epub 29 Jul 2019. ISSN 1982-3703. Acesso em: 14 fev. 2022.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez-Obore, 2015.

DINIZ, Denise Pará. **Qualidade de vida: Saúde e trabalho**. 2. ed. Editora: Editora Manole, 2013.

284 p.

GIGLIO-JACQUEMONT A. **Urgências e Emergências em saúde:** perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GOULART JÚNIOR, Edward *et. al.* Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 110-122, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135156>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, p. 757-763, 2007.

LIMA, Eduardo de Paula; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Maria. Prevalência de depressão em bombeiros. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2015, v. 31, n. 4, p. 733-743. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053414>. ISSN 1678-4464. Acesso em: 15 fev. 2022.

LIMA, Eduardo de Paula; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Maria. Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Bombeiros de Belo Horizonte, Brasil: Prevalência e Fatores Ocupacionais Associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2015, v. 31, n. 2, p. 279-288. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015022234279288>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MENDONÇA, Leonardo Teixeira. **Saúde ocupacional dos Bombeiros Militar de Minas Gerais no município de Uberlândia**. 2020. 76 f. Dissertação do (Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/31441/1/SaudeOcupacionalBombeiros.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. (EDS.). **Missão prevenir e proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2008.

OLIVEIRA, Karine Trarbach de; MORAES, Thiago Drumond. Saúde mental e trabalho em profissionais do corpo de bombeiros militar. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 1388-1397, mar. 2021. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-

66572021000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 fev. 2022.

OLIVEIRA, Marisa Augusta de; OLIVEIRA, Simone Santos. A face humana do herói: análise do processo saúde-doença de bombeiros a partir de comunidades virtuais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2020, v. 24, e190252. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SgPr4HRvR6xx3V3Hxp3cpJH/?format=pdf&lang=pt>. Epub 24 Out 2019. ISSN 1807-5762. Acesso em: 09 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo**. Brasília, DF: OPAS, 2015.

RAFALOSKI, Alessandra Rossoni *et al.* Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **Saúde em Debate** [online]. 2020, v. 44, n. spe2, p. 230-241. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E216>. Epub 05 Jul 2021. ISSN 2358-2898. Acesso em: 09 fev. 2022.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

19 - Disciplina: Noções de Operações com Produtos Perigosos

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Conceituação e histórico. Identificação dos produtos perigosos. Classes e subclasses de produtos. Simbologia e Descrição. Conceitos e Metodologia de uso do Manual ABIQUIM. EPI, Ferramentas e outros equipamentos. Órgãos de Ações. Operacionalidade. Utilização de softwares no atendimento de emergências com produtos perigosos.

Objetivo Geral: Propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno: Compreender o que são produtos perigosos e seus efeitos, noção básica; Conhecer os equipamentos de proteção individual necessários para atuação numa emergência com produtos perigosos; Desenvolver um dispositivo de segurança mínima para o atendimento às emergências; Saber se comportar e agir em uma emergência envolvendo produtos perigosos/emergências químicas.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Giovanni. Moraes. **Segurança na Armazenagem, Manuseio e Transporte de Produtos Perigosos. Gerenciamento de Emergência Química.** 2. ed. Editora: Gerenciamento Verde (GVC), 2006. 948 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Departamento Técnico, Comissão de Transportes. **Manual para atendimento a emergências com Produtos Perigosos.** 5. ed. São Paulo: ABIQUIM, 2016. Disponível em: www.abiquim.org.br. Acesso em: 10 fev. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Departamento Técnico, Comissão de Transportes. **Manual para atendimento a emergências com Produtos Perigosos.** 7. ed. São Paulo: ABIQUIM.

BRASIL. **Decreto nº 5.098, de 3 de junho de 2004.** Dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2, e dá outras providências. Brasília, 3 jun. 2004.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Manual operacional:**

produtos perigosos. Goiânia: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/01-MOB-Produtos-Perigosos-CBMGO-2017-Corrigido.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Manual de produtos perigosos.** São Paulo: [s. n.], 2020. Disponível em: <http://200.144.30.103/siipp/arquivos/manuais/Manual%20de%20Produtos%20Perigosos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LOZOVEY, João Carlos do Amaral. **Saúde em Contingência com Produtos Químicos: Estudo de Caso e Modelo de Gestão.** 1. ed. Editora: Saraiva, 2009. 256 p.

Bibliografia Complementar:

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Aloha software manual.** National Oceanic and Atmospheric Administration, Seattle, Washington, 2016. Disponível em: https://response.restoration.noaa.gov/sites/default/files/ALOHA_Examples.pdf. Acesso em: 10

fev. 2022.	
20 - Disciplina: Sistema de Proteção e Defesa Civil	
Período Letivo: 2º	
Carga Horária: 30 horas	Créditos: 2 créditos
Ementa: Aspectos Legais da Defesa Civil. Ações práticas do Sistema de Defesa Civil. A Situação de emergência. O estado de calamidade pública. FIDE: Formulário de Informações do Desastre. A Defesa Civil no Tocantins. Comitê do Fogo. Formação de Brigadas.	
Objetivo Geral: Capacitar os alunos no exercício da atividade de Proteção e Defesa Civil, através de conhecimentos práticos e teóricos sobre o tema, ajudando a desenvolver habilidades e competências para ações de prevenção e uma postura reativa quanto à resposta aos desastres.	
Bibliografia Básica:	
BRASIL. Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. Brasília, DF, Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm . Acesso em: 10 jan. 2022.	
BRASIL. Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil dentre outros. Brasília, DF, Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10593.htm . Acesso em: 21 dez. 2021.	
CASARIM, Alexandre Humia. Gestão em rede para redução e resposta de acidentes e desastres por meio da expansão dos Corpos de Bombeiros. 1. ed. Editora: Appris Editora, 2019. 171 p.	
FALCÃO, Luiz Fernando dos Reis. Suporte avançado no atendimento a desastres. 1. ed. Editora: Manole, 2012. 110 p.	
LINO, Antonio Geraldo Hiller. Proteção e Defesa Civil [livro eletrônico]. Curitiba:	

InterSaberes, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Instrução Normativa nº 36 de 04 de dezembro de 2020. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos. **Diário Oficial da União**: edição 233: seção 1. Brasília, DF, 2020, p. 16, 07 dez. 2020.

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria nº 04 de 23 de fevereiro de 2021. Estabelece os requisitos e prazos para a solicitação e realização do curso de brigada para os municípios no âmbito da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**: nº 5794. Palmas, TO, 2021, p. 21, 23 jan. 2021.

LINO, Antonio Geraldo Hiller. **Proteção e Defesa Civil** [livro eletrônico]. Curitiba: Inter Saberes, 2018. ISBN 978-85-5972-805-7. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160328> . Acesso em: 07 fev. 2022.

SAUSEN, Maria; LACRUZ, Maria Sílvia Pardi (org.). **Sensoriamento remoto para desastres**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

21 - Disciplina: Projeto Integrador II – Atividade de Extensão

Período Letivo: 2º

Carga Horária: 120 horas

Créditos: créditos: 8

Ementa: conceitos básicos e orientações, sobre temas relacionados a prática em combate a incêndio urbano e florestal, atendimentos e socorro; aspectos gerais sobre o que são produtos perigosos e seus efeitos, aspectos sobre proteção e defesa civil, relativos a ações de prevenção e postura reativa, quanto à resposta aos desastres, junto ao público alvo (crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos), vinculados ao Programa Educacional Bombeiro

Mirim – PROEBOM, oriundos de Escolas públicas e privadas; Instituições de apoio social e Organizações privadas; elaboração e apresentação do relatório de experiência, baseado no Projeto Integrador I, abordando um tema que integre os conhecimentos absorvidos nos componentes curriculares do semestre e aplicados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM, por meio de seminário, ao final do semestre.

Objetivo Geral: integrar um conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes, dos acadêmicos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, obtidos nos componentes curriculares do segundo semestre do Curso (Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Atendimento Pré-Hospitalar II, Combate a Incêndio Urbano, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Sistema de Proteção e Defesa Civil), para atuação no projeto – PROEBOM, a ser desenvolvido no município de Palmas – TO, visando auxiliar na assistência às crianças e aos adolescentes, que vivem em situação de vulnerabilidade e no trabalho informal.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Departamento Técnico, Comissão de Transportes. **Manual para atendimento a emergências com Produtos Perigosos**. 5. ed. São Paulo: ABIQUIM, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. Brasília, DF, Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRIANEZI, Daniel, et al. **Incêndio Florestal: princípios, manejo e impacto**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2018.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Manual de Atendimento Pré-hospitalar**. 1. ed. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Manual Básico de Combate a Incêndios**. Módulo 3 – Técnicas de Combate a Incêndio. 2. ed. 2009.

Bibliografia Complementar:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. Portaria nº 04 de 23 de fevereiro de 2021. Estabelece os requisitos e prazos para a solicitação e realização do curso de brigada para os municípios no âmbito da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins:** nº 5794. Palmas, TO, 2021, p. 21, 23 jan. 2021.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Manual de Combate a Incêndio Florestal.** Cuiabá, 2021. 126 p. Disponível em: <http://www.cbm.mt.gov.br/arquivos/File/MANUAIS/MANUAL%20DE%20COMBATE%20A%20INCENDIO%20FLORESTAL.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2022.

DE OLIVEIRA, Marcos. **Comando e Controle em Operações de Combate a Incêndios.** Santa Catarina, 2007.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Aloha software manual.** National Oceanic and Atmospheric Administration, Seattle, Washington, 2016. Disponível em: https://response.restoration.noaa.gov/sites/default/files/ALOHA_Examples.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

NUNES, TARCIZO, Afonso; MELO, Maria do Carmo Barros de; SOUZA, Cláudio de. **Urgência e Emergência Pré-hospitalar.** ISBN: 9788588361324

Disciplina Eletiva	
22 - Disciplina: Empreendedorismo Organizacional	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: créditos: 4
<p>Ementa: empreendedorismo no setor público: conceitos e características; empreendedorismo público e privado: abordagens teóricas no Brasil e no mundo; perfil do empreendedor na área pública: características, comportamento e habilidades inatas ou aprendidas. empreendedor e intraempreendedor.</p>	
<p>Objetivo Geral: desenvolver competências, compreender conceitos e características gerais sobre empreendedorismo, que permitam o desenvolvimento de características e atitudes</p>	

empreendedoras aos acadêmicos, de modo que possibilitem oportunizar soluções de problemas; proporcionar uma visão geral do empreendedorismo organizacional e sua importância no cenário regional e nacional.

Bibliografia Básica:

BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo.

São Paulo: Thomson, 2007. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522109388/pageid/3> . Acesso em: 19 mai. 2023.

DORNELAS, José. **Introdução ao Empreendedorismo**: Desenvolvendo Habilidades para Fazer Acontecer. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. *E-book*. ISBN 9786559774470. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774470/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SALIM, Cesar. **Introdução ao Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2009. *E-book*. ISBN 9788595154414. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154414/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SILVA, Paulo C. **Empreendedorismo e capacidade inovadora no setor público**.

Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/188313/pdf/0> . Acesso em 19 mai. 2023.

Bibliografia Complementar:

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788582605189. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605189/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597028089. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2866-8/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/20/8/1:83%5Btul%2Co>.

%5D . Acesso em: 19 mai. 2023.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**, 3ª edição. Editora Saraiva, 2013. *E-book*. ISBN 9788502210363. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210363/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

NETO, João Pinheiro de B. **Administração - Fundamentos da Administração - Empreendedora e Competitiva**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. *E-book*. ISBN 9788597016284.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016284/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

23 - Disciplina: Didática de Ensino

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 60

Carga Horária: 4

Ementa: A Didática e as questões epistemológicas: conceito e sentido da didática, objeto, relação didática e Segurança Pública. O processo interdisciplinar para produção do conhecimento. Metodologias ativas como favorecedora do processo ensino aprendizagem. Abordar estratégias, ferramentas de ensino-aprendizagem, que visam o desenvolvimento e o domínio necessário das práticas pedagógicas, capazes de motivar o aluno, no processo ensino- aprendizagem.

Objetivo Geral: Capacitar o profissional de segurança pública no processo formativo voltado ao aperfeiçoamento contínuo do quadro de servidores internos, bem como de outros profissionais em assuntos de sua especialidade.

Bibliografia Básica:

FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selm a Garrido. (Orgs.). **Didática: Embates contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2010.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREITAS, Luis Caros de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

Bibliografia Complementar:

CRUZ, Giseli Barreto da; OLIVEIRA, Ana Teresa de C C de; NASCIMENTO, Maria das G C

de A. **Ensino de didática**: entre ressignificações e possibilidades. 1. ed. Editora: CRV, 2017. 276 p.

LIBLIK, Ana Maria Petraitis. Aprender didática – ensinar didática. 1. ed. Editora: InterSaberes, 2012. 144 p. ISBN: 9788582122846.

LIBLIK, Ana Maria Petraitis. **Aprender Didática, ensinar Didática**. Curitiba PR IBPEX, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3259>. Acesso em: 19 nov. 2019.

LIBLIK, Ana Maria, PETRAITIS Rosa Artini, REGINA, Laima Irene Liblik **Contextos Educacionais por uma educação integral e integradora de saberes**. Curitiba – PR. Intersaberes Dialógica. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3257>. Acesso em: 2 fev. 2022.

MIRANDA, Simão de. **Estratégias didáticas para aulas criativas**. 6. ed. Editora: Papyrus Editora, 2016. 128 p.

TOLEDO, José Carlos de. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. KAPUZINIAK, Célia **DOCÊNCIA: Uma construção ético-profissional**. Campinas SP. Papyrus 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/31475>. Acesso em: 19 nov. 2019.

VEIGA, Ilma Passos; Alencastro. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. Campinas SP: Papyrus. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2816>. Acesso em: 18 nov. 2019.

24 - Disciplina: Noções de Direito Constitucional e Administrativo

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 60

Carga Horária: 4

Ementa: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Conceitos e princípios. Estrutura Administrativa do Estado. Atos Administrativos. Dos Poderes Administrativos. Agentes Públicos. Responsabilidade civil. Licitações e contratos.

Objetivo Geral: Criar condições para que o futuro bombeiro militar possa adquirir e ampliar conhecimentos jurídicos quanto ao Direito Administrativo e Constitucional, necessários à atuação profissional na Corporação, o que inclui compreender os que são direitos constitucionais, Administração Pública, princípios administrativos, normas pertinentes aos servidores públicos, entre tantos outros, bem como possa utilizar tais conhecimentos em seu dia a dia.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2016.

CARVALHO, Matheus. **Direito Administrativo**. Coleção Exame de Ordem. 2. ed. Salvador: Cers, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar:

HIGA, Alberto Shinji; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018. 568 p. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182335> . Acesso em: 10 fev. 2022.

MESSA, Ana Flávia. **Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2018. 576 p. ISBN 978-85-339-5157-0. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182492> . Acesso em: 10 fev. 2022.

RÔMULO, Quenehen. **Direito Administrativo no Setor Público** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020. 68 p. ISBN 978-65-5745-132-8. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184696> . Acesso em: 10 fev. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Editora: Saraiva Jur, 2020. 1552 p.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2012.

25 - Disciplina: Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Saúde mental e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública (PSP). O processo saúde doença relacionado ao trabalho do PSP. Transtornos mentais mais comuns que afetam a vida e o trabalho do PSP, tais como transtorno de ansiedade, distúrbios do sono e distúrbios psicossomáticos, estresse psíquico, desajustamento psicossocial, depressão, o transtorno bipolar e o abuso de substâncias, desejo de morte e suicídio, desconfiança no próprio desempenho.

Objetivo Geral: Desenvolver nos PSP a percepção dos riscos psicossociais inerentes a profissão e implementar medidas de prevenção ao longo da vida e do trabalho e aplicabilidade de habilidades sociais e emocionais em situações de estresse e/ou vulnerabilidades emocionais.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública**. Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (SEGEN). Universidade Federal de Santa Catarina. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2020.

DA SILVA, Liliane Neris; SEHNEM, Scheila Beatriz. Avaliação da Saúde Mental de Policiais Militares. **Pesquisa em Psicologia** - anais eletrônicos, p. 43-60, 2018.

MURTA, Sheila Giardini. e (Org.) et al. **Prevenção e Promoção em Saúde Mental**. 1. ed. Editora: Sinopsys, 2015. 864.

PEREIRA, Marília. SOUGEY, EVERTON. **Padrões Cognitivos No Comportamento Suicida**. Editora: Appris, 2021. 99 p.

SERSON, Breno. **Transtornos de ansiedade, estresse e depressões: conhecer e tratar**. 1. ed. Editora: MG Editores, 2016. 200 p.

Bibliografia Complementar:

BORGES, Kelvia Maria Oliveira *et al.* **Abordagem na tentativa de suicídio: manual teórico-prático para profissionais da segurança pública**. Editora FAMPER, 2018.

COSTA, Samual. **Psicologia Militar - Sob Tensão - Estresse e Emoção**. Editora: Silva Costa, 2018.

GONÇALVES, Thaís. **Estresse, depressão e ansiedade: um enfoque sobre a saúde mental do policial militar**. 2018.

NJAINÉ, Kathie *et al.* **Impactos da Violência na Saúde**. Editora Fiocruz, 2020.

THORNICROFT, Graham; TANSELLA, Michele. **Boas Práticas em Saúde Mental Comunitária**. 1. ed. Editora Manole, 2009. 196 p.

26 - Disciplina: Filosofia dos Direitos Humanos

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Evolução e construção histórica dos direitos humanos, bem como sua conceituação e fundamentação. Compreensão dos direitos humanos como direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Direitos fundamentais, características e análise do artigo 5º da Constituição Federal. Os Mecanismos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos.

Objetivo Geral: Compreender os conteúdos ministrados a partir de uma análise sistemática, das normas constitucionais, conceitos doutrinários, jurisprudenciais e legais pertinentes a temática abordada. Contextualizar os acontecimentos jurídicos e sociais que gerem reflexos das regras constitucionais de forma multidisciplinar, reflexiva e crítica. Possuir capacidade e domínio jurídicos que sirvam como técnica, estratégia, articulação, para aplicação de conhecimentos com o propósito de dominar os princípios, conceitos e normas atinentes aos Direitos Humanos e suas implicações na sociedade,

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier: Câmpus, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Bibliografia Complementar:

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. 13. ed. Belo Horizonte: Fórum, v.1, 2004.

PAIVA, Caio; ARAGON HEEMANN, Thimotie. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: CEI, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Reinaldo Pereira. **Novos Direitos, Conquistas e Desafios**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2019.

27 - Disciplina: Políticas de Educação Ambiental	
Período Letivo: 3º	
Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
<p>Ementa: Educação ambiental e cidadania. Teoria e prática da educação ambiental. Educação ambiental – rumos e perspectivas. Políticas ambiental e educacional no Brasil. Princípios da sustentabilidade. Relação educação ambiental e qualidade de vida. Abordagens interdisciplinares, transdisciplinares. A temática ambiental e a educação - o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais.</p>	
<p>Objetivo Geral:Despertar a conscientização e a compreensão dos conceitos relacionados ao meio ambiente, bem como a motivação para a tomada de ações de melhoria e preservação do sistema ambiental, no qual estamos inseridos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CASCINO, Fábio. Educação Ambiental: princípios, história e formação de professores. São Paulo: Sonac, 2003.</p> <p>GUIMARÃES, Mauro (org.). Caminhos da Educação Ambiental: Da forma à ação [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus, 2020. (Coleção Papyrus Educação) 1.622 kb. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182437 . Acesso em: 08 fev. 2022.</p> <p>LIMA, gustavo ferreira da costa. educação ambiental no brasil: Formação identidade e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2015. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22543 . Acesso em: 03 fev. 2022.</p> <p>OLIVEIRA, Fernanda Borges. Educação ambiental e interdisciplinaridade. 1. ed. Curitiba: Contentus, 2020. 96 p. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186404 . Acesso em: 03 fev. 2022.</p> <p>PINOTTI, Rafael. Educação Ambiental para o século XXI no Brasil e no mundo. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158551. Acesso em: 03 fev. 2022.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CARVALHO, I. C. De M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.</p>	

FANTIN, Maria Eneida; OLIVEIRA, Edinalva. **Educação Ambiental, saúde e qualidade de vida** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. (Série Educação Ambiental). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6446> . Acesso em: 08 fev. 2022.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: CEI, 2017.

PENTEADO, Heloisa D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

28 - Disciplina: Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, e Indígena

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 60 horas

Créditos: 4 créditos

Ementa: Aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. A multiplicidade como essência da formação sócio-histórica do povo brasileiro. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani.

Objetivo Geral: Compreender as questões étnico-raciais e cultural da sociedade brasileira, contemplar estudos sobre a história, características dos diferentes grupos sociais, afro-brasileira e indígena, visando a conscientização, respeito e valorização da diversidade, étnico racial.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (coautor). **Políticas da raça**. São Paulo: Selo Negro edições, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/42371/epub> . Acesso em: 04 fev. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004.

KABENGELE, Munanga. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora

Contexto, 2013. 226 p. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1467> . Acesso em: 03 dez.2019.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **A construção social da cidadania em uma sociedade intercultural** [livro eletrônico]: o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira em sala de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186582> . Acesso em: 03 fev. 2022.

RUY, Karine dos Santos; SIFUENTES, Lírian. **Imaginário, sociedade e cultura** [recurso eletrônico]: diálogos transversais em comunicação. Porto Alegre, RS: EDIPUC, 2016.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52875/epub>. Acesso em: 04 fev. 2022.

SOARES, Eliana Maria do Sacramento; TEIXEIRA, Lezilda Maria. **Práticas educativas e cultura de paz: articulando saberes e fazeres**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/155310/pdf> . Acesso em: 03 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4.ed. São Paulo: Global, 2008.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: Passado, Presente e Futuro**. 1. ed. Editora: Editora Contexto, 2012. 304 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Disciplina Eletiva

29 - Disciplina: Inglês para fins acadêmicos

Período Letivo: 3º

Carga Horária: 60 horas	Créditos: 4 créditos
<p>Ementa: Introdução aos princípios básicos da comunicação oral e escrita em âmbito acadêmico (língua inglesa); Identificação dos diferentes gêneros textuais (ex. Resumos, e-mails, carta de motivação, artigos científicos, entre outros) e as expectativas de cada um em âmbito acadêmico e profissional; Métodos de leitura: “Skimming e Scanning”; Estudo das quatro habilidades da língua, escuta, fala, leitura, escrita relevantes à situações reais e aplicáveis em âmbito acadêmico e profissional: práticas discursivas; uso de tom apropriado para maior credibilidade; gramática, coesão e coerência; apresentação oral de trabalhos científicos em língua inglesa; Aquisição de habilidades para revisão, auto-edição, reescrita de texto acadêmico-científico, tom, vocabulário e como evitar o plágio.</p>	
<p>Bibliografia básica</p> <p>SWALES, John M. & FEAK, Christine B. Academic Writing for Graduate Students. Essential Tasks and Skills. 3ª ed. An Arbor: Michigan, ELT, 2017.</p> <p>MCCARTHY, M.; O’DELL, F. Academic Vocabulary in Use. Edition with Answers. 2ª ed. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2016.</p> <p>O’CONNEL, S. Focus on IELTS. 1ª ed. Londres: Pearson, 2010.</p>	
<p>Bibliografia complementar</p> <p>GEAR, J.; GEAR, R. Cambridge Preparation for TOEFL test. 4ª ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.</p> <p>GERSHON, S. Present Yourself 2. View Points. Teacher’s Manual. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.</p> <p>GUSE, J. Communicative Activities for EAP. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2011.</p> <p>LEWIS, M.; O’NEILL, R. Prism Reading Level 1. Cambridge, UK: Cambridge Press, 2018.</p> <p>SERPA, Oswaldo Ferreira. Dicionário escolar inglês - português. 8. ed. [S.l.: s.n.]. 1990.</p>	

5.6 Ensino a distância

O Ensino à distância - EaD é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação entre estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005). Essa modalidade é regulamentada pela legislação específica (PORTARIA Nº 2.177, 2019), que disciplina a oferta de componentes curriculares com metodologia à distância com o percentual de até o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total.

5.6.1 Oferta de Componentes Curriculares em EaD

Na Unitins a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD nos cursos de graduação presencial é regulamentada pela Instrução Normativa Nº 009, de 19 de dezembro de 2022, aprovada pela Resolução/Consuni/n.033/2022 (Apêndices I e II, respectivamente).

Na matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, constante na página 33, foi devidamente especificado os componentes curriculares nessa modalidade, totalizando um percentual de 38.6%. Essa carga horária e os componentes curriculares especificados para oferta em EaD foram propostos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovados pelo Colegiado de Curso.

Para o planejamento e execução dos componentes curriculares em EaD, professores titular e tutor, contam com o apoio da equipe multidisciplinar do Câmpus de Palmas, composta pela Coordenação do Curso, Assessoria Pedagógica e Supervisor de Tecnologia da Informação; e do Núcleo de Ensino à Distância institucional, composto pela Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Supervisão de Tecnologias de Informação.

Os métodos e práticas de ensino e aprendizagem, incorporam o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para a realização dos objetivos pedagógicos, para a disponibilização do material didático; bem como, para a orientação dos docentes para a metodologia de educação à distância. Os objetos de aprendizagem são selecionados de modo que atendam a necessidade do meio tecnológico e a mediação entre docente e discente.

5.6.2 Metodologia

Para oferta dos componentes curriculares à distância, além das aulas no ambiente Educ@ (ambiente virtual de aprendizagem da Unitins), poderão ser realizados encontros presenciais para aplicação das avaliações A1, A2 e Exame Final (quando couber) e encontros presenciais para atividades de tutoria; apresentação de trabalhos acadêmicos, avaliações e demais atividades didáticas-pedagógicas que se fizeram necessárias, conforme a programação/necessidade identificadas pelo professor titular da disciplina, ao qual o acadêmico esteja vinculado. Além disso, poderão ser realizados alguns encontros pré-agendados, via

Google Meet, que deverão ser gravados e postados no ambiente Educ@, para acesso em qualquer tempo pelos acadêmicos.

As aulas dos componentes curriculares ofertados em EaD são planejadas com antecedência, sendo que no plano de ensino são identificados os momentos presenciais e em EaD, e descritos os conteúdos desenvolvidos, os materiais didáticos e atividades. Todas as aulas e seus conteúdos são disponibilizados em Rota de Aprendizagem no ambiente Educ@, onde são distribuídos os materiais didáticos selecionados/curados/elaborados pelo Professor Titular.

As aulas são trabalhadas em ciclos semanais, em tempo e quantidade que atendam a carga horária e a ementa do componente curricular, distribuindo o conteúdo programático em cada semana, por meio dos materiais didáticos, das atividades e das avaliações. O número de ciclos semanais é definido conforme o Calendário Acadêmico Institucional vigente, inclusive, seguindo os dias previstos para aplicação das avaliações A1, A2 e Exame Final (quando couber).

O cômputo da frequência se dá com a participação nas atividades realizadas no ambiente de aprendizagem Educ@ (participações em fóruns, realização dos exercícios e atividades propostas), e ainda, na realização das atividades avaliativas e encontros presenciais.

O processo de planejamento é tratado com o mesmo rigor dos componentes ministrados presencialmente, tendo em vista que o professor nesse momento considera a qualidade dos conteúdos, materiais disponíveis, a promoção do uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o estímulo à inserção e interação dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem, além do acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

5.6.3 Equipe da disciplina

No Câmpus de Palmas a oferta de componente curriculares na modalidade à distância é realizada pelo Professor Titular e pelo Professor Tutor, cujas responsabilidades estão disciplinadas na Instrução Normativa N° 009, de 19 de dezembro de 2022.

Em suma, Professor Titular é responsável pelo planejamento e pela organização didático-pedagógica da disciplina, por meio dos instrumentos, tais como: Plano de Ensino, Plano de Aula e Roteiro Norteador (planejamento das aulas), prevendo a organização do material didático, em conformidade com a ementa da disciplina, tendo por referência o PPC do curso. O professor estabelece também, atividades acadêmicas; escolhe recursos e objetos de aprendizagem; e, elabora e corrige as avaliações. Cabe ao Professor Titular a seleção/curadoria/elaboração do material didático que será disponibilizado em diferentes mídias, utilizando linguagem apropriada para a modalidade de ensino. Tal material é elaborado pelo professor titular e validado pela equipe da disciplina e Coordenador do Curso.

O professor titular poderá exercer as atividades de tutoria da disciplina sob sua responsabilidade, conforme Instrução Normativa Nº 009, de 19 de dezembro de 2022.

Em suma, o professor tutor é responsável pela configuração, organização e alimentação do ambiente virtual de aprendizagem e pela mediação nos fóruns, chats e outras atividades de interação que se fizerem necessárias; pelo acompanhamento da frequência e divulgação de notas; e, pela orientação sobre atividades e prazos de postagem.

Para atuar nas disciplinas EADs, os professores e tutores precisam alcançar habilidades e competências comportamentais; bem como, atitudes que auxiliam no desenvolvimento de um bom trabalho, como por exemplo: ter organização e planejamento; ser proativo e criativo, trazer e sugerir soluções e ideias inovadoras na resolução de problemas; ter automotivação; ter capacidade para tratar as pessoas de acordo com suas reações emocionais e perceber as necessidades e especificidades dos acadêmicos; ter equilíbrio emocional; ser flexível, adaptando-se a variações na realização ou surgimento de novas atividades; ser assíduo e comprometido com suas atribuições.

Também são necessárias competências da área técnica, como: conhecer as rotinas de trabalho na IES; ter conhecimento em informática básica e dominar o ambiente virtual de ensino-aprendizagem; ter conhecimento da disciplina ministrada; saber sobre as políticas, fundamentos e metodologias da educação a distância e sobre o curso que integra o corpo docente; estabelecer relacionamento interpessoal na administração e na criação de redes de contatos; ter boa comunicação oral e escrita; saber trabalhar em equipe.

Os professores titular e tutor são profissionais da educação com formação na área do curso, qualificados em nível compatível ao previsto no PPC, com experiência profissional na docência no Ensino Superior, conforme estudo do perfil do corpo docente acostado (Apêndices: III, IV, V, VI, VII).

A fim de capacitar o seu quadro de docentes e tutores, a instituição planeja e executa seu Programa de Formação Continuada.

5.6.4 Equipe Multidisciplinar

O Câmpus de Palmas conta com uma equipe multidisciplinar, composta pela Coordenação do Curso, pela Assessoria Pedagógica e pelo Supervisor de Tecnologia da Informação, cujas responsabilidades estão disciplinadas na Instrução Normativa Nº 009, de 19 de dezembro de 2022.

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública conta com o auxílio de Assessoria Pedagógica do Câmpus no acompanhamento do trabalho da equipe da disciplina, principalmente no que tange ao ambiente Educ@ e emissão de relatórios necessários. Assessoria Pedagógica deve ainda organizar junto com a coordenação o acesso à infraestrutura

e esclarecimentos de dúvidas técnicas sobre o ambiente de aprendizagem e demais assuntos administrativos.

O Supervisor de Tecnologia da Informação do Câmpus é responsável pela supervisão e pela manutenção dos laboratórios de informática e apoio às atividades acadêmicas do Câmpus. Deverá ainda atender usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; receber e orientar os acadêmicos na correta utilização dos equipamentos e dos sistemas de informática; orientar e acompanhar os acadêmicos na utilização da plataforma.

A equipe multidisciplinar do Câmpus, deve manter permanente contato e articulação com o Núcleo de Ensino à Distância institucional, composto pela Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Supervisão de Tecnologias da Informação, durante os processos de planejamento, produção e oferta dos componentes curriculares à distância, conforme suas atribuições institucionais.

Em linhas gerais, a Diretoria de Ensino é responsável por acompanhar e monitorar o planejamento, produção e oferta dos componentes curriculares à distância. A Coordenação Pedagógica é responsável por coordenar e executar as atividades acadêmicas de ensino, auxiliando a equipe multidisciplinar em suas atividades. A Supervisão de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção, suporte, segurança e pelo desenvolvimento de inovação tecnológica para o ambiente virtual de aprendizagem.

5.6.5 Aulas no ambiente virtual de aprendizagem Educ@

No conteúdo de cada aula a ser disponibilizada no Educ@ deverá estar imbuído todo o planejamento elaborado anteriormente, constando os elementos mencionados, como período, recurso, conteúdo, objetivos, descrição, atividade, referência, critério da avaliação, nota. Conforme especificado a seguir:

1) O ambiente Educ@ da disciplina deverá conter:

- Mensagem inicial: escrever uma mensagem de boas-vindas, contextualizando a disciplina, ressaltando sua relevância para o curso, o que os acadêmicos deverão esperar da disciplina e o que se esperará deles para a finalizem de forma exitosa. Incluir horários e meios da tutoria. Poderá ser inclusa uma imagem que remeta à disciplina.
- Descrição do curso: incluir o Plano de Ensino.
- Fórum Geral: deverá ser disponibilizado na página inicial do componente curricular no Educ@, a fim de esclarecimentos de dúvidas e troca de informações.
- Fórum temático: poderão ser configurados e disponibilizados conforme a necessidade identificada pela equipe da disciplina, disponibilizados na Rota de Aprendizagem da aula.

- Rota de Aprendizagem: deverá estar disponível, semanalmente, tendo em vista que os ciclos de aula são semanais. Disponibilizar uma Rota de Aprendizagem para cada aula, em que deverão ser configurados e postados os materiais base e complementares, as atividades e os fóruns temáticos.

- Anúncio: essa ferramenta deverá ser utilizada para qualquer informação e/ou comunicação com os acadêmicos. Orienta-se que a cada aula seja encaminhado um anúncio informando a disponibilização da aula e orientações.

2) Materiais que irão compor os ciclos semanais dos encontros:

- Roteiro Norteador contendo o tema da aula; indicação do texto base e conteúdo comentado;
- Slides da aula contendo os apontamentos e os conceitos com os pontos principais do conteúdo do ciclo semanal;
- Material complementar contendo textos, vídeos, notícias e/ou podcasts, entre outros recursos;
- Atividades contendo exercícios objetivos e discursivos que poderão ser alternados com fórum temático.

Os materiais podem ser complementados com vídeos gravados para esclarecer partes específicas do conteúdo.

5.6.6 Critérios de avaliação

Busca-se realizar um processo de avaliação contínua, com variados métodos e recursos possibilitados no EaD. Para cada aula há possibilidade de avaliação a partir da entrega e resposta dos alunos por meio dos recursos do ambiente virtual de aprendizagem Educ@, como por exemplo:

- O tempo dedicado ao acesso às leituras, exercícios e outros recursos do ambiente;
- O desempenho nos espaços de interação e resposta as atividades dentro dos prazos estipulados;
- A interação com o professor e participação durante o levantamento de questionamentos.

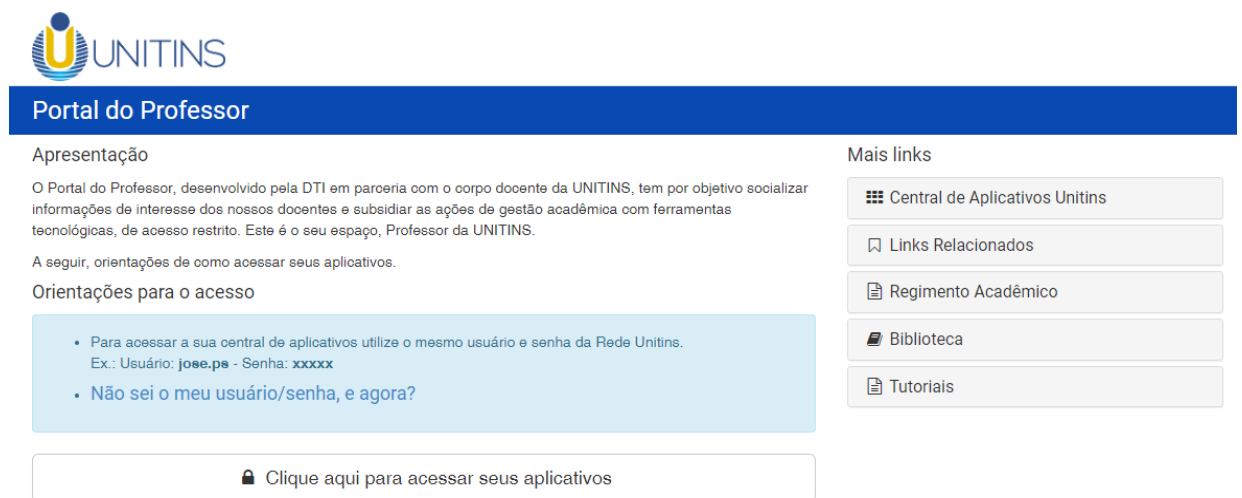
5.6.7 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS

A Unitins, por meio de formações continuadas, incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, estimulando o uso de ferramentas informatizadas que permitam a disponibilização do material didático das aulas de diversas formas. Nas formações, são trabalhadas ferramentas que permitem a integração de dados,

imagens e sons; o rápido acesso à informação; e a comunicação, reduzindo as barreiras de espaço/tempo, possibilitando um espaço propício à aprendizagem.

Na gestão tecnológico-pedagógica a UNITINS utilizará aplicativos, programas e demais mediações necessárias integradas e disponibilizadas por meio do Portal dos Professores (uso docente - Fig. 1) e Portal do Aluno (uso discente - Fig. 2), ambos acessíveis por meio do Portal da Unitins www.unitins.br. As ferramentas disponibilizadas aos docentes e discentes possuem acesso restrito e centralizado no Portal do Professor (<https://www.unitins.br/apps/portaldoprofessor>) e no Portal do Aluno (<https://www.unitins.br/PortalAluno>), contemplando funcionalidades que permitem acompanhar a vida acadêmica e manter interatividade com os membros da comunidade acadêmica.

Figura 1. Acesso ao Portal do Professor



Dentre os aplicativos disponíveis aos docentes estão as Bibliotecas Online e Virtual; o AVA Educ@; o SAP - Sistema de Auxílio ao Professor e Pacote Google Workspace for Education Plus (E-mail, Drive, Meet, Clasroom, Jamboard, Cloud Search), e ainda, os tutoriais para utilização dos apps das bibliotecas, das ferramentas do Educ@ e do SAP, dentre outras.

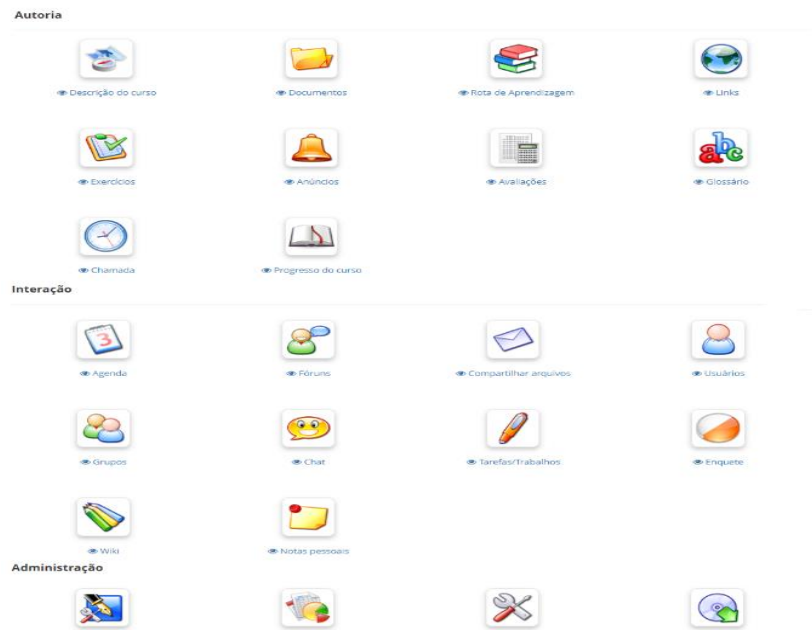
Figura 2. Acesso ao Portal do Aluno

Aos discentes estão disponíveis as Bibliotecas Online e Virtual; o AVA Educ@; a Secretaria (boletim, grade curricular, matrícula e situação acadêmica), o I-Protocolo, e-mail institucional, e ainda, os tutoriais para utilização dos apps das bibliotecas, das ferramentas do Educ@ e do SAP, dentre outras. As ferramentas disponibilizadas aos acadêmicos possuem acesso restrito e centralizado no Portal do Aluno, contemplando funcionalidades que permitem acompanhar sua vida acadêmica e manter interatividade com os membros da comunidade acadêmica. Forma de acesso: <https://www.unitins.br/PortalAluno>.

A IES adota o ambiente virtual de aprendizagem Educ@, com foco na interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, para a oferta de disciplinas em EAD, e ainda, em apoio aos processos de ensino-aprendizagem. O Educ@ está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES em seu PDI (item 2.3.7- Políticas de Educação a Distância).

O Educ@ tem uma arquitetura que permite um espaço próprio para cada disciplina, com ferramentas que garantem a inclusão de conteúdos nos mais diferentes formatos, além da interação entre aluno-tutor-professor. É um ambiente de fácil utilização e permite flexibilização em sua organização, necessária para tornar o conteúdo variado, motivador e adaptado aos mais diferentes estilos de aprendizagem, fator extremamente importante para a modalidade de EaD. Dentre as funcionalidades e/ou ferramentas que podem ser utilizadas estão: Chat, Fórum, Rota de Aprendizagem, Exercícios, Tarefas/Trabalhos, Agenda, Rede Social, Anúncios, entre outras (Figura 3).

Figura 3. Ferramentas disponíveis na plataforma Educ@



Os câmpus possuem sistema WIFI, para acesso aos recursos computacionais nas unidades da Unitins, com controle de segurança vinculado às contas institucionais @unitins.br (Figura 4).

Figura 4. Autenticador WIFI



A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI da Unitins – TO planeja e gerencia recursos de hardware e software que permitam o alcance das diretrizes estratégicas da Instituição, em consonância com o prescrito na Política de Tecnologia da Informação.

O suporte aos sistemas, aplicativos e ferramentas disponibilizados pela Unitins, ao usuário, é realizado de forma centralizada na Unitins, por email (suporte@unitins.br) e por

telefone (3218-2959), e de forma descentralizada nos câmpus, que contam com salas técnicas coordenadas por Supervisores locais de TI.

5.6.8 Conteúdos Curriculares

O conjunto de temas transversais e o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direitos das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica previstos na BNCC integram o currículo do Curso Superior em Segurança Pública, considerando o princípio de sólida formação teórica e interdisciplinar, unidade teoria-prática, trabalho coletivo, entre outros. Restam dúvidas que a operacionalização dos princípios no contexto da prática docente, defendidos nesta proposta, requer reflexão crítica e ética, tendo em vista que envolve posicionamentos e concepções a respeito das causas e efeitos, de sua dimensão histórica e política.

Reiteramos “os dois Eixos Formativos prática sócio histórico cultural e prática pedagógica e pesquisa” deste PPC, são operacionalizados por meio dos três Núcleos Formativos (DCN, 2015, Art. 12), favorecem o princípio de interdisciplinaridade perspectivado nas DCN (2015) e corroborado na BNCC (2017).

Essa ênfase à interdisciplinaridade não pretende negar as especificidades de cada disciplina e tampouco desconsiderar seus respectivos pressupostos epistemológicos e abordagens metodológicas. Ela traduz, antes, a preocupação de garantir que o profissional formado seja capaz de processar sua prática pedagógica, articulando e integrando os olhares sobre a realidade e, especialmente, sobre a Educação, produzidos pelos diferentes campos de conhecimento.

5.7 Curricularização da extensão

Os Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão são apresentados institucionalmente e convergem para a consecução da missão da Universidade e de seus princípios, gerando os respectivos produtos de interação de ensino – uma vez que são desenvolvidos no âmbito dos componentes curriculares de forma complementar; de **pesquisa** – na medida em que promove a aquisição de competências inerentes ao ato investigativo no processo de ensino, identificando a necessidade de geração de novos conhecimentos; e de **extensão** – que possibilita a associação direta dos objetos de conhecimento e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social. Na Universidade Estadual do Tocantins, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional.

O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura.

Apresentando com princípio nortear a Instrução Normativa/Consepe/n. 001/2017 que objetiva e estabelece os procedimentos para institucionalização das ações de extensão no âmbito da Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

As atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular, distribuídas ao longo do processo de formação e serão realizadas de modo indissociável com as atividades de ensino, nos componentes curriculares obrigatórias e por meio dos programas, projetos institucionalizados e utilização de pesquisa-ação.

A proposta atende à necessidade de adequação à Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, que parte da concepção de que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula atividades de ensino e pesquisa promovendo, assim, o vínculo e aproximação necessária para estabelecer a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

5.7.1 Adequação normativa da proposta de curricularização

A proposta atende ainda à Política Nacional de Extensão e ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNITINS (2018-2022), no item 4.2 Plano/Estudo e Estratégias de Curricularização, no qual consta a meta “Curricularização (creditação da Extensão)”, bem como à Instrução Normativa 005/2019 GABREITOR, atualizado pela nova Instrução Normativa 001, de 24 de fevereiro de 2023.

Nesse caso, ao integrar a prática extensionista na estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública busca-se desenvolver uma ação-resposta a estas demandas e mais ainda, como forma de consolidar o caráter transformador da relação Universidade e seu entorno. A extensão universitária é pensada aqui na mesma perspectiva sinalizada por Padilha (2001) não é um processo impositivo da lógica universitária para a comunidade; não se trata de uma comunicação de um núcleo intelectual que objetifica o sujeito ao cenário social, mas trata-se de um verdadeiro diálogo, que se propõe sistemático, porém sempre aberto à multiplicidade de representações de mundo.

A perspectiva da Universidade será sempre a de compreensão e acolhimento das diferentes lógicas culturais e visões sobre comportamento social, organização e desenvolvimento cultural e humano e os diversos significados e subjetividades que constitui as comunidades que estarão vinculadas à prática extensionista definida no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. A opção metodológica que orientará essas ações é a

metodologia participativa que é entendida como um conjunto de procedimentos por meio dos quais os sujeitos (internos ou externos à Universidade), envolvidos no projeto estão interligados em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, diálogos efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum.

Do mesmo modo, utilizaremos a pesquisa-ação como fundamental para o desenvolvimento de uma visão e uma prática educativa que permite aos estudantes e professores a compreensão das singularidades do cotidiano comunitário e a participação dele. Essas ações contribuirão para consolidar o sentido de práxis extensionista em uma visão aberta do trabalho intelectual, possibilitando que a extensão se constitua em seu compromisso social, fonte de conhecimento e de capacitação para todos os envolvidos, uma vez que ela propicia às comunidades externas à Universidade acesso a informações científicas e tecnológicas em áreas diversas de atuação, bem como a formas de expressão artística ou cultural, cooperando, de certo modo, na construção de novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, a extensão torna-se um importante veículo de informação para o mundo acadêmico, já que institui-se como uma riqueza de contatos; estimula a vida cultural nos Câmpus e de seu entorno e revigoram-se ações transformadoras na sociedade. A extensão universitária pode ser conduzida através de metodologias diversas, no entanto, a metodologia participativa e a pesquisa-ação conquistam um lugar importante em projetos de extensão que mobilizam as comunidades externas.

As Ações Curriculares de Extensão do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública se estruturam em três áreas temáticas de extensão: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

Por fim, As ações de extensão (ACEs) do curso de Tecnologias em Segurança Pública serão contempladas dentro do prazo estipulado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

5.7.2 Metodologia da curricularização

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Estadual do Tocantins, Campus Palmas, a curricularização da extensão atenderá, devidamente, as normas aplicáveis e organizar-se-á por meio da distribuição de componentes curriculares de extensão, no primeiro e segundo semestre do curso, ao longo do processo de formação, atendendo-a por meio da formação em componentes curriculares vinculados ao Programa Educacional Bombeiro Mirim – PROEBOM. Este programa foi desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO e tem como objetivo geral, auxiliar na assistência às crianças e aos adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade e no trabalho informal, levando

formação e orientação, implantando valores éticos e morais, além do sentimento de cidadania e civismo. E seus objetivos específicos são:

- Proporcionar aos jovens condições que o auxiliem a abandonar maus hábitos e substituí-los por uma maneira de agir saudável e melhor;
- Ensinar às crianças e adolescentes a base da organização militar: a hierarquia e a disciplina, bem como sua prática no cotidiano das atividades;
- Desenvolver o desejo de aprimorar os conhecimentos sobre temas importantes da sua vida cotidiana, como: noção de primeiros socorros, saúde, doenças infecta-contagiosas, acidentes domésticos, meio ambientes, cidadania, educação no trânsito, etc.;
- Socializar informações sobre os interesses das crianças e adolescentes e suas famílias;
- Articular com entidades executoras de ações sociais, a fim de alcançar a integralidade no atendimento às famílias;
- Desenvolver a habilidade de trabalhar em equipe e o respeito aos limites alheios;
- Fortalecer a iniciativa, a criatividade e autonomia das famílias das crianças e adolescentes atendidos, levando em conta a promoção da auto-estima de todos os componentes familiares;
- Incentivar a todos os participantes do projeto a permanecerem na escola através do acompanhamento e a motivação escolar;
- Desenvolver ações que possam contribuir para inserção no mercado de trabalho quando atingirem a fase adulta;
- Desenvolver respeito aos bens públicos e privados;
- Estabelecer parcerias para a constituição e manutenção do projeto, firmando assim, termo de cooperação mútua.

O PROEBOM atende crianças e adolescentes com idade entre 12 a 14 anos, oriundos de: Escolas públicas e privadas; Instituições de apoio social; Organizações privadas.

O curso é oferecido em regime semestral nas Unidades Bombeiro Militar (UBM), dos seguintes municípios: Palmas, Araguaína, Araguaínas, Porto Nacional e Gurupi, sob a responsabilidade dos seus respectivos comandantes.

Atividades de Extensão: para integrar as atividades executadas pelos estudantes dos componentes curriculares de extensão, os acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, atuarão no projeto que está sendo desenvolvido em Palmas. Compartilharão com o público alvo do PROEBOM, por meio de aulas teóricas e práticas, os conhecimentos obtidos nos seguintes componentes curriculares: Atendimento Pré-Hospitalar I, Sistema de Comando de Incidentes, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Atendimento Pré-Hospitalar II, Combate a Incêndio

Urbano, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Sistema de Proteção e Defesa Civil. As atividades de extensão serão desenvolvidas por meio de etapas, descritas a seguir:

5.7.3 Etapas do processo de curricularização

Para alcançar os objetivos da curricularização da extensão, a metodologia adotada consiste na execução de 07 (sete) etapas a seguir:

(1) Definição do público-alvo: crianças e adolescentes atendidos no PROEBOM;

(2) Planejamento: será realizado semestralmente sob a responsabilidade do professor de Projeto Integrador I e II, compartilhando conhecimento obtidos nas seguintes componentes curriculares: Atendimento Pré-Hospitalar I, Sistema de Comando de Incidentes, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Atendimento Pré-Hospitalar II, Combate a Incêndio Urbano, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Sistema de Proteção e Defesa Civil;

(3) Envolvimento da comunidade: Antes do início da atuação prática dos acadêmicos no PROEBOM, deverá haver reunião com os pais do público atendido para informar as finalidades do programa e da parceria firmada entre CBMTO/UNITINS para execução do mesmo;

(4) Formação de parcerias: Como o projeto PROEBOM já está formatado pelo CBMTO, não haverá a necessidade de atuação da Curricularização para a buscar outras parcerias, além do que está proposto aqui;

(5) Execução: Os professores dos Projetos Integradores I e II atuarão como mediadores, guiando os acadêmicos para um papel ativo e protagonista nas atividades de extensão. Dessa forma, eles terão a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e contribuir para solucionar problemas da comunidade. Isso permitirá aos acadêmicos enriquecer sua formação acadêmica, desenvolver habilidades importantes, como trabalho em equipe, liderança e comunicação, e ter um impacto positivo na sociedade.

Além disso, a incorporação dessas atividades no currículo aproxima os acadêmicos da realidade profissional e os prepara para o exercício das atividades de segurança pública com uma visão mais ampla e humanizada.

(6) Avaliação: a coordenação do Projeto promoverá meios de avaliação dos processos e ações a serem realizadas pelos sujeitos envolvidos no projeto cujos resultados servirão de base para revisão e planejamento dos semestres subsequentes;

(7) Prestação de contas: os resultados alcançados devem ser demonstrados por meio de relatórios e encaminhados aos parceiros e grupo social envolvidos. Também devem ser compartilhados em sites oficiais, mídias sociais e jornais locais.

Dessa forma, as portas permanecerão abertas para novas ações. Além disso, os professores prestarão relatórios semestrais que serão encaminhados em anexo ao relatório geral do Projeto para avaliação da Proex.

5.7.4 Critérios para definição dos componentes curriculares

A seleção dos componentes curriculares deu-se a partir da análise do objeto e dos objetivos informados nas respectivas ementas observando-se os seguintes critérios:

1. **Relevância para a área de atuação:** os componentes curriculares devem estar relacionados ao campo de atuação da Segurança Pública, em especial às atividades do Bombeiro Militar e fornecer aos estudantes as habilidades e conhecimentos necessários para a prática profissional.

2. **Atualidade:** os componentes curriculares devem abordar questões e tendências atuais no campo da segurança pública, de modo a preparar os estudantes para as demandas da sociedade.

3. **Enfoque prático:** os componentes curriculares devem ter um enfoque prático, de modo a permitir aos acadêmicos a aplicação do conhecimento adquirido em situações reais.

4. **Interação com a comunidade:** os componentes curriculares devem incluir ações de extensão que permitam aos acadêmicos interagir com a comunidade e aplicar o conhecimento adquirido em situações práticas.

5. **Alinhamento com os objetivos do programa:** os componentes curriculares devem estar alinhados com os objetivos do programa de extensão e permitir que os acadêmicos desenvolvam habilidades e conhecimentos específicos para a prática da Segurança Pública.

6. **Envolvimento de professores e especialistas:** os componentes curriculares devem ser ministrados por professores e especialistas experientes no campo da Segurança Pública, de modo a garantir a qualidade do ensino.

Partindo da metodologia adotada e dos critérios supracitados, o quadro a seguir informa os componentes curriculares selecionados com os respectivos créditos e cargas horárias:

Quadro 1: Curricularização da Extensão

Conteúdos	Disciplina	CH Total da Disciplina	Crédito	CH Extensão	Hora-Relógio	Hora-Aula
1º SEMESTRE						
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento Pré-Hospitalar I • Sistema de Comando de Incidentes • Segurança Contra 	Projeto Integrador I - Atividade de Extensão	60	4	60	60	75

Incêndio e Emergência						
<ul style="list-style-type: none"> • Salvamento em Altura • Salvamento Terrestre 						
Conteúdo	Disciplina	CH Total da Disciplina	Crédito	CH Extensão	Hora-Relógio	Hora-Aula
2º SEMESTRE						
<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e Combate a Incêndios Florestais • Atendimento Pré-Hospitalar II • Combate a Incêndio Urbano • Noções de Operações com Produtos Perigosos • Sistema de Proteção e Defesa Civil 	Projeto Integrador II - Atividade de Extensão	120	8	120	120	150
CH TOTAL DO PROJETO INTEGRADOR		180	12	180	180	225

5.7.5 Metodologia das disciplinas curriculares

Os professores devem elaborar propostas metodológicas que articulem o processo de aprendizagem que interajam com a comunidade. Para tanto, devem utilizar-se de metodologias ativas que permitam ao acadêmico aplicar os conhecimentos adquiridos no contexto social onde estão inseridos. Por outro lado, o professor deve adequar os projetos e ações de forma a ter um equilíbrio entre os conhecimentos adquiridos e a aplicação direta em projetos e ações no meio social escolhido.

Como modelo metodológico sugere-se a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL, sigla em inglês) criada por John Dewey, filósofo e educador americano do século XX. Essa metodologia promove a integração da teoria e da prática, e incentiva a formação de habilidades e competências importantes, como trabalho em equipe, pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação. Também envolve a realização de projetos concretos para desenvolver habilidades e conhecimentos. Isso permite ao acadêmico aplicar o que aprendeu em situações reais e de forma colaborativa, aumentando a motivação e o envolvimento.

A Metodologia, Aprendizagem Baseada em Projetos deve observar os seguintes passos:

- 1) Definição do objetivo do projeto
- 2) Seleção do tema
- 3) Planejamento do projeto
- 4) Pesquisa

- 5) Execução do projeto
- 6) Apresentação do projeto
- 7) Reflexão sobre o processo
- 8) Avaliação

A PBL pode ser adaptada a componentes curriculares de diferentes cargas horárias, desde que sejam definidos projetos ou problemas adequados para o nível e a carga horária componente. Além disso, é importante estabelecer critérios claros de avaliação dos projetos, incluindo aspectos como a qualidade da solução, a participação do estudante, e a apresentação dos resultados.

Todavia, caberá ao professor titular do componente curricular a escolha metodológica mais adequada ao perfil do componente e do objetivo a ser alcançado. Isso se aplica inclusive em relação ao relatório de experiência a ser entregue no final do projeto integrador II, que pode ser manual, artigo, cartilha, panfleto, entre outros.

É fundamental que fique claro, na metodologia dos planos de ensino, a forma como os estudantes aplicarão os objetos de conhecimento teóricos no contexto social no transcorrer do componente curricular.

5.8 Integralização da carga horária total do curso

A carga horária do curso Superior em Tecnologia em Segurança Pública da UNITINS atende a Instrução Normativa n. 01GAB/REITOR de 23 de maio de 2019 (carga horária mínima exigida) e a IN n. 006/2019 GAB/REITOR 17 de dezembro de 2019.

A carga horária total do curso é de 1.710 horas, está mensurada em hora aula no total de 2.137,5 e horas relógio de 1.710 de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconiza os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo,

III – Aulas práticas utilizando laboratórios específicos conforme a natureza da disciplina.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos.

Elas terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

- Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 4 encontros de 48 (quarenta e oito) minutos de exposição e 12 (doze) minutos de atividade supervisionada.

- Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 48 (quarenta e oito) minutos de exposição e 12 (doze) minutos de atividade supervisionada.
- Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos estudantes alunos, inclusive as atividades supervisionadas, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da UNITINS.

Neste contexto, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC. Sinteticamente, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública ora proposto pela UNITINS, foi elaborado de forma a contemplar a concepção e os objetivos do curso e atingir o perfil profissional proposto.

Os objetos de conhecimento conteúdos curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública serão distribuídos em três núcleos de conteúdo.

- I. O núcleo de conteúdos básicos será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Sistemas e Informática do CBMTO, Direito Penal Militar, legislação Institucional e Ética Profissional; Noções de Direito Constitucional e Administrativo; Didática de Ensino, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Filosofia dos Direitos Humanos, Política das Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira, Africana e Indígena, Políticas de Educação Ambiental, Inglês para fins acadêmicos, Fundamentos de Gestão Pública e Empreendedorismo Organizacional.
- II. O núcleo de conteúdos profissionais **essenciais** será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e Segurança Pública, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Atendimento Pré-Hospitalar I; Combate a Incêndio Urbano, Salvamento Aquático, Salvamento em Altura, Salvamento Terrestre, Anatomia e Fisiologia Humana, Sistema de Comando de Incidentes - SCI, Prevenção e Combate A Incêndios Florestais, Atendimento Pré- Hospitalar II, Sistema de Proteção e Defesa Civil, Segurança Contra Incêndio e Emergência, Noções de Operações com Produtos Perigosos, Estágio Profissional Supervisionado.
- III. O núcleo de conteúdos profissionais **específicos** deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades

locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria. Esse núcleo será constituído por: Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública e Metodologia da Pesquisa Científica, Saúde e Qualidade de vida no trabalho, Noções de Direito Processual Penal Militar.

As disciplinas Eletivas incorporarão um dos núcleos de conteúdos descritos acima.

Os núcleos de componentes curricular conteúdos poderão ser ministrados em diversas formas de organização, observando o interesse do processo pedagógico e a legislação vigente.

Os núcleos de componentes curricular conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- a. participação em aulas práticas, teóricas, conferências e palestras;
- b. utilização de sistemas computacionais;
- c. consultas à biblioteca;
- d. pesquisas temáticas e bibliográficas;
- e. encontros, congressos, exposições, concursos, seminários, simpósios, fóruns de discussões, etc.

6 COOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Atualmente um dos maiores desafios da ciência no Brasil é disseminá-la para além do território nacional. A internacionalização, neste contexto, se torna fundamental para o fortalecimento do ensino e disseminação da pesquisa desenvolvida no Brasil em nível global. A UNITINS como Universidade pública e Estadual do Tocantins, compreendendo esta necessidade e entendendo que associações em rede e parcerias interinstitucionais fortalecem a Universidade como entidade geradora de conhecimento, visa neste momento se conectar em nível: regional, nacional e internacional. A troca de expertise promovida pelo intercâmbio de alunos e professores significa o primeiro passo da Universidade para ganhos ainda maiores, ou seja, aqueles provenientes da troca científica, tecnológica e cultural impulsionada pela vinda de professores e alunos estrangeiros para a UNITINS e o Estado do Tocantins.

Nos últimos anos, o Brasil registrou avanços significativos em relação à internacionalização no Ensino Superior, por meio de iniciativas como: O programa Ciências Sem Fronteiras, e Capes-PrInt, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A internacionalização no Ensino Superior se insere no contexto de desenvolvimento global, trazendo impactos positivos nas esferas educacionais, sociais, econômicas e culturais das Universidades. Além de posicioná-las em um cenário mundial.

Nesta perspectiva, a UNITINS buscará desenvolver Políticas de Internacionalização para a promoção de cooperações internacionais bilaterais com Instituições do exterior, visando à mobilidade acadêmica e o desenvolvimento de pesquisa em parceria; oferta de cursos em plataforma online; participação em editais de fomento a ações de internacionalização; participação em projetos internacionais de popularização de ciências e projetos internacionais culturais e educativos; e a criação do Plano Institucional de Internacionalização. Além disso, buscará alinhar a internacionalização “em casa” com políticas linguísticas que promovam o ensino de idiomas estrangeiros para fins acadêmicos a partir da graduação.

Dentro desta visão, a UNITINS reconhecendo a importância de formar cidadãos conscientes e proativos diante de necessidades globais, elege a internacionalização como uma das áreas prioritárias de seu planejamento de desenvolvimento institucional (PDI) no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

7 PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica da UNITINS, busca o desafio da formação de um novo profissional capacitado para exercer mais que sua profissão. Um profissional que seja capaz de contextualizar o conhecimento adquirido, utilizando suas competências e habilidades na perspectiva de contribuir positivamente no meio em que vive e em que trabalha. Para tanto, trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, cartesiana, disciplinar e individualizada não será suficiente para a formação de um cidadão capaz de contribuir para a transformação do meio em que vive.

A perspectiva interdisciplinar envolve a diversidade das disciplinas, que se complementam, gerando uma nova metodologia, um novo tipo de pessoa, mais humana, democrática e, ao mesmo tempo, mais crítica. As disciplinas se interagem, gerando o sujeito coletivo, que valoriza todo o processo do conhecimento, como ele acontece, não somente pensando em seu resultado.

O conceito de interdisciplinaridade é fundamental na educação contemporânea, porém a sua compreensão implica em um desafio para os professores. Fazenda (2013) assegura que a atitude interdisciplinaridade requer reciprocidade, diálogo, humildade, envolvimento e comprometimento e compromisso.

A interdisciplinaridade pressupõe uma maneira de produção do conhecimento que implica em uma troca de teorias e metodologias, produzindo então novos conceitos, procurando assim atender a natureza múltipla de complexidades fenomenológicas, tratando-se a importância de averiguar a pertinência e a relevância das diversas áreas do conhecimento a serem trabalhados e estimulados no currículo.

Esse desafio interdisciplinar exige colaboração, tempo para planejar, refletir e agir sobre o significado e a repercussão na vida acadêmica do estudante. Muitas vezes, nas instituições, apenas se prepara uma atividade para se desenvolver em conjunto entre as disciplinas, e o objetivo desse trabalho não fica claro para os participantes, prejudicando o resultado, diminuindo o conceito e o benefício da interdisciplinaridade no contexto universitário, que fica somente no plano conceitual.

O planejamento, os conteúdos, as metodologias utilizadas pelos educadores fazem toda diferença na formação do estudante. Nesse sentido, a educação deve ser trabalhada, de forma interdisciplinar, na qual este acadêmico é ativo, capaz de desenvolver seu próprio conhecimento, por meio de ações, atitudes, que vão além das teorias.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico – PPC – da UNITINS propõe a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia necessária e fundamental para formação profissional, humana e social, bem como para a sustentabilidade do ensino superior.

7.1 Metodologia de ensino

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A UNITINS assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade.

Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

7.2 Princípios estruturadores

DIVERSIDADE: respeitar os desafios e os dilemas do multiculturalismo, em face das diversidades étnico-culturais.

AUTONOMIA: considerar o olhar do aluno sobre a sua realidade; romper com a cultura de dependência ao professor; e desenvolver atitude reflexiva diante das práticas avaliativas e do estudo.

INVESTIGAÇÃO: possibilitar a capacidade de agir, refletir na ação e sobre a ação; desenvolver uma postura questionadora, sobretudo uma ação educativa inserida em um contexto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais e pedagógicas.

TRABALHO COOPERATIVO: elaborar uma proposta pedagógica que resulte da compreensão e da responsabilidade individual e coletiva.

DIALOGICIDADE: potencializar o diálogo social como estratégia de aproximação dos saberes acadêmicos e populares entre a Universidade e a sociedade.

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: organizar o currículo de todos os cursos nessa modalidade por meio da vivência de construção do conhecimento, em um processo que se constitui em momentos articulados de ação-reflexão-ação.

Nesse sentido, para atingir os objetivos institucionais propostos no PDI, a IES segue os princípios filosóficos definidos no artigo 2º do seu Estatuto:

- indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- unicidade, gestão democrática participativa, diálogo e cooperação para a administração geral da UNITINS;
- racionalidade de organização para valorização e segurança de seus recursos humanos e materiais;
- formação cidadã, respeito à laicidade, à liberdade, à diversidade e ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, sem discriminações de qualquer natureza;
- valorização da universalidade e relatividade do conhecimento e saberes visando à interdisciplinaridade, à defesa da democratização da educação no que concerne à qualidade, à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e condições para a permanência dos discentes com garantia de padrão de qualidade e socialização de seus benefícios;
- defesa da democracia, estímulo à cultura, à arte, à elaboração e divulgação do conhecimento científico, tecnológico, socioeconômico e político para o desenvolvimento do estado do Tocantins e do país;

- vinculação entre a educação, o trabalho, as práticas sociais, direitos humanos e meio ambiente, bem como, a valorização das experiências formais e não formais, a interação com a sociedade e com outras instituições públicas e privadas visando a cooperação educacional, internacional.

7.3 Coerência do currículo com a proposta pedagógica

A proposta pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública contempla a utilização irrestrita de ferramentas e instrumentos educacionais que possibilitam a construção completa e profunda do conhecimento epistemológico. Para tanto, o curso estimula e capacita seus docentes sobre Metodologias ativas de aprendizagem que pavimentam as estradas a serem percorridas ao longo do curso objetivando o enquadramento do discente nas propostas do Perfil do Egresso.

Desta forma, a construção do currículo do curso previu em suas diretrizes todos os componentes básicos e profissionalizantes que contemplam a formação integral do Tecnólogo dentro das diretrizes educacionais previstas pela UNITINS.

8 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL

As atividades acadêmicas específicas são aquelas que, em articulação com os demais componentes curriculares, integram a formação do estudante aluno. Consideram-se atividades acadêmicas primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem o alinhamento entre as disciplinas teóricas e práticas.

As atividades acadêmicas específicas proporcionam um exercício de residência social e profissional, articulando um pensar-refletir crítico, criativo e proativo na construção do conhecimento sobre a realidade social. Os regulamentos que disciplinam os aspectos relativos às atividades acadêmicas específicas, são aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

8.1 Estágio curricular obrigatório e não-obrigatório

Na Unitins, as atividades práticas e específicas de estágio supervisionado obrigatório são concebidas como elementos primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação. Nos projetos pedagógicos dos cursos da Unitins, estão definidas a relação entre teoria e prática, bem como a forma de realização das práticas e dos estágios. Na Unitins, as práticas pedagógicas caracterizam-se como um espaço de integração teoria-prática curricular, sendo uma forma de aproximação do aluno à realidade social e ao mundo do trabalho.

O estágio é um componente curricular de caráter teórico-prático obrigatório que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com

vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania. Além disso, o estágio possibilita a integração do ensino com pesquisa, e ensino com extensão, contribuindo assim para qualificação profissional e pessoal. Na Unitins os estágios curriculares obrigatórios são planejados e supervisionados pelo coletivo dos docentes nos respectivos cursos de graduação.

A política de estágio da Unitins está alicerçada na Lei Federal no 11.788/2008 e na Lei no9394/96 de Diretrizes e Bases – LDB. O Estágio caracteriza-se como um dos grandes desafios acadêmicos, dado às especificidades da área, concernentes a cada curso, sua relação com o mercado de trabalho e às particularidades que o trabalho vem ostentando no mundo contemporâneo.

O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória, caracterizado como atividade adicional à formação, realizado por livre escolha, com aprovação da instituição. Esse estágio tem por objetivo proporcionar e ampliar a formação acadêmico/profissional promovendo a integração social do estudante.

Nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 1º “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

O Estágio poderá ser executado em órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas municipal, estadual e federal; organizações do setor privado; e/ou organizações não governamentais, desde que apresentem as condições adequadas para a formação profissional do acadêmico e para celebração de convênio com a UNITINS.

O Estágio Obrigatório dos diversos cursos de graduação da Unitins está estruturado em etapas, de acordo com cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC), podendo ser oferecido em um ou mais períodos letivos, sempre em estreita observância à legislação vigente e às Diretrizes Curriculares de cada curso. O estágio obrigatório refere-se às disciplinas de estágio curricular supervisionado e disciplinas de práticas da matriz curricular dos respectivos cursos.

8.2 Programas ou projetos de extensão

Com base no princípio e na função social, a UNITINS procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de extensão, de acordo com: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988, art. 207); com a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex /2012); Plano Nacional de Educação Lei n. 13.005/2014 (Meta 12; Estratégia 12.7) e com seu estatuto entre outras.

A Pró-Reitoria de Extensão da UNITINS organiza seus Programas de Extensão, seguindo as orientações das áreas temáticas, definidas pelo Forproex, conforme classificação a seguir.

- Comunicação.
- Cultura.
- Direitos Humanos e Justiça.
- Educação.
- Meio Ambiente.
- Saúde.
- Tecnologia e Produção.
- Trabalho.

As ações/atividades extensionistas da Pró-Reitoria de Extensão da UNITINS se concretizam em consonância com o Plano Nacional de Extensão, e seguem as seguintes modalidades de ações estruturais de extensão: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços; produtos acadêmicos.

9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

9.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, ao que se refere a avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, resguarda a contextualização da avaliação para estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, através de técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

As avaliações são efetuadas ao final de cada unidade programática, em número de duas a cada período letivo. A composição das avaliações é expressa em notas e desenvolvida em cada unidade programática.

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das avaliações do semestre (A1 e A2), além de no mínimo, 75% de frequência.

9.2 Sistema de autoavaliação do curso

A metodologia utilizada pela Comissão Própria de Avaliação institucional consiste em uma metodologia participativa e democrática, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda a comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e sedará globalmente a cada ano, ou, a qualquer momento em função das necessidades identificadas dentro da IES. Os métodos adotados para a Autoavaliação Institucional partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência de informações em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para as fragilidades diagnosticadas.

Passos para a Realização da Avaliação Interna:

1ª Etapa: Preparação:

- Constituição da CPA.
- Elaboração do Plano de Trabalho.
- Sensibilização.

2ª Etapa: Desenvolvimento:

- Realização de seminários, reuniões e debates.
- Sistematização de demandas/ideias/sugestões.
- Definição dos grupos de trabalho e dos instrumentos de coleta de dados.
- Elaboração dos relatórios.
- Apresentação e discussão dos resultados.

3ª Etapa: Consolidação:

- Elaboração, divulgação e análise do relatório parcial.
- Balanço crítico do processo avaliativo.

9.3 Avaliações oficiais do curso

A proposta de avaliação do curso atende a uma exigência formal de caráter acadêmico e se impõe como necessidade política e pedagógica no sentido da contínua busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na direção de novas oportunidades de conhecimento. Para tanto, se constituirá num marco favorável à explicitação da unidade teoria-prática e ao diálogo entre alunos e professores com a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica e os resultados alcançados.

Nesse sentido, a avaliação interna será constante, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão. Para isso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de Autoavaliação Institucional, sendo responsável pela coordenação do processo de autoavaliação da instituição, desde a elaboração do método, implementação e sistematização dos resultados e elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional. Estas ações são realizadas com base nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Além disso, serão consideradas nas avaliações externas, os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e pertinência do projeto do curso e para que se preveja as ações acadêmico-administrativas necessárias a serem implementadas.

9.4 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Autoavaliação Institucional, também denominada avaliação interna, é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói o autoconhecimento de sua realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e de gestão e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica tanto as fragilidades quanto as potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

O processo de autoavaliação, ou avaliação interna, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Unitins. No âmbito da Unitins, a Autoavaliação Institucional da Universidade, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), segue as determinações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituídos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico.

Essa lei que avalia a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O processo de autoavaliação institucional, que compreende um autoestudo, abrange cinco Eixos que contemplam as definidas no art. 3º da Lei 10.861/2004 que institui o Sinaes.

Eixos e Dimensões Sinaes

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Dentro de cada um dos eixos relacionados acima, avalia-se 10 dimensões postuladas pelo Sinaes. Estas dimensões são utilizadas como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social da Unitins, com vistas ao cumprimento de sua missão.

As 10 dimensões avaliadas são:

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), avalia o atendimento institucional no que se refere a missão, visão e valores estabelecidos no PDI, assim como o planejamento didático-instrucional e as políticas de ensino de graduação e de pós-graduação.

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, avalia as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, avalia especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade, avalia o processo e nível de eficiência da comunicação das ações institucionais com a comunidade interna e externa.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, avalia as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a ser desenvolvidas e a condições objetivas de trabalho.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, avalia especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 7: Infraestrutura física, analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a às atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e às finalidades próprias da IES, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, avalia a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional a partir de seus projetos/processos de

autoavaliação institucional, o nível de participação da comunidade acadêmica, além da avaliação externa com a análise e divulgação dos resultados e a elaboração do relatório de autoavaliação, ou seja, busca-se os resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes, avalia as formas como os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e aos programas nos quais a Unitins busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, esta dimensão avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

As Avaliações Internas realizadas pela Universidade Estadual do Tocantins – Unitins tem como objetivos centrais:

- Produzir conhecimento.
- Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES.
- Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências.
- Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente técnico-administrativo.
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.
- Utilizar os resultados da Avaliação Institucional para a elaboração de metas e ações da Instituição com a finalidade de corrigir falha ou de melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão.
- Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- Prestar contas à sociedade.
- A composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem seus critérios definidos no Art. 7º, da RESOLUÇÃO/CONSUNI/Nº 010, DE 22 DE JUNHO DE 2022.
- **Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)**
- Coordenador geral – Servidor efetivo indicado pelo reitor;
- Um representante do corpo Docente;
- Um representante do corpo Técnico-administrativo;
- Um representante do corpo Discente;
- Um representante da Sociedade Civil Organizada;

- Em cada Campus da IES há a composição da CPA seguindo os mesmos moldes citados acima com exceção da figura do coordenador.

9.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

A UNITINS possui uma política baseada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, voltada especificamente para o Exame Nacional de desempenho de estudantes – ENADE, cujo objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso, ou seja, acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e suas habilidades para ajustamento às exigências necessárias. Seus resultados permitirão a construção de referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei n. 10.861/2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A referida política possui um plano contendo ações permanentes que perpassam por todos os cursos desde o ingresso do acadêmico na instituição até a integralização de seu curso e ações específicas para os cursos a serem avaliados conforme o cronograma do INEP. Tal política reafirma a responsabilidade e o compromisso acadêmico e social dessa instituição de educação superior.

10 CORPO DISCENTE

10.1 Atenção aos discentes

A UNITINS entende a necessidade da promoção de políticas de democratização para o ingresso e permanência dos discentes nessa IES, por isso proporciona diferentes formas de acesso aos estudantes das diferentes regiões do Tocantins e do país.

Compõem a política de atendimento aos discentes todos os esforços da Universidade que se empenham para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação superior pública, de modo a alcançar o melhor desempenho acadêmico, culminando na assistência estudantil. No sentido de ampliar e consolidar a Política de atendimento ao discente, foi instituído em 2015 no âmbito da Pró-reitoria de Extensão, a Coordenação de Assuntos Estudantis e Registros, atualmente a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Esporte, responsável pela coordenação, planejamento,

execução, controle, avaliação e monitoramento das ações e serviços inerentes aos assuntos estudantis, de esportes, bem como das ações relacionadas ao estágio não obrigatório e projetos direcionados aos discentes no âmbito da UNITINS. Tendo suas atribuições especificadas no Art. XVIII do Regimento da Extensão da UNITINS.

Em 2017, iniciou-se um processo de construção da Política de Assistência Estudantil, com a participação dos acadêmicos da UNITINS. Essa Política de visa à implementação de ações e serviços, integrados e indissociados do ensino, da pesquisa e da extensão, que impactem na diminuição da evasão, da retenção nos cursos da IES, no enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, e na promoção da participação, da autonomia, e do respeito às pluralidades e diversidades.

A Universidade desenvolve ações e serviços orientados ao bem-estar, à segurança, à afirmação da cidadania e à autoestima do discente. Busca, entre outros, a retenção do estudante na Universidade, bem como potencializar o seu aprendizado e, enfim, sua formação profissional e humana, proporcionando equidade de oportunidades.

A política de atenção ao discente da UNITINS se efetiva por meio de ações que estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica. Além disso, têm as atividades de extensão e curricularização, projetos sociais, artísticos, culturais, iniciação científica, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, representação estudantil, entre outros, como o Núcleo Docente Estruturante, o Projeto de Nivelamento, da inclusão digital, acessibilidade, cultura e apoio pedagógico e psicológico.

A Instituição mantém programas sistemáticos de iniciação científica como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic UNITINS/CNPq, com a concessão de bolsas aos estudantes e disponibilização de recursos pelo governo do estado. A UNITINS conta também com programa de monitoria acadêmica nos cursos presenciais desde 2013 e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, PIBIEX.

10.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Por meio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UNITINS é desenvolvido Programa Institucional de Bolsas e Voluntários de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação – PIBIC/PIBITI/PIVIC, com enfoque para o apoio pedagógico e financeiro. A Iniciação Científica é entendida como um instrumento formativo, que possibilita ao estudante de graduação da IES o engajamento na pesquisa e o contato direto com a atividade científica, aprimorando os conhecimentos acadêmicos e as práticas profissionais em suas respectivas áreas de conhecimento. O programa de iniciação científica da UNITINS conta com três modalidades de pesquisa: programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa

Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti); Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (Pivic).

No ano de 2017, um total de 75 (setenta e cinco) propostas de projetos foram submetidas para dois editais de seleção de bolsistas e voluntários, do ciclo 2017-2018. Dessas, um total de 55 (cinquenta e cinco) projetos foram contemplados dentre as três modalidades vigentes e preenchendo diferentes áreas do conhecimento. Por sua vez, dentre os 55 (cinquenta e cinco) projetos em vigor são disponibilizados um total de 45 (quarenta e cinco) bolsas com recursos do Tesouro Estadual, das quais 43 (quarenta e três) correspondem à modalidade PIBIC e 2 (duas) à modalidade PIBITI. Os programas oferecidos seguem normas estabelecidas na Resolução Normativa n. 017/2006 (CNPq).

A Pró-reitoria de Extensão vem empreendendo diversos esforços para ampliar as condições de permanência na Universidade, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de Extensão no âmbito da UNITINS, e de modo estratégico, estimular discentes e docentes a integração no contexto da Extensão Universitária, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente as populações em situação de vulnerabilidade social. Desenvolvendo ainda cursos de Inglês, Espanhol e Libras por meio da Escola de Línguas, na modalidade presencial e EAD, que em 2017 ofertou 210 (duas mil e dez) vagas, possibilitando o conhecimento e o aperfeiçoamento em Línguas Estrangeiras e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A temática da formação docente inicial apresenta-se num campo de embate acadêmico pedagógico em constante movimento. É nesse contexto que na UNITINS, por meio da Pró-reitoria de Graduação, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, que foi inicialmente lançado como um programa de formação e depois transformado em política pública de educação. Segundo Saviani (2007), políticas públicas como o Pibid devem ser propostas para articular e socializar experiências, extrapolando os muros das Universidades e rompendo as barreiras interpostas na relação Universidade-escola, sobretudo no tocante a formação docente inicial.

Ao promover a inserção dos estudantes no contexto universitário a UNITINS tem como objetivo aprimorar a formação acadêmica propiciando a convivência e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Assim, o PIBID emerge como uma possibilidade de superar as mazelas e sanar as principais lacunas no processo de formação docente inicial havendo maior integração entre teoria e prática, entre Universidade e escola, entre conhecimentos e cotidiano escolar.

A monitoria, também desenvolvida no bojo das ações e serviços da Pró-reitoria de Graduação, consiste em uma atividade discente, por direito, que tem como objetivo auxiliar o

professor no monitoramento de grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Nesse programa, o monitor tem a oportunidade de vivenciar, precocemente, o trabalho da docência. Por estar em contato direto com outros acadêmicos, estando também na condição de acadêmico, o estudante-monitor é suscitado a reflexões profundas a respeito do modelo de formação acadêmica e dos processos de ensino e aprendizagem.

Estimulando a vocação acadêmica do aluno monitor, por meio do seu engajamento em práticas docentes, sobretudo de gestão acadêmica, integradas à pesquisa, ensino e extensão, atreladas às disciplinas de licenciaturas e bacharelados.

A UNITINS almeja ofertar aos discentes a oportunidade para pleitearem bolsas de intercâmbio nacional e internacional, além de outros programas de incentivo à docência para os cursos de licenciatura.

10.3 Inclusão e Cidadania

Como caminho para promover a acessibilidade e a inclusão social dos diferentes sujeitos que compõem o corpo discente da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, da diversidade sexual, das ações afirmativas e da formação para a cidadania, a UNITINS tem empreendido diversas ações.

A UNITINS adota o Sistema especial de reserva de vagas que tem como proposta democratizar o acesso à educação superior pública, destinando 50% das vagas dos cursos de graduação da IES para egressos da rede pública de ensino, cota racial e Sistema de Seleção Unificada – SISU e as demais 50% são destinadas a ampla concorrência.

Compreendido o papel da Universidade, especialmente da que é pública, que é proporcionar a formação acadêmica científica não somente para o mercado de trabalho, mas para a cidadania, para a participação e a transformação social, a UNITINS tem trabalhado para o fortalecimento do movimento estudantil e suas instâncias representativas, com vista à sua autonomia e protagonismo. Deste modo, a IES vem concedendo orientações, fomentando a participação política na Universidade, garantindo espaços de diálogo e deliberação no âmbito da UNITINS, bem como dando aporte estrutural para o funcionamento das instâncias representativas.

A UNITINS também tem desenvolvido ações afirmativas para fomentar o respeito às diversidades de forma articuladas por meio do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos – NEDIH e o Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPE).

Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento e Atendimento Psicopedagógico).

A UNITINS propõe um projeto de nivelamento para auxiliar àqueles alunos ingressantes na IES, esse projeto será coordenado pelo Núcleo de Apoio Psicológico e psicopedagógico ao discente-NAPE que visa atender e diagnosticar evidentes problemas de aprendizagem dos acadêmicos que chegam a IES e que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizado da turma da qual estão inseridos. O Projeto de Nivelamento tem como objetivo:

- proporcionar um aumento qualitativo no crescimento do aluno em relação ao ensino básico da Língua Portuguesa, Física, Matemática; Inglês e Espanhol;
- desenvolver as habilidades em leitura, interpretação de textos;
- desenvolver as habilidades em operações matemáticas básicas;
- apreciar diversos tipos de texto por meio de um trabalho integrado e interdisciplinar;
- provocar uma modificação de atitude do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem;
- proporcionar interatividade entre docentes e alunos nesse processo de ensino e aprendizagem;
- estimular os alunos a raciocinar em tempos lógicos;
- desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução por meio de estudo de caso;
- proporcionar experiências para a aquisição dos fundamentos essenciais e básicos da língua inglesa e língua espanhola.
- evidenciar o conhecimento da língua inglesa e língua espanhola como oportunidade para o crescimento pessoal e profissional na contemporaneidade, visando o pontapé inicial para participação do programa de Ciências Sem Fronteiras, pois sabemos que, para participar deste programa o aluno deverá possuir certificado em proficiência no idioma do país que pretende ingressar.

Com essa iniciativa vamos proporcionar aos nossos acadêmicos melhores condições aproveitamento no decorrer de sua graduação.

10.4 Assistência Prioritária

No âmbito da assistência prioritária, que visa à redução das desigualdades sociais e à inclusão social na educação superior, a UNITINS desenvolve ações voltadas para viabilizar transporte para a participação nas atividades acadêmicas.

10.5 Promoção e Prevenção

No que toca a qualidade de vida, esporte e cultura, vislumbrando a integração estudantil são realizados os Jogos Internos da UNITINS – JIUNI em duas etapas, sendo a primeira local, e a segunda estadual; a recepção aos calouros tem como intuito proporcionar uma integração entre calouros, comunidade e Universidade. Para recepção dos estudantes, em especial dos/as

calouros/as, como proposta de substituição ao trote; o Caipiritins, ação festiva em alusão a cultura junina regional; e a sala de convivência dos/as estudantes, espaço que visa à socialização e acolhida dos/as estudantes, atualmente institucionalizada apenas no CâmpusPalmas. Outras ações e serviços desenvolvidos pela UNITINS para a promoção e prevenção e apoio, para viabilizar a participação de estudantes da IES em eventos acadêmicos, e a disponibilização do laboratório de informática para uso dos estudantes que não tem acesso as tecnologias para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A UNITINS desenvolve no âmbito do apoio psicossocial, no câmpus de Palmas, ações e serviços por meio do Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE, espaço que se articula com a rede de saúde e assistência social, em especial da saúde mental, para garantir maior capilaridade do atendimento às demandas apresentadas pelos/as discentes da IES, além de promover ações diversas para potencializar o desempenho acadêmico.

10.6 Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE

Integra a Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, é uma estrutura de caráter permanente, de natureza institucional e multiprofissional, destinado a atender a comunidade acadêmica da Universidade em cada Câmpus. O NAPE tem como finalidades: oferecer serviço de apoio e orientação psicológica, social e educacional aos discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo da instituição; promover o envolvimento do público alvo nas ações ofertadas pela instituição; contribuir com a permanência dos discentes no ciclo acadêmico e sua autonomia; potencializar o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal do seu público alvo.

O público-alvo do NAPE é constituído pelos: os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pela UNITINS multicampi; os docentes que apresentarem demandas de ordem pessoal e/ou laborativas, relacionadas ao desempenho de suas atribuições; os servidores do quadro técnico-administrativo da instituição.

O acesso aos serviços do NAPE é realizado a partir das demandas apresentadas por cada público-alvo: os discentes, por indicação dos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos câmpus; os docentes, por indicação dos coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos Câmpus; os servidores técnico- administrativos, por solicitação das chefias imediatas ou pela Diretoria de Recursos Humanos. Todas as pessoas que compõem o público alvo do NAPE poderão acessar os serviços ofertados: por livre iniciativa ou através de encaminhamentos pelos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica, direção dos Câmpus e também por indicação de outro discente.

São atribuições do NAPE:

- I. realizar acompanhamentos psicossocial e pedagógico a discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, oriundas das demandas relativas ao seu desempenho nesta IES;
- II. promover estudos e pesquisas sobre os processos de ensino-aprendizagem no ensino superior;
- III. emitir parecer e/ou laudo de atendimento para discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, quando solicitados em processo;
- IV. conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação da IES;
- V. contribuir na ambientação de novos discentes quanto ao funcionamento da Universidade e orientar quanto à finalidade do NAPE;
- VI. contribuir para maior adesão dos discentes aos respectivos cursos e à instituição, com vista à prevenção da evasão e melhor desempenho acadêmico;
- VII. promover espaços de discussão sobre os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos que interferem no processo ensino – aprendizagem;
- VIII. apoio a projetos e articulação de parcerias que visem ações de prevenção às diversas faces da violência, do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- IX. orientar ações de intervenção socioeducativas nas áreas: social, pedagógica ou psicológica nos casos de necessidades educativas especiais;
- X. colaborar nos projetos de capacitação pedagógica aos docentes visando a prática da interdisciplinaridade;
- XI. estimular e colaborar para o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a convivência da comunidade acadêmica com a diversidade biopsicossocial e cultural;
- XII. apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.
- XIII. colaborar na recepção, ambientação e orientação de novos docentes quanto ao funcionamento, às práticas didático-pedagógicas e administrativas da instituição;
- XIV. colaborar na orientação dos docentes quanto à compreensão e manejo de questões didático-pedagógicas no contexto educativo dos alunos com deficiência, numa perspectiva inclusiva;
- XV. atender os discentes, acompanhando o seu desempenho no processo ensino-aprendizagem e fazendo, quando necessário, encaminhamentos aos serviços especializados externos;

- XVI. proporcionar aos discentes oportunidades de reflexão acerca de seus percursos de carreira e planejamento do seu futuro profissional;
- XVII. fomentar junto à Diretoria de Recursos Humanos e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, ações que atendam às demandas dos docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, com a finalidade de sua integração ao ambiente de trabalho, à plena expressão de suas capacidades laborais, qualificação e aperfeiçoamento.

O NAPE deve ser constituído por uma Equipe Executiva, de caráter colegiada, com suas respectivas competências sistematizadas neste regimento. A Equipe Executiva tem o caráter de planejamento e execução das ações pertinentes, devendo ser multiprofissional, composta, no mínimo, por: 1 (um/a) Assistente Social; 1 (um/a) Pedagogo(a); 1 (um/a) Psicólogo(a); 1 (um/a) Assistente Administrativo(a).

A Equipe Executiva do NAPE figura como órgão deliberativo e propositivo às ações do próprio setor, competindo a ela a proposição, aprovação e execução das atividades a que se destina o núcleo.

10.7 Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH)

O Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH) – constitui-se de um programa diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, com caráter permanente e interdisciplinar.

O NEDIH foi institucionalizado em novembro de 2011 na UNITINS e objetiva agregar atividades e estudos voltados à proteção e defesa dos direitos humanos no Estado do Tocantins. Em novembro de 2011 o NEDIH realizou o I Simpósio de Direitos Humanos, que discutiu os direitos humanos da criança e do adolescente, por meio do lançamento de duas atividades de extensão vinculadas ao Núcleo: a Escola de Conselhos e o Observatório Estadual da Criança e do Adolescente (OECA).

O NEDIH tem como objetivos: desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos; contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; organizar e participar de eventos científicos; apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.

O NEDIH tem como finalidade: a) desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; b) promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas, entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos, públicos e privadas, em nível nacional e internacional; c) fomentar a pesquisa em direitos humanos, divulgar a produção científica e a produção bibliográfica produzida pelos seus membros e de interesse institucional;

d) contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; e) emitir e apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria de Extensão, o relatório das atividades desenvolvidas no período; f) organizar e participar de eventos científicos, atribuindo publicidade institucional aos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo; g) fomentar o debate sobre os direitos humanos na comunidade acadêmica, bem como na sociedade em geral; h) apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

A relação com a graduação ocorre a partir do Grupo de Estudos em Direitos Humanos (GEDIH), quando na oportunidade a partir das linhas temáticas expostas no núcleo são formados grupos entre os acadêmicos para discutir os direitos humanos e os mesmos terem conhecimento de maneira ampla acerca da importância de se debater esses direitos nos mais variados setores como os idosos, a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, entre outras minorias sociais existentes na sociedade. Além do grupo de estudos, a pesquisa, da mesma forma, está sendo disseminada a partir da criação de um grupo de pesquisa nessa área para fomentar o interesse dos acadêmicos em pesquisas e, terem o conhecimento “in loco” das vulnerabilidades sociais existentes.

10.8 Organização Estudantil (Espaço para Participação e Convivência Estudantil)

Conforme previsto no Regimento Acadêmico da UNITINS (2020), o art.189 garante a participação do corpo discente junto aos órgãos Colegiados. Sendo assim, a política institucional prevê em seu regimento:

1º A representação estudantil tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente bem como promover a cooperação entre o corpo técnico-administrativo, docentes e acadêmicos.

§ 2º A representação estudantil será definida pelos próprios acadêmicos e no respectivo regimento que deverá ser apresentado e aprovado pelo Consuni. (UNITINS, 2020, p. 43).

A UNITINS considera que a educação desenvolve atitudes, princípios e valores que impulsiona o crescimento humano. Dessa forma, valoriza a participação estudantil permeada pelo respeito ao próximo, a solidariedade e a autonomia com responsabilidade. Os espaços de convivência e participação estudantil acontecem nas localidades onde os alunos residem ou estudam, uma vez que a IES tem área de atuação em nível local e regional.

10.9 Ouvidoria

Ouvidoria Geral é órgão responsável pela promoção, integração e defesa dos direitos dos estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa em suas relações com a UNITINS, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas voltadas a excelência e transparência do Serviço Público ofertado pela IES.

10.10 Acompanhamento de egressos

As políticas e as ações de acompanhamento dos egressos na UNITINS se concretizam na forma de avaliações contínuas das condições de oferta dos cursos, pois o objetivo é formar profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a UNITINS procura aprimorar a formação oferecida aos alunos.

Esse programa vai se constituir em uma ferramenta cujo os dados e informações servirão para a autoavaliação da Universidade. Ressaltamos ainda, que é por meio dessa Política de Acompanhamento que a UNITINS vai buscar dados sobre a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, ou seja é por meio dessas informações e dados que a IES tem a oportunidade de acompanhar a trajetória profissional dos seus egressos (dos cursos de graduação e pós-graduação) identificando assim a evolução de sua situação no mercado de trabalho.

O resultado dessas avaliações promovidas junto aos egressos será comparado com as avaliações dos cursos. Ciente do resultado dessas avaliações a UNITINS pretende investir no aprimoramento e na melhoria de seus cursos e de seus egressos, por meio de uma série programas, capacitações, cujo o objetivo é formação de profissionais cada vez mais qualificados e competentes para o exercício de suas atribuições, bem como a continuidade da relação institucional. Esses estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida irão possibilitar a contínua avaliação dos cursos e da própria IES.

A Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, ciente de sua missão institucional para com a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, estabelece uma política de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação em conformidade com (SINAES).

Em cumprimento de sua responsabilidade social, a UNITINS está sempre buscando conhecer a situação profissional dos egressos, sua inserção no mundo do trabalho e os índices, de empregabilidade associada à sua formação profissional.

Para tanto, esta situação implica na obrigação social da Universidade em ofertar uma educação superior de qualidade, integrada a um processo de indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, e a implementação de políticas que estimulem o desenvolvimento de competências e de habilidades em conhecimentos acadêmicos aprendidos na Universidade durante a graduação, em conformidade com a profissionalização.

Desse modo, a política de acompanhamento do egresso da UNITINS, representa a possibilidade de se ter um *feedback* acerca da formação ofertada. Portanto o objetivo é manter aberto o canal de comunicação, ou seja, fortalecer a relação com os egressos que concluíram seus cursos nessa Instituição. Esse retorno é importante para avaliar a qualidade dos cursos ofertados, para a formulação e implementação de políticas institucionais bem como para

conhecer resultados do compromisso da missão da UNITINS com as comunidades locais e regionais do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela gestão da política de acompanhamento dos egressos, pretende nesse trabalho em parceria com as demais instâncias, propor constantemente, estratégias de planejamentos, pesquisas e ações que favoreçam os egressos da UNITINS.

10.11 Registros acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de *backup* da base de dados. O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros. Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

10.12 Acesso dos alunos a TIC

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica entre outros. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

No processo de ensino-aprendizagem (EA), é importante destacar a importância do aprender fazendo, do aprender a aprender, do interesse, da experiência e da participação como base para a vida em uma democracia.

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade

em que está inserido. A UNITINS assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade. Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espaço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

10.13 Núcleos acadêmicos

10.13.1 DCE – Diretório central dos estudantes

O DCE é a entidade estudantil representante dos alunos de sua IES – Instituição de Ensino Superior seja ela, um Centro Universitário, uma Faculdade ou Universidades.

O DCE tem como funções a orientação do corpo discente para debater e se mobiliar a respeito de desafios e/ou problemas que estejam relacionados com sua Instituição. O DCE é a entidade estudantil que representa todos os câmpus da Instituição.

10.13.2 DA – Diretório Acadêmico

O Diretório Acadêmico é a parte responsável por representar os cursos, em relação aos interesses do seu Câmpus, ou seja, melhorias na estrutura física, limpeza interna e externa, iluminação, acessibilidade, equipamentos de multimídia, informática, articulação quanto à participação dos acadêmicos em eventos fora do domicílio, além de outros assuntos acadêmicos.

10.13.3 CA – Centro Acadêmico

O Centro Acadêmico tem por finalidade representar os acadêmicos especificamente, em relação aos interesses do seu próprio curso, nos assuntos acadêmicos, organização de eventos

relacionados ao curso, bem como a articulação nas participações em congressos, seminários fora do domicílio do seu Câmpus.

11 GESTÃO DO CURSO

Atuar como coordenador de curso é ser mais que um simples mediador entre acadêmicos e docentes, é reconhecer as necessidades da área em que atua e tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade escolar, gerir e executar o projeto pedagógico do curso, operar novas tecnologias, avaliar o trabalho dos docentes, estar comprometido com a missão da instituição e estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade do ensino. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente, colaborando no desenvolvimento dos estudantes e no crescimento da instituição em que trabalha. Assim, dentre estas e outras atribuições, o coordenador além de desenvolver as atividades acadêmicas e administrativas do curso, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela instituição, deverá: cuidar da organização das disciplinas, definição de horários, atualização do currículo do curso, de acordo com as demandas do mercado e necessidades dos acadêmicos, acolher, acompanhar aos acadêmicos, a partir do processo inicial de matrícula, até a efetivação das questões documentais e técnicas, para seu ingresso, monitorar e avaliar o desempenho do curso em termos de qualidade acadêmica, satisfação dos estudantes, identificar as áreas que precisam ser melhoradas e implementar medidas para garantir que o curso esteja sempre atualizado, promover o curso para potenciais estudantes divulgando suas vantagens, gerenciar as atividades do corpo docente, realizar avaliações de desempenho e estar disponível para os estudantes, oferecendo orientação, aconselhamento sobre questões acadêmicas e profissionais, que melhor atendam suas necessidades de carreira.

A gestão do curso é desenvolvida em parceria com o Núcleo Docente Estruturante e com o Colegiado do Curso, onde são discutidas as ações a serem implementadas. Para garantir a implementação dessas ações, assim como o bom funcionamento dos processos pedagógicos e administrativos, a qualidade do ensino e a satisfação dos alunos, a comunicação, colaboração entre os seguintes atores: docentes, tutores e coordenador de Curso, são fatores essenciais para que o trabalho em equipe seja transparente, enriquecedor, motivador, ao mesmo tempo que esta motivação possa entregar resultados eficazes, quanto ao processo de ensino aprendizagem do aluno. Diante disso, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública, conta com uma estrutura, que possibilita essa interação por meio de:

- **planejamento:** os objetivos de aprendizado, o estabelecimento de estratégias de ensino, são definidos em conjunto entre coordenação, professores e tutores, para a

escolha de: materiais didáticos, forma de avaliações etc., a serem utilizadas, em consonância com as normas institucionais;

- **comunicação:** a comunicação acontece regularmente, por meio de encontros presenciais (reuniões), encontros pré-agendados com a coordenação do curso, e-mail e quaisquer outros canais necessários, para que todos estejam alinhados, quanto a fornecer suporte às necessidades dos alunos;

- **acompanhamento junto aos alunos:** a coordenação do curso, professores e tutores, acompanham juntos o progresso dos alunos, seja de forma presencial ou a distância, para identificar dificuldades e propor soluções adequadas, de modo todos os alunos, sejam atendidos de forma rápida e eficaz;

- **Processo de avaliação:** o processo avaliativo em relação ao desempenho dos alunos, assim como do Curso, acontece de forma permanente, a cada reunião do Curso e sempre que necessário, onde são discutidos entre professores, tutores e coordenador, os pontos positivos e negativos identificados e as estratégias de melhoria, visando o aprimoramento do aprendizado. O processo de avaliação do planejamento execução e controle das atividades do curso e desempenho dos acadêmicos é realizado por meio de registros em atas (reuniões do colegiado do curso/NDE), para acompanhamento e providências, quanto aos alinhamentos necessários.

Para tanto, manter a dinâmica desta estrutura, sem prejuízo das funções de cada agente neste processo é necessário que os papéis estejam definidos de forma clara, para garantir a continuidade das ações do Curso. Os professores atuam em parceria com a coordenação, para atendimento das demandas do Curso em diversas situações e mais especificamente, no âmbito de suas disciplinas.

Responsabilidades:

- O coordenador é responsável pela supervisão geral do Curso, participa com sugestões, junto aos professores e tutores, quanto ao desenvolvimento de conteúdo-material didático acompanha o desempenho dos alunos etc..., visando sempre o atingimento dos objetivos acadêmicos, além de outras atribuições sob sua responsabilidade;

- O professor ministra aulas, trabalha em estreita parceria com a coordenação e tutoria, para garantir que o material didático a ser utilizado e todas as ações sob sua responsabilidade, sejam adequadas as realidades e necessidades dos alunos, assim como garantir o alcance dos objetivos de aprendizagem.

- O suporte individualizado aos acadêmicos, fica sob a coordenação do professor tutor, ajudando-os em seu processo de aprendizado, em relação as demandas

gerais da disciplina. Este suporte junto aos acadêmicos é realizado com a colaboração do professor responsável pela disciplina.

A coordenação também organiza encontros, sistemática e periodicamente, com os representantes de turma para acompanhamento das atividades discentes e docentes.

São atribuições do coordenador de curso:

- coordenar as atividades de ensino de graduação;
- estabelecer uma agenda semanal para atendimento dos estudantes de graduação;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento pedagógico dos estudantes de graduação;
- estabelecer uma agenda semanal para atendimento dos docentes;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes;
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino-aprendizagem de graduação;
- garantir a organicidade da matriz curricular do curso;
- articular teorias e práticas, principalmente no que diz respeito à integração básico-clínica;
- organizar e manter atualizado banco de dados contendo os programas dos componentes curricular do curso, incluindo semestre/ano de oferta, carga horária teórica, carga horária prática, ementa, programa, referências bibliográficas atualizadas, metodologia de ensino, critérios de avaliação e docente(s) responsável(eis);
- propor, no início de cada semestre letivo, à Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD), o horário de aulas de cada período do curso, articulados com os demais cursos da IES;
- propor ações que visem a melhoria da qualidade do ensino de graduação, incluindo práticas pedagógicas inovadoras;
- orientar o acadêmico na efetivação da matrícula no âmbito do curso, articulado com a secretaria acadêmica;
- exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- cumprir prazos referentes a recursos e processos acadêmicos;
- propor à Direção Acadêmica convênios para viabilizar estágios curriculares ou extracurriculares do respectivo curso;
- supervisionar e notificar a PROGRAD e o Setor de Recursos Humanos e Departamento de Pessoal a frequência dos docentes integrantes do curso, nas diferentes atividades acadêmicas de responsabilidade dos mesmos;
- apresentar à PROGRAD propostas de projetos de ensino;

- apresentar à Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação proposta de projetos de pesquisa, de extensão e de pós-graduação;
- apresentar à PROGRAD proposta de programas curriculares e extracurriculares que visem o crescimento acadêmico do estudante;
- exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelos Órgãos Superiores da UNITINS; e
- representar a UNITINS, por designação da PROGRAD, em eventos internos e externos relacionados à atividade de graduação.

A gestão do Curso é conduzida pela professora Sonia Maria Moreira de Sousa e o corpo docente com formação específica na área e áreas afins, com titulação obtida em pós-graduações: lato sensu e stricto sensu e regime de trabalho parcial e integral, conforme demonstrado nos apêndices (III, IV, V, VI, VII, VIII).

11.1 Titulação do corpo docente

Titulação	Quantitativo	Percentual
Doutores	7	18%
Mestre	17	44%
Especialista	15	38%
Total	39	100%

11.2 Composição e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O CONAES entende que o NDE é um bom indicador de qualidade de um Curso de Graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

Para além do formalismo legal que determinou a criação do NDE (Cf. Regulamento do NDE), o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública entende que este núcleo representa um papel importante no modelo de gestão participativa que se está implementando no curso. Coerente com a missão e os valores institucionais que primam pela formação integral da pessoa, o curso de Tecnologia em Segurança Pública entende que o NDE é, de fato, e não apenas de direito, um órgão comprometido com a qualidade da melhoria do curso e que, portanto, propõe, avalia e direciona as ações educativas que atendam aos princípios norteadores da formação humana.

⇒ O Núcleo Estruturante Docente é composto sempre por uma representatividade significativa do colegiado do curso, primando, em sua constituição, pela titulação acadêmica, que atenda aos requisitos formativos de caráter institucional, pela disponibilidade da carga horária vinculada à instituição, por sua efetiva contribuição e experiência formativa na docência. Todos os requisitos estão igualmente interpretados a partir dos dispositivos legais que instituem o NDE agregados a natureza institucional do Curso de Tecnologia em Segurança Pública.

⇒ O Núcleo Estruturante Docente se reunirá ordinariamente duas vezes por semestre letivo, e extraordinariamente sempre que for convocado pelo coordenador do curso que, como presidente nato, previamente comunicará aos membros do NDE a pauta da reunião. Pode, igualmente, um dos membros solicitar ao coordenador do curso, uma reunião extraordinária do NDE para debater, discutir e propor melhorias no processo de gestão do curso. Uma vez proposta a reunião, caberá ao coordenador do curso, articular com os demais membros o melhor horário para tal encontro. Vale ressaltar que as reuniões serão devidamente registradas em ata. A partir dos pressupostos descritos anteriormente e sendo coerente com o que se acredita colaborar com a formação integral da pessoa, o atual NDE do Curso Tecnologia em Segurança Pública.

Docentes	Titulação	Regime de Trabalho
Sonia Maria Moreira de Sousa	Especialista	40h
Jeany Castro dos Santos	Doutora	20h
José Fernando Bezerra Miranda	Mestre	40h
Alcides do Nascimento Moreira	Mestre	40h
Maíra Bogo Bruno	Mestre	40h
Nilton Rodrigues dos Santos	Especialista	40h

11.3 Titulação do corpo docente - NDE

Titulação	Quantitativo	Percentual
Doutores	1	17%
Mestre	3	50%
Especialista	2	33%
Total	6	100%

11.4 Composição e funcionamento colegiado de curso

O Colegiado de Curso por sua vez, como órgão deliberativo responsável pela organização didático-pedagógica, além das competências de organização e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes e articulador da formação acadêmica, precisa acompanhar e monitorar, juntamente com a Coordenação, o processo ensino- aprendizagem para que a formação do futuro profissional prevista no PPC ocorra de forma plena.

Colegiado de Curso é composto:

- I. pelo Coordenador de curso;
- II. pelos docentes lotados no respectivo colegiado;
- III. por 1 (um) representante discente, dentre alunos matriculados no Curso, eleito pelos seus pares.

As atribuições dos Colegiados de Cursos serão definidas por meio do Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação e demais normativas correlatas.

12 INFRAESTRUTURA

12.1 Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso

Para a formação do Tecnólogo em Segurança Pública é necessário criar as condições referentes a infraestrutura para operacionalização das atividades de docentes e discentes. Nesse contexto, a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, disponibiliza uma infraestrutura física, administrativa e de programas especiais, necessários e capazes de garantir formação devidamente qualificada para o acesso, gestão e permanência dos discentes do Curso.

12.2 Estrutura geral do câmpus

O Câmpus possui estrutura administrativa composta pela Direção do Câmpus, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Coordenador de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; colegiados dos cursos de graduação; servidores docentes, técnicos e Assistentes administrativos; auxiliares de serviços gerais além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário. Para todos os efeitos a organização administrativa e didático-científica, estará dotada de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para o funcionamento de seus cursos a UNITINS oferece um prédio com área total de cerca de 9 mil m² distribuídos em três blocos de salas de aula e laboratórios no Câmpus Graciosa, situado na Quadra 109 N, Avenida NS 15, Lt 9, Plano Diretor Norte, 77001-090, Palmas TO.

12.3 Instalações físicas

TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT	CAPACIDADE ALUNO	ÁREA TOTAL (m²)
Predial	Sala de Aula	42	42	2553,60
Predial	Banheiros	6	-	300,00
Predial	Laboratórios	7		477,65
Predial	Instalações Administrativas	1	-	59,40
Predial	Sala de Coordenação	2	-	34,2
Predial	Biblioteca	1	-	152,53
Predial	Sala Multimídia/ Auditório	1	66	90,85
Predial	Elevador	3	-	-
Predial	Sala de Convivência	1	-	28,77
Predial	Arquivo Acadêmico	1	-	136,32
Predial	Almoxarifado	1	-	42,29
Predial	Copa	1	-	12,90
Predial	Sala de Reunião	1	-	29,88
Predial	Sala dos Professores	1	-	58,87
Predial	Sala da Reitora	1	-	16,9
Predial	Sala do Nape	1	-	16,90
Predial	Sala Estágio/TCC	1	-	16,90
Predial	Ass.Pedagógica	1	-	17,00
Predial	Sala de Apoio aos Servidores	1		17,00
Predial	Secretaria Acadêmica	01	-	45,82
Predial	TI	02	-	34,84
Predial	Xerox	01	--	15,95
Predial	Sala DCE/CA'S	02		34,84
Predial	Processamento Técnico	01	-	29,61
Predial	Sala de Estudo Dirigido	01	-	68,23

Predial	Coordenação Geral	01	-	60,18
Predial	Diretoria do Câmpus	01	-	17,10

12.4 Equipamentos

Computadores para acesso ao estudante:	
Local	Quantidade
Direção	De 2 máquinas c/ acesso a internet (uso comum) Mesa grande, 4 arquivos com gavetas e 2 arquivos com portas, Cadeira Diretor e 10 cadeiras 01 notebook
Labin I	25 máquinas c/ acesso a internet com Mesas ou bancadas 20 cadeiras
Biblioteca	6 máquinas c/ acesso a internet Bancadas individuais para 40 alunos pesquisarem; 5 mesas redondas 50 cadeiras; 1 impressora
Computadores para utilização dos professores:	
Local	Quantidade
Sala dos Professores	De 10 a 15 máquinas c/ acesso a internet (uso comum) Mesa grande, 6 arquivos com gavetas e 2 arquivos com portas, 12 cadeiras
Coordenações de curso e Assessoria Pedagógica	4 máquinas c/ acesso a internet, uma para cada Coordenador; 3 mesas 8 cadeiras, 4 arquivos com gavetas e 2 arquivos com portas.
	3 impressoras (uso comum)
Secretaria Acadêmica Adjunta	6 arquivos/ mesas/2 computadores 10 cadeiras, 1 impressoras, scanner, 2 armários com porta.
Outros equipamentos de apoio ao docente:	
Caixa de som	8

Data Show	6
Notebook	20 ou computadores
KIT MÍDIA (TV, CPU, teclado e mouse, telão)	20 – um kit para cada sala

12.5 Biblioteca

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI), formado pelas Bibliotecas dos Câmpus de Palmas, Dianópolis, Araguatins e Augustinópolis, possui como objetivo principal a interação de suas bibliotecas de acordo a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, busca fomentar a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação. Funcionalmente o SIBUNI vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e, administrativamente, à Direção dos respectivos Câmpus, conforme Estatuto Geral da Universidade Estadual do Tocantins.

O Sistema de Integral de Bibliotecas da UNITINS adapta-se ao papel que a sociedade atual tem reservado às bibliotecas universitárias – ser um centro de informação e disseminação do conhecimento e da cultura – com adoção de modernas tecnologias e informatização de serviços. Possui uma área disponível para estudo onde possibilita ao aluno um ambiente climatizado e confortável para a produção do conhecimento.

12.6 Formação e desenvolvimento de Acervo

A política de desenvolvimento de coleções determina todo o planejamento do acervo, é parte de um processo consecutivo e cotidiano. A política de seleção está voltada a campos específicos do conhecimento, compondo o acervo de títulos e assuntos das áreas dos cursos ofertados. O acervo e os serviços desenvolvidos são orientados pela busca constante em atender às necessidades de informação e pesquisa dos usuários da instituição. A formação de acervo se dá por aquisição por compra, doação ou permuta, de acordo as bibliografias descritas nos Planos de Cursos.

Visando atender as novas diretrizes expressas nos Instrumento de avaliação de cursos utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que tange sobre a necessidade e importância da utilização de Bibliografias Virtuais, por Instituições de Ensino Superior. Foi incorporado ao acervo bibliográfico da UNITINS quase 5000 (cinco mil) títulos de e-books, que poderão ser acessados virtualmente de qualquer lugar ou tempo, permitindo acesso simultâneo ao mesmo documento eletrônico criando assim

instancias múltiplas de cópias do documento solicitado. Recentemente a “Minha Biblioteca”, foi incorporada ao acervo bibliográfico da UNITINS, uma plataforma com diversas ferramentas inclusas, que reúne uma quantidade de livros digitais, que podem ser acessadas em qualquer dispositivo conectado à internet.

Essa disponibilização online dos livros digitais reflete na democratização do conhecimento e universalização da informação, já que os acadêmicos terão acesso irrestrito a livros digitais completos que podem subsidiar a produção de seus trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, a qualquer hora, dia ou lugar. Outros benefícios desse acervo é a redução de espaços físicos, e diminuição de custos com aquisição, processamento técnico e preservação de acervo.

12.7 Estrutura física

Com unidades divididas entre os Câmpus de Augustinópolis, Araguatins, Dianópolis e Palmas, as Bibliotecas do SIBUNI possuem basicamente estruturas físicas compostas por salões de estudo climatizados, computadores disponíveis para consulta ao catálogo eletrônico, salas de estudo em grupo, balcão de atendimento, escaninhos, mesas de estudo em grupo, baias para estudos individuais, computadores disponíveis para acesso à Internet, cobertura *wireless*.

A Biblioteca do Câmpus Palmas possui um espaço físico de 193m (cento e noventa e três metros quadrados) divididos em: espaço para leitura, estudo individual e de trabalho em grupo. O espaço conta com sete mesas e 25 cadeiras, quatro baias de estudo individuais, um balcão de atendimento e terminal com acesso à internet, além de dois expositores com obras de acesso livre.

12.7.1 Estrutura Organizacional

Funcionalmente o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI) vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e possui uma estrutura administrativa formada por coordenador Geral de Bibliotecas, supervisores de bibliotecas; assistentes administrativos; pessoal de apoio. Todos esses com funções administrativas previamente dispostas no Regimento de Interno de Bibliotecas da UNITINS.

12.7.2 Equipe Técnico-Administrativa

A equipe técnico-administrativa da biblioteca é formada por pessoal contratado pela instituição, com formação superior completa ou em andamento. A contratação de pessoal é feita pelo setor de Recursos Humanos, depois de terem passado por processo seletivo, conforme Legislação Trabalhista.

12.8 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por gerenciar e supervisionar as demandas de contexto acadêmicos administrativos referentes ao ingresso, ao registro e à diplomação do/a

discente. Cabe ao setor realizar o processamento dos serviços abertos na Central de Atendimento Integrado, bem como informar à comunidade acadêmica os prazos, fluxos, normas, e o calendário acadêmico.

Além disso, também fornece atualizações e informações gerais sobre os processos de matrícula, serviços existentes, notícias, e demais atividades acadêmicas.

12.9 Registros Acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados.

O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico. Organização do Controle Acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros.

Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf . Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 162, 23 dez. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, [2005]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2022.
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**, que regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf> . Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm . Acesso em 20 abr. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm . Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm . Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 julho de 2015. Que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, Seção 1, ano CLI nº - 120-A, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8> . Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm . Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 436/2001.** Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. Brasília, DF: MEC, 02 de abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf> . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP: 29/2002.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF: MEC, 03 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº: 277/2006.** Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação. Brasília, DF: MEC, 7 de dezembro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 2 de Julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf . Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº: 17/2020.** Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova

redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: MEC, 10 de novembro de 2020. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=166341-pcp017-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, nº 90, 12 maio 2016. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=12/05/2016&pagina=48> . Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos, Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192 . Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: MEC, 5 de janeiro de 2021. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em:

<https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília, DF: MTE, SPPE, 2010.

BRASIL. **Portaria Nº 40, de 12 de dezembro 2007**, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019**, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução n. 175 do Conselho Estadual de Educação** – CEE. Palmas: CEETO, 2013. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/cee-to-cee-to-n-175_604674828f5d8.pdf . Acesso em 05 mar. 2023

BRASIL. Conselho Estadual de Educação – CEE. **Resolução nº 143, de 25 de Outubro de 2022.** Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, e dá outras providências. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/314297>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Resolução Normativa RN – 017/2006.** Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br> . Acesso em: 20 abr. 2023

GOIÁS. **Decreto nº 2.413, de 02 de outubro de 1984.** Cria, sob a forma de autarquia, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaina e dá outras providências. Goiânia, GO, 02 out. 1984. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/66099/pdf> . Acesso em: 21 jan. 2022.

GOMES, G. da S.; BASNIAK, S. A. S. ; MAGRO, F. C. **Em busca da abordagem sistêmica para entendimento da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.** In: 9º Congresso Brasileiro de Sistemas, 2013, Palmas. ANAIS 9o Congresso Brasileiro de Sistemas. Palmas: Unitins, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** Disponível em: POP2022 Municípios.xls (ibge.gov.br) . Acesso em: 20 abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2010.** Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf . Acesso em: 01 fev. 2022.

PEREIRA, I. C. A. **Apreensões e apropriação do tempo e espaço na educação a distância da Unitins.** 2007. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2007.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político- pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PYXIS EDUCACIONAL. **Tendências na educação digital: as previsões do Horizon Report.** Disponível em: <https://edupyxis.wordpress.com/2019/05/18/tendencias-na-educacao-digital-as-previsoes-do-horizon-report/Propor> . Acesso em: 27 ago. 05 fev. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **10 características dos empreendedores de sucesso.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empretec>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico crítica: primeiras aproximações.** 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

TOCANTINS. **Lei nº 136, de 21 de fevereiro de 1990.** Institui a Fundação Universidade do Tocantins e dá outras providências. Palmas: Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em: file:///G:/Unitins/Leis_Unitins/Lei%20136,%20de%2021%20de%20fevereiro%20de%201990-Institui%20a%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20do.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

TOCANTINS. Lei no 3.124, de 14 de julho de 2016. Transforma em autarquia a fundação que específica, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano II, n. 33, p. 5, 21 fev. 1990. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/DQQ3KEGBQK2T68RJPG5FAOYE1UX8TDWSSJXEGXFAA.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

TOCANTINS. Decreto n. 252, de 21 de fevereiro de 1990. Cria a Universidade do Tocantins – UNITINS. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano XXVIII, n. 4.662, p. 1, 14 de jul. de 2016. Disponível em: file:///G:/Unitins/Leis_Unitins/DECRETO%20N%C2%BA%20252%201990_Cria%20a%20Universidade%20do%20Tocantins-Unitins.pdf . Acesso em: 02 fev. 2022.

TOCANTINS. Decreto n. 2.021, de 27 de dezembro de 1990. Autoriza o funcionamento da Universidade do Tocantins – UNITINS. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano II, n. 54, 31 dez. 1990.

TOCANTINS. Decreto n. 4.898, de 27 de setembro de 2013. Recredencia a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, e adota outra providência. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano xxv, n. 3.971, 30 set. 2013. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/V0I3HKFO0M3MUWZ5POMRMYS9UVFNRPVT LKRZPQVEK.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2022.

TOCANTINS. **Decreto nº 6.482, de 14 de julho de 2.022**. Recredencia a Fundação Universidade do Tocantins no Ensino a Distância e dá outras providências. Palmas: Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6482>. Acesso em: 05 mar. 2023.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Saúde. **Resolução CIB - n. 161 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre a Conformação das Novas Regiões de Saúde do Estado do Tocantins e as ações e serviços mínimos a serem ofertados nesses territórios. Palmas, TO: Secretaria de Estado da Saúde, 2012. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/244723/#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20%2D%20CIB%20N%C2%BA.,a%20serem%20ofertados%20nesses%20territ%C3%B3rios>. Acesso em: 03 fev. 2022.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Planejamento do SUS. **Descentralização da Saúde no Estado do Tocantins: Um recorte histórico**. Palmas, TO: Secretaria de Estado da Saúde, 2015. 36p. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/104083> . Acesso em: 03 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei nº 3.124, de 14 de julho de 2016**. Transforma em autarquia a fundação que específica, e adota outras providências. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/LDAI9RTGFY3G6YGFY3F5TJZAIKW3MRBJLB39H5RICS.PDF> . Acesso em: 02 fev. 2022.

TOCANTINS. **Lei Complementar nº 131, de 30 de setembro de 2021**. Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - CBMTO, e adota outra providência. Disponível em: https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_131-2021_56556.PDF#:~:text=Page%20-,LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%B0%20131%2C%20DE%2030%20DE%20SETEMBRO%20DE,CBMTO%2C%20e%20adota%20outra%20provid%C3%Aancia. Acesso em: 02 fev. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000.** Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota outras providências. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/TVJ0RB7U9SLLBNGTWQ58XP32IYZX6POBX9QAVOFI.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Resolução/Consuni/nº 033, de 19 de dezembro de 2022.** Aprova a Instrução Normativa 009/2022, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC No 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. Resolução/Consuni/nº 010, de 22 de junho de 2022. Aprova o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação – CPA. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, ano XXXIV, n. 3.971, 1º jul. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Resolução/Consuni/nº 009, de 24 de Fevereiro de 2023.** Aprova, *ad referendum*, a Instrução Normativa 001/2023, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Tocantins, conforme especifica.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2018-2022.** Palmas: UNITINS, 2018. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/PEN5TAV79ZZJ0CWGNWCMZUIUNKFTEHT3BFP4LCIUY.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2023-2027.** Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/PEN5TAV79ZZJ0CWGNWCMZUIUNKFTEHT3BFP4LCIUY.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **Regimento Acadêmico.** Palmas: UNITINS, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Resolução/Consuni



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO/CONSUNI/N.033, de 19 de dezembro de 2022.

Aprova a Instrução Normativa 009/2022, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC Nº 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

A VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, usando das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso XX, do Decreto Estadual nº 5.759/2017, que aprova o Estatuto da Unitins, considerando o disposto no art. 51, incisos I e XVI do Estatuto da Universidade e considerando a aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e pelo Conselho Universitário - CONSUNI, nas reuniões do dia 08 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Instrução Normativa n.009/2022 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC Nº 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, consubstanciado no processo administrativo n. 2022/20321/1526.

Art. 2º- Instrução Normativa anexa.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SALA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSUNI da Universidade Estadual do Tocantins, em Palmas/TO, aos 19 dias do mês de dezembro de 2022.

Assinatura eletrônica
DARLENE TEIXEIRA CASTRO
Vice-Presidente



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A

APÊNDICE II – Instrução Normativa



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

ANEXO À RESOLUÇÃO/CONSUNI/N.009/2022.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.009, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD, regulamentada pela PORTARIA MEC Nº 2.117/2019, nos cursos de graduação presencial da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o Ato n. 820 – NM, publicado no Diário Oficial do Estado n. 5.667, de 18 de agosto de 2020, e em conformidade com o artigo 10, inciso XV, do Estatuto desta Universidade;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que, nos termos art. 207, concede às Universidades o gozo de autonomia didático-científica;

CONSIDERANDO a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional e prevê autonomia universitária para dispor, entre outras atribuições, sobre a fixação dos currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

CONSIDERANDO a PORTARIA MEC Nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a oferta de componentes curriculares na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação presencial da Unitins;

RESOLVE:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os componentes curriculares poderão ser ofertados integral ou parcialmente a distância, até o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, aos quais serão aplicados os mesmos critérios dos componentes curriculares presenciais estabelecidos pelo Regimento Acadêmico da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao curso de Medicina.



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C844B4C3012D355A.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

Art. 2º Considera-se Ensino a Distância a modalidade educacional na qual, em regra, docentes e discentes estão em ambientes distintos e, por isso, a interação e a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorrem por meio das tecnologias de informação e comunicação.

Parágrafo único. As tecnologias de informação e comunicação são recursos didáticos-pedagógicos compostos por diferentes mídias e ferramentas, tais como: ambientes virtuais de aprendizagem, fóruns, blogs, chats, redes sociais, aplicativos educacionais, videoconferências, TV, rádio, softwares, objetos digitais de aprendizagem, materiais disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

Art. 3º A carga horária e os componentes curriculares a serem ofertados a distância serão previstos no Projeto Pedagógico do Curso, mediante proposta pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e aprovação pelo Colegiado de Curso.

§ 1º No PPC deverá constar as seguintes informações:

- I – O percentual da carga horária a distância;
- II – Os componentes curriculares que serão ofertados nesta modalidade;
- III – A especificação da forma de integralização da carga horária, se parcial ou integral;
- IV – As metodologias de ensino e os suportes didáticos-pedagógicos de apoio à aprendizagem;
- V – Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação do desempenho acadêmico;
- VI – A infraestrutura tecnológica a ser utilizada para a oferta; e,
- VII – O trabalho docente referente ao processo de ensino e aprendizagem.

§ 2º No PPC do curso deverá ser explicitada as formas e meios de garantir a interação, mediação e articulação entre coordenações de curso, professores, tutores e acadêmicos.

§ 3º O PPC deverá prever encontros presenciais para atividades de tutoria; apresentação de trabalhos acadêmicos, avaliações e demais atividades didáticas-pedagógicas que se fizeram necessárias.

§ 4º As atividades de estágio obrigatório, práticas profissionais, de laboratórios, de campo e outras de mesma natureza deverão ser presenciais.

Art. 4º Caberá ao Núcleo Docente Estruturante e a Coordenação do Curso acompanhar e avaliar periodicamente as atividades curriculares oferecidas na modalidade a distância para o respectivo curso.

Art. 5º A oferta de carga horária na modalidade a distância (integral ou parcial) em cursos presenciais deverá ser amplamente divulgada aos acadêmicos



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

matriculados no período letivo anterior à sua oferta, devendo estar entre as informações os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores e tutores, recursos disponíveis e critérios de avaliação.

Art. 6º A oferta de componente curricular a distância poderá ocorrer da seguinte forma:

- I – No curso, que consiste na oferta exclusiva dentro de um curso;
- II – Multicurso, que consiste na oferta entre cursos de um mesmo Câmpus;
- III – Multicampi, que consiste na oferta entre Câmpus.

Art. 7º A oferta a distância deverá apresentar métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a realização dos objetivos pedagógicos.

Art. 8º O planejamento do componente curricular a distância deverá privilegiar a qualidade dos conteúdos e dos materiais disponíveis, a promoção do uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o estímulo à inserção e interação dos alunos com o ambiente virtual de aprendizagem, além do acompanhamento do processo ensino e aprendizagem.

Art. 9º O Plano de Ensino deverá seguir o modelo institucional, com o detalhamento dos encontros no Plano de Aula, onde deverá constar o uso de diferentes mídias para o desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

- I – Ambiente virtual de aprendizagem e suas ferramentas pedagógicas;
- II – Material textual produzido e curado, que envolve elaboração, pesquisa, seleção e adaptação de materiais;
- III – Videoconferência ou webconferência.

Art. 10 As aulas deverão ser configuradas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional em conformidade com o definido nesta normativa e no manual de oferta de componentes curriculares à distância, alinhado com as informações constantes no PPC do curso.

Art. 11 A avaliação do desempenho acadêmico no componente curricular a distância deverá seguir o Regimento Acadêmico da Unitins, obedecendo ainda aos seguintes critérios:

- I – Todas as atividades avaliativas ficarão disponíveis conforme cronograma do componente curricular;
- II – O discente deverá ter a responsabilidade de cumprir os prazos de entrega, atendendo aos critérios exigidos para as atividades a distância, que serão estabelecidos pelo Professor do componente curricular;
- III – Todas as atividades realizadas a distância deverão, obrigatoriamente, ser encaminhadas por meio do AVA Institucional;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

IV – A avaliação deverá ser realizada em diversos momentos e por diferentes meios, tais como atividades avaliativas (exercícios, seminários, fóruns etc) e avaliação (A1 e A2).

Art. 12 O cômputo da frequência se dará com a participação nas atividades realizadas no AVA Institucional (acesso aos textos e vídeos, participação nos fóruns, realização dos exercícios e atividades propostas), e ainda, na realização das atividades avaliativas e encontros presenciais.

Art. 13 O ambiente virtual de aprendizagem deverá ser alimentado por materiais didáticos de produção e curadoria do Professor Titular, divididos em material base, material complementar, atividades complementares e atividades avaliativas, conforme manual de oferta de componentes curriculares à distância.

TÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES PELA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 14 O corpo docente responsável pelos componentes curriculares à distância será composto por professores titulares e tutores com formação ou comprovação de experiência em ensino a distância.

Art. 15 O professor titular é o docente responsável pelo componente curricular a distância, ao qual caberá:

- I – Conhecer o Projeto Pedagógico do Curso;
- II – Elaborar o Plano de Ensino e Plano de Aula do planejamento pedagógico semestral das atividades pertinentes à disciplina;
- III – Conduzir as aulas da disciplina em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- IV – Cumprir o planejamento das atividades presenciais e a distância da disciplina;
- V – Acompanhar o desempenho dos acadêmicos na disciplina, tendo em vista o planejamento de ações em processo;
- VI – Desenvolver atividades que promovam interatividade e envolvimento dos acadêmicos e dos tutores;
- VII – Supervisionar o desenvolvimento dos acadêmicos inscritos na disciplina;
- VIII – Elaborar e corrigir as avaliações da disciplina;
- IX – Estar em permanente contato com tutores para acompanhamento e orientação das atividades da tutoria relativas à disciplina sob a sua responsabilidade;
- X – Realizar a produção e a curadoria do material didático, que envolve elaboração, pesquisa, seleção e adaptação de materiais em diferentes mídias, para que a disciplina atinja os objetivos pedagógicos propostos;
- XI – Preparar o material didático para disponibilização aos alunos no ambiente virtual de aprendizagem pelo tutor;
- XII – Identificar os melhores tipos de conteúdos digitais para transmitir o conhecimento;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D355A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

- XIII – Segmentar o conteúdo de acordo com o plano de aula;
- XIV – Elaborar recursos de ensino além dos formatos tradicionais, mesclando abordagens teórico-práticas;
- XV – Cumprir o cronograma de trabalho relativo à programação de atividades que compõem o sistema de avaliação da aprendizagem (entrega, correção, lançamento de notas e revisão);
- XVI – Emitir e discutir com o professor tutor relatórios periódicos com o registro da participação do acadêmico, suas principais dúvidas e respectivas orientações e encaminhamentos e registros de informações sobre os tipos e os níveis de dificuldades que os acadêmicos apresentam em relação a tópicos das disciplinas e respectivo material didático;
- XVII – Dominar as ferramentas de informação e comunicação utilizadas pela instituição e conhecer com profundidade o ambiente virtual de aprendizagem e a metodologia de trabalho prevista;
- XVIII – Seguir as orientações do manual de oferta de componentes curriculares à distância;
- XIX – Participar das atividades de capacitação propostas pela Instituição.

Art. 16 O professor tutor é o docente responsável pela configuração/organização do ambiente virtual de aprendizagem, ao qual caberá:

- I – Conhecer o Projeto Pedagógico do Curso, bem como, o Plano de Ensino e Plano de Aula do planejamento pedagógico semestral das atividades pertinentes à disciplina;
- II – Participar das atividades de planejamento do componente curricular e mediação, a fim de que seja realizado um trabalho conjunto, que permita um bom aproveitamento pelo aluno;
- III – Disponibilizar aos alunos o material didático indicado pelo professor titular no ambiente virtual de aprendizagem;
- IV – Disponibilizar cronograma de tutoria, especificando a aula, o tema, a data, o horário e a forma (se presencial ou remota);
- V – Atender às consultas dos acadêmicos, no intuito de sanar dúvidas e fomentar questionamentos/contribuições, relativas ao conteúdo apresentado no ambiente virtual de aprendizagem;
- VI – Orientar, por meio da prática, para a metodologia de educação a distância, enfatizando a necessidade de se adquirir autonomia de aprendizagem;
- VII – Orientar os acadêmicos sobre a importância da utilização de todos os recursos oferecidos para a aprendizagem;
- VIII – Encorajar e auxiliar os acadêmicos na busca de informações adicionais nas mais diversas fontes de informação: bibliotecas virtuais, endereços eletrônicos, bibliotecas e outros;
- IX – Acompanhar a movimentação dos acadêmicos, estimular a sua participação e estabelecer ações de resgate dos ausentes;
- X – Emitir e discutir com o professor titular relatórios periódicos com o registro da participação do acadêmico, suas principais dúvidas e respectivas orientações e encaminhamentos e registros de informações sobre os tipos e os níveis



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

de dificuldades que os acadêmicos apresentam em relação a tópicos das disciplinas e respectivo material didático;

- XI – Conhecer o cronograma de estudo e das avaliações da disciplina;
- XII – Auxiliar o professor titular na oferta de oportunidades de aprendizagem por meio do ambiente virtual de aprendizagem (fórum, chats, construção de páginas da disciplina, formação de grupos de estudo virtuais e outros);
- XIII – Acompanhar e atualizar as informações pertinentes à sua disciplina no ambiente virtual de aprendizagem;
- XIV – Conhecer e usar satisfatoriamente as ferramentas e os recursos tecnológicos básicos para as atividades no ambiente virtual de aprendizagem;
- XV – Manter regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem;
- XVI – Seguir as orientações do manual de oferta de componentes curriculares à distância;
- XVII – Participar das atividades de capacitação/avaliação de tutores propostas pela Instituição.

Parágrafo único. As atividades de tutoria deverão atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo.

Art. 17 O corpo docente responsável pela condução do componente curricular a distância contará com um professor titular e tutor, a depender da quantidade de acadêmicos matriculados, conforme especificado abaixo:

- I - Até 45 acadêmicos matriculados: 1 Professor titular;
- II - De 46 a 80 acadêmicos matriculados: 1 Professor Titular e 1 Professor Tutor;
- III - de 81 a 120 acadêmicos: 1 Professor Titular e 2 Professores Tutores.

Art. 18 O detalhamento das atribuições dos professores titular e tutor, com suas respectivas cargas horária, se dará da seguinte maneira:

§ 1º Caso o docente desempenhe o papel de professor titular e professor tutor:

- a) Planejamento – 2h;
- b) Elaboração/curadoria do material didático – 2h;
- c) Organização do AVA – 3h;
- d) Encontros presenciais – 2h;
- e) Mediação/atendimento ao acadêmico – 1h.

§ 2º Caso diferentes docentes desempenhem o papel de professor titular e professor tutor:

- I - Professor Titular:
 - a) Planejamento – 2h;
 - b) Elaboração de material didático – 2h;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C844B4C3012D355A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

- c) Encontros presenciais – 2h;
- d) Mediação/atendimento ao acadêmico – 1h.

II - Professor Tutor:

- a) Planejamento – 2h;
- b) Organização do AVA – 3h;
- c) Mediação/Atendimento ao acadêmico – 2h.

Art. 19 A equipe multidisciplinar de cada Câmpus, composta pela Coordenador do Curso, Assessor Pedagógico e Supervisor de Tecnologia da Informação, deverá apoiar os professores e tutores, durante os processos de planejamento, organização e oferta do componente curricular a distância.

Art. 20 O Coordenador de Curso é responsável pela organização administrativa do componente curricular a distância, a qual caberá:

- I – Manter permanente contato com o corpo docente e discente, prestando informações e encaminhando solicitações às instâncias competentes;
- II – Cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e as normas emanadas dos órgãos superiores sobre ensino à distância;
- III – Supervisionar o cumprimento do conteúdo programático das disciplinas a distância do curso durante o semestre letivo;
- IV – Acompanhar e contribuir, em conjunto com os demais membros da equipe multidisciplinar o material didático referente aos componentes curriculares à distância;
- V – Avaliar e acompanhar a disponibilização de material didático no ambiente virtual de aprendizagem;
- VI – Manter permanente articulação com professores titulares e tutores, estimulando a interdisciplinaridade curricular;
- VII – Propor à Coordenação Pedagógica a realização de capacitações para professores titulares e tutores;
- VIII – Solicitar ao professor titular e avaliar relatórios periódicos com o registro desempenho acadêmico nas atividades didático-pedagógicas propostas;
- IX – Participar das atividades de capacitação/avaliação sobre ensino a distância propostas pela Instituição.

Art. 21 O Assessor Pedagógico é responsável pela organização didático-pedagógica do componente curricular a distância, a qual caberá:

- I – Manter permanente contato com o corpo docente e demais membros da equipe multidisciplinar, prestando informações sobre o planejamento do processo de ensino e aprendizagem da oferta de componentes curriculares à distância;
- II – Cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e as normas emanadas dos órgãos superiores sobre ensino à distância;
- III – Auxiliar o planejamento didático-pedagógico das disciplinas a distância do curso durante o semestre letivo;
- IV – Auxiliar o professor titular na produção e curadoria do material didático no ambiente virtual de aprendizagem;



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

V – Manter permanente articulação com professores titulares e tutores, para o planejamento de atividades interdisciplinares;

VI – Planejar e acompanhar as capacitações para professores titulares e tutores;

VII – Acompanhar e contribuir, em conjunto com os demais membros da equipe multidisciplinar o material didático referente aos componentes curriculares à distância;

VIII – Avaliar os relatórios periódicos, com o registro desempenho acadêmico nas atividades didático-pedagógicas propostas, emitidos pelos professores titular e tutor;

IX – Emitir e analisar relatórios referentes à oferta de componentes curriculares à distância e propor à equipe multidisciplinar e ao corpo docente ações preventivas e corretivas, se necessário, para construção do perfil do egresso previsto no PPC;

X – Participar das atividades de capacitação/avaliação sobre ensino a distância propostas pela Instituição.

Art. 22 O Supervisor de Tecnologia da Informação é o profissional responsável pela supervisão e pela manutenção dos laboratórios de informática e apoio às atividades acadêmicas a distância, ao qual competirá:

I – Atender usuários do corpo docente, da equipe multidisciplinar e dos discentes, orientando-os na utilização de hardware e software;

II – Receber e orientar os acadêmicos na correta utilização dos equipamentos e dos sistemas de informática;

III – Orientar e acompanhar os acadêmicos na utilização do ambiente virtual de aprendizagem;

IV – Manter permanente contato e articulação com os demais membros da equipe multidisciplinar;

V – Auxiliar o professor titular na escolha das ferramentas adequadas para que sejam atingidos os objetivos didático-pedagógicos do curso;

VI – Auxiliar o corpo docente e os demais membros da equipe multidisciplinar no uso das ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem;

VII – Desenvolver outras atividades relacionadas ao emprego das tecnologias de informação e da comunicação no processo de ensino e aprendizagem;

VIII – Participar das atividades de capacitação/avaliação sobre ensino a distância, propostas pela Coordenação Pedagógica.

Art. 23 O núcleo de ensino a distância da Unitins, composto pela Diretoria de Ensino, Coordenação Pedagógica e Supervisão de Tecnologias da Informação, deverá apoiar os corpos docentes e as equipes multidisciplinares dos Câmpus durante os processos de planejamento, produção e oferta dos componentes curriculares à distância, conforme suas atribuições institucionais.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 Os casos omissos ou controversos serão dirimidos pela Pró-Reitoria de Graduação, em consonância com as diretrizes da Reitoria da Unitins.



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2022/20329/31885

Art. 25 Havendo qualquer conflito entre normas, prevalecerá a critério da especialidade, em conformidade com as regras e normativas das autoridades de saúde competentes.

Art. 26 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS, em Palmas/TO, aos 19 dias do mês de dezembro de 2022.

Assinatura eletrônica
DARLENE TEIXEIRA CASTRO
Vice-reitora



Documento foi assinado digitalmente por DARLENE TEIXEIRA CASTRO em 21/12/2022 10:24:02.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: C644B4C3012D365A

APÊNDICE III – Perfil da Coordenação de curso

FORMAÇÃO ACADÊMICA/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
Nome	Área de Formação	Titulação	TEP*	Experiência-Profissional	Regime de Trabalho
Sonia Maria Moreira de Sousa http://lattes.cnpq.br/6608743459618898	Graduada em Administração de Empresas (Unitins).	Especialista em Gestão Pública e Qualidade (UNITINS). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas (UFT).	16 anos e 4 meses	Atuou como Assessora na Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura Municipal de Marabá – PA (4 anos); Na Universidade Estadual do Tocantins Unitins, atuou como web-tutora, professora, nos Cursos de Contábeis e Administração - EAD; Foi Coordenadora de Tutoria, professora e Coordenadora do Curso – Bacharelado em Administração Pública, pela Universidade Aberta do Brasil – UAB; exerceu o cargo de provimento em comissão de Assessor II - AEU-2 e Professor Universitário I, junto a Pró-Reitoria de Graduação – Unitins. Atualmente, exerce o cargo de Coordenador de Curso de Graduação -Tecnologia em Segurança Pública - Portaria/Unitins/nº 440/2022/Gabreitor, de 17 de Agosto de 2022 (12 anos e 4 meses).	40hs

*TEP: Tempo de Experiência Profissional

APÊNDICE IV – Perfil do Corpo Docente

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO				
Docente	Área de Formação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1. Alcides do Nascimento Moreira http://lattes.cnpq.br/7975766050201272	Graduação em Licenciatura Plena Em História.	Especialização em Política e Estratégia Nacional; Especialização em Administração Pública; Especialização em Gestão Escolar; Especialização em Especialização em Met. de História e Geografia; Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas.	Mestrado em Educação.	-
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade http://lattes.cnpq.br/3649758279680402	Graduação em Administração de Empresas.	Especialização em Educação Gestão e Ensino; Aperfeiçoamento em Engenharia da Informação; Especialização em MBA em Gerenciamento de Projetos Governamentais; Especialização em MBA em Coaching Empresarial.	Mestrado em Desenvolvimento Regional.	-
3. Alex Matos Fernandes http://lattes.cnpq.br/5127964277447832	Graduação em Geografia; Graduação em Curso de Formação de Oficiais e Graduação em Direito.	Especialização em Gestão Estratégica Bombeiro Militar; Especialização em Estado de Direito e Combate a Corrupção.	-	-
4. Andrey de Fátima Buenc http://lattes.cnpq.br/0845613240144073	Graduação em Ciências Biológicas; Graduação em Curso Superior de Gestão em Segurança Pública; Graduação em Curso Superior de	Especialização em Docência do Ensino Superior; Especialização em Gestão Estratégica Bombeiro Militar; Especialização em Curso de	-	-

	Tecnologia Gestão de Emergências.	Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública.		
5. Antonio Luiz Soares da Silva http://lattes.cnpq.br/7473994034346498	Graduação em Matemática; Graduação em Segurança Pública.	Especialização em Estatística Aplicada às Ciências; Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública.	Mestrado em Geografia (em andamento)	-
6. Benvindo Filho Pinto de Queiroz http://lattes.cnpq.br/8938761382548282	Graduação em Física; Graduação em Gestão de Riscos Coletivos.	Especialização em Docência do Ensino Superior.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.	-
7. Claudia Aparecida Terra Silva http://lattes.cnpq.br/1158638547692544	Graduação em Letras; Graduação em Pedagogia (em andamento).	Especialização em Educação Especial-Deficiência Mental; Especialização em Língua Portuguesa e Literatura.	-	-
8. Cléber José Borges Sobrinho http://lattes.cnpq.br/2925929082473530	Graduação em Gestão em Emergências.	Especialização em Docência Superior; Especialização em Gestão em Emergências e Desastres; Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública; Especialização em Teologia e Cultura; Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública.	Mestrado em Mestrado em Educação.	Doutorado em Ciências do Ambiente.
9. Chryss Ferreira Macêdo http://lattes.cnpq.br/8297642555838105	Graduação em Gestão Ambiental. Graduação em Biologia.	Gestão Pública e Sociedade. MBA em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental. Processos Educacionais Inovadores.	Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental.	-
10. Cristiane Dorst Mezzaroba http://lattes.cnpq.br/9973566335967079	Graduação em Direito; Graduação em Matemática.	Especialização em Educação Matemática.	Mestrado em Educação.	-
11. Dione Silva Lima Miranda	Graduação em Psicologia.	Especialização em Docência no Ensino		

http://lattes.cnpq.br/3607160476184_814		Superior; Especialização em Saúde Mental; Especialização em Prevenção e Tratamento do Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas; Especialização em Terapias Cognitivas.	-	-
12. Erisvaldo de Oliveira Alves http://lattes.cnpq.br/1444539_237263300	Graduação em gestão de emergências e desastres; graduação em ciências econômicas.	Especialização em gestão de emergência e desastres; Especialização em ciências políticas e estratégia brasileira; Especialização em gestão estratégica bombeiro militar.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.	Doutorado em andamento em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.
13. Edinal Pinto de Araujo http://lattes.cnpq.br/5386212589143302	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.	Especialização em Prevenção e Tratamento do Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas.	-	-
14. Fabrinny Pereira Machado http://lattes.cnpq.br/5448795283337431	Graduação em Relações Internacionais.	Especialização em Analista em Comércio Exterior.	-	-
15. Giovanni Bezerra do Nascimento http://lattes.cnpq.br/8240172525142366	Graduação em Serviço Social.	-	Mestrado em Serviço Social.	-
16. Halyny Mendes Guimarães http://lattes.cnpq.br/0690062349624948	Graduação em Direito	Especialização em Docência do Ensino Superior; Especialização em Direito Público.	Mestrado profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.	-
17. Henrique Eduardo Maia Alves http://lattes.cnpq.br/1662241573228939	Graduação em Fisioterapia.	Especialização em Acupuntura.	Mestrado em Fisioterapia.	-
18. Janaína Senem http://lattes.cnpq.br/2907374226996446	Graduação em Letras - Inglês.	-	Mestrado em Linguística.	-

19. José Fernando Bezerra Miranda http://lattes.cnpq.br/8740725588483348	Graduação em contabilidade; Graduação em pedagogia; Graduação em andamento em Administração.	Especialização em Gestão Pública; Especialização em Pós Graduação em Docência do Ensino Superior;	Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Educação.	-
20. João Paulo de Souza Paiva https://lattes.cnpq.br/2249109987487642	Graduação em Sistemas de Informação; Curso técnico/profissionalizante.	Especialização em Desenvolvimento de Software para Dispositivos Móveis.	-	-
21. Jeany Castro dos Santos http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do	Graduação em Sistemas de Informação; Graduação em Matemática; Graduação em Serviço Social;	Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior; Especialização em Elaboração E Gerenciamento de Projetos Públicos.	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.	Doutorado em Doutorado em Desenvolvimento Regional.
22. Juliana Pinto Corgozinho http://lattes.cnpq.br/0951588620745815	Graduação em Psicologia.	Especialização em Formação de Professores para o Ensino Superior; Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Mental; Especialização em Prevenção e Tratamento de Uso e Abuso.	Mestrado em Ciências do Ambiente	-
23. Kyldes Batista Vicente http://lattes.cnpq.br/1249709305972671	Graduação em Letras.	-	Mestrado em Letras e Linguística.	Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Pós-Doutorado - Grande área: Linguística, Letras e Artes. Pós-Doutorado - Grande área: Ciências

				Humanas.
24. Leomara Maurício Lustosa http://lattes.cnpq.br/7461960495636435	Graduação em Administração.	Especialização em Planejamento e Gestão de Projetos Sociais; Especialização em Direito Municipal; Especialização em Gestão de Pessoas e Qualidade no Serviço.	-	-
25. Marinalva do Rego Barros Silva http://lattes.cnpq.br/7518393119037153	Graduação em História.	Especialização em História Econômica.	Mestrado em Educação.	Doutorado em Artes.
26. Maria Angélica Oliveira Marinho http://lattes.cnpq.br/5854299214022320	Graduação em Ciências Biológicas (2010).	-	Mestrado em Botânica pela UFRPE (2014).	Doutorado em Botânica pela UFRPE (2018).
27. Maiquel Krutzmann http://lattes.cnpq.br/8603103144013237	Graduação em teologia; Graduação em Direito; Graduação em andamento em Letras/Libras.	Especialização em Libras.	-	-
28. Myllena de Souza Medrado http://lattes.cnpq.br/3479154825874678	Graduação em Abi - Letras.	-	Programa de pós graduação em letras pela UFT (Mestrado em andamento).	-
29. Lázaro Nogueira da Silva http://lattes.cnpq.br/3422967751307545	Graduação em Gestão de Riscos Coletivos.	Especialização em Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico.	-	-
30. Maíra Bogo Bruno http://lattes.cnpq.br/8644419833685003	Graduação em Direito.	Especialização em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias UNITINS (2004); Especialização em MBA em Gerenciamento de Projetos	Mestrado em Mestrado em Direito e Políticas Públicas (2017).	-

		Governamentais; Especialização em Direito Internacional pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2015); Especialização em andamento em Direito Constitucional.		
31. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros http://lattes.cnpq.br/0996985798217503	Graduação em Fonoaudiologia.	Especialização em Pós-Graduação em Tradução, Interpretação e Docência da Língua Brasileira de Sinais.	Mestranda em Letras/Libras.	-
32. Marcia Helena Padilha http://lattes.cnpq.br/6867213165835892	Graduação em Psicologia; Graduação em Pedagogia.	Especialização em Gestão Escolar com Ênfase em Orientação Educacional; Especialização em Psicologia do Trânsito.	-	-
33. Nilton Rodrigues dos Santos http://lattes.cnpq.br/0572733855611757	Graduação em Gestão de Segurança Pública - Praça Bombeiro Militar; Graduação em Técnico em Gestão de Emergências.	Especialização em Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Segurança Pública.	-	-
34. Rafael Alves Cruvine http://lattes.cnpq.br/3887746612988924	Curso técnico/profissionalizante em Gestão de Segurança Pública - Praça Bombeiro Militar.	Especialização em Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública.	-	-
35. Rafaela Costa Vidal http://lattes.cnpq.br/6077234339732972	Graduação em História; Curso técnico/profissionalizante em Eventos.	-	Mestrado em História.	-
36. Rosa Maria da Silva Leite http://lattes.cnpq.br/0596700336354427	Graduação em Direito.	Especialização em Direito Empresarial.	-	-
37. Soraya Viana da Silva http://lattes.cnpq.br/6873325903583901	Graduação em Serviço Social.	Especialização em Residência Multiprofissional em Saúde da Família.	-	-
38. Tais Bogo Monteiro da Silva http://lattes.cnpq.br/5181106875690687	Graduação-Bacharelado em Sistemas de Informação.	Especialização em Educação, Comunicação e Novas Tecnologias;	Programa de Pós-Graduação em Letras	-

		Especialização em Metodologia e Linguagem em Educação a Distância.	(mestrado em andamento).	
39. Wellington de Souza Moura http://lattes.cnpq.br/9533082347651332	Graduação em Química; Graduação em Gestão em riscos coletivos; Curso técnico/profissionalizante.	Especialização em Gestão em Segurança pública.	Mestrado em Ciências Moleculares.	Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte.

APÊNDICE V – Experiência Docente e Profissional

EXPERIÊNCIA DOCENTE			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
Docente	TDS ¹	Experiência Docência Superior	TEP ²	Experiência profissional
1. Alcides do Nascimento Moreira	21 anos	Professor, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, tem larga experiência na docência do ensino superior como professor responsável pelas disciplinas na modalidade presencial tais como: Antropologia e Sociologia; Currículo no Contexto Escolar; Educação Ambiental; Ética e Educação; Ética Profissional e Filosofia; Filosofia da Educação; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Fundamentos Sociológico e Filosófico da Educação; Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira; História da Educação; Metodologia Científica; Políticas e Estratégias de Inclusão; Educação, Etnia e Identidade Cultural; Educação das Relações Étnico Raciais; Filosofia e Ética; Relações Humanas na Educação; História Antiga; História Contemporânea; História da América	7 anos	Atuou como Agente de Fiscalização e Arrecadação do Estado do Tocantins; Professor da Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins.

		I; História da América II; História da América III; História do Brasil I; História do Brasil II; História do Brasil III; História do Brasil IV; História Medieval; Investigação da Prática Pedagógica IV; Investigação da Prática Pedagógica I; Investigação da Prática Pedagógica II; Investigação da Prática Pedagógica III; Multiculturalismo; Projetos Integrados I (Estágio); Projetos Integrados II (Estágio); Projetos Integrados III (Estágio); Antropologia Cultural; Método da História; Teoria da História I; Teoria da História II; Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.		
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	5 anos e 11 meses	<p>Professor, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, tem larga experiência na docência do ensino superior como professor responsável pelas disciplinas na modalidade presencial tais como:</p> <p>1- Curso de Bacharelado em Administração (Teoria das Organizações II, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Administração de Recursos Humanos II, Computação Aplicada à Administração I, Computação Aplicada à Administração II, Teoria Geral da Administração-TGA, Administração de Vendas, Estágio Curricular Supervisionado);</p> <p>2- Curso de Bacharelado em Direito (Sociologia Geral);</p> <p>3- Curso de Licenciatura em Matemática (Introdução à Ciência da Computação).</p> <p>Professor de cursos Lato Sensu das disciplinas: Fator Humano nas Organizações / Procedimentos para Gerenciar uma Empresa / Gestão Estratégica de Pessoas / Processo Decisório e Mudança Organizacional / Fonte de Informação Tecnológica, Inteligências Múltiplas e Criatividade / Planejamento e Visões de Negócios.</p>	9 anos e 6 meses	<p>Servidor efetivo no cargo de Administrador na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) desde 2008; Foi Diretor Administrativo na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) em 2012; foi Coordenador de Controle Interno, na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), entre 2018 a 2019; Coordenou o Comitê Institucional de Governança e Compliance da UNITINS de 2020 a 2022; Atualmente está na Coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tem larga experiência, em ações de desenvolvimento,</p>

				capacitação e treinamento e consultorias nas áreas voltadas para gestão.
3. Alex Matos Fernandes	6 meses	Ministrou a disciplina de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	20 anos	Tem experiência na Área de Defesa, com ênfase em Segurança Pública e Defesa Civil; Instrutor da disciplina de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Foi professor do Ensino Médio (2003 – 2006). Atualmente é Diretor Executivo da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.
4. Andreyra de Fátima Bueno	6 meses	Ministrou a disciplina de Atendimento Pré-Hospitalar II , no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	13 anos	Instrutora de Atendimento Pré-Hospitalar. Agente de Proteção e Defesa Civil. Comandante do 1º Batalhão de Bombeiros Militar (2019), tendo atuado na Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Secretaria Geral do CBMTO e Diretoria de Ensino e Pesquisa.
5. Antonio Luiz Soares da Silva	2 anos e 6 meses	Ministrou a disciplina de Salvamento Aquático, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Foi professor das disciplinas de de cálculo diferencial e integral II; cálculo diferencial e integral III e equações diferenciais, nos polos de Açailândia-MA e Arame-MA. Ministrou as disciplinas de cálculo diferencial e integral I; cálculo algébrico e física I, pelo	16 anos	Foi professor da disciplina de matemática do ensino fundamental II pela Unidade Escolar São Francisco, UESF. Foi professor de matemática e

		Centro de Ensino Superior de Teologia e Filosofia do Brasil, CESTFIB.		ciências no ensino fundamental II (Escola São Francisco Xavier, ESFX); Foi professor de matemática do ensino médio (Escola Nova Vitória, CEEFMNV); Foi Professor de matemática do ensino fundamental II (Escola Frei Gil, EFG). Atua como Instrutor de Operações de Salvamento Aquático; Instrutor de Primeiros Socorros e Noções de Combate a Incêndio. Major QOBM - Comandante do 1º Batalhão de BBM.
6. Benvindo Filho Pinto de Queiroz	6 meses	Ministrou a disciplina de Combate a Incêndio Urbano , no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	19 anos	Tem experiência na área de segurança pública; socorro de urgência e combate a incêndios.
7. Claudia Aparecida Terra Silva		Experiência docente como Professora Especialista na Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.	30 anos	Experiência em empresas na Administração (privada), na função de auxiliar administrativo. Experiência/docente na Apae- Associação de Pais excepcionais (1996 a 2002); Experiência na Educação Básica – Ensino fundamental I

				e II (2003 a 2019).
8. Cléber José Borges Sobrinho	-	-	23 anos	Atuação profissional com ênfase em planejamento, operações e corregedoria na área de bombeiros.
9. Chryst Ferreira Macêdo	8 anos	Atuou como professora, no Centro Universitário Maurício de Nassau – Uninassau (2021 a 2022) e no Centro Universitário Católica do Tocantins – UniCatólica (2015 a 2022).	10 anos	Experiência profissional atuando nos Órgãos - Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado do Tocantins – SRHMA (2011 a 2014); Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Palmas (2009 a 2011), no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, PETI.
10. Cristiane Dorst Mezzaroba	16 anos	Professora junto a à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, tem experiência na docência do ensino superior como professora responsável pelas disciplinas na modalidade presencial tais como: Direito Penal III; Direito Penal IV; Direito Processual Penal; Estágio Supervisionado; Direito Processual Penal Militar; Filosofia dos Direitos Humanos; Criminologia; Direito Civil -Contratos; Direitos Humanos; Laboratório de Prática Jurídica – Cível.	27 anos	Atou como professora no Ensino Médio e Fundamental e atualmente atua como advogada.
11. Dione Silva Lima	6 meses	Atuou como professor (colaborador), junto a prof. titular da disciplina -	20 anos	Atuou como professora do

Miranda		Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (2022/1), no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.		Ensino Fundamental I (1 ano e 3 meses); atuou como psicóloga contratada - Estado do Tocantins, cedida à PMTO, na área clínica, ministrando palestras psicoeducativas e aulas nos cursos de formação de praças, cabo, sargento e Sub tenente (2 anos); há 17 anos é Psicóloga na instituição – CBMTO, com atendimento psicológico clínico, palestras psicoeducativas; atua ministrando aulas, nas áreas de Relacionamento Interpessoal, Liderança, Trabalho em Equipe e Saúde Mental, além de diversos cursos de formação e aperfeiçoamento de praças e atua também, na elaboração/participação em projetos de saúde e orientação aos grupos operacionais.
12. Erisvaldo de Oliveira Alves	-	-	10 anos	Tem experiência na Área de Defesa e Segurança Pública. Foi Agente Censitário Supervisor; Auxiliar Administrativo. É

				Oficial Bombeiro Militar.
13. Edinal Pinto de Araujo	6 meses	Ministrou a disciplina de Estágio Profissional Supervisionado , no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	29 anos	<p>Atuou compondo equipes socorristas em viaturas de resgate e combate a incêndios (2001 a 2006);</p> <p>atuou compondo na chefia de equipes de socorristas de viaturas de resgate e de combate a incêndios (2006 a 2011);</p> <p>A partir de 2011 até a presente data, atuou nas funções de Comandante de Socorro (Responsável por todas as equipes de serviço operacional de um quartel, durante um turno de trabalho); atuou como Oficial de Área (Responsável por todas as equipes de serviço operacional de uma cidade, durante um turno de trabalho); atuou como Sub Comandante de Quartel, Comandante da Unidade de Combate a Incêndio no Aeroporto de Palmas e</p>

				subcomandante da Academia de Formação de Bombeiros.
14. Giovanni Bezerra do Nascimento	10 anos	Atuação docente em Pesquisa Social, Política Social, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Estágio Supervisionado.	5 anos	Atualmente atua na Coordenação do Curso de Serviço Social da Unitins e coordena o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).
15. Halyny Mendes Guimarães	6 meses	Ministrou a disciplina de Legislação Institucional e Ética Profissional e Direito Penal Militar, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	13 anos	Atua como Assessora Jurídica do Corpo de Bombeiros Militar.
16. Henrique Eduardo Maia Alves	20 anos	Atualmente é professor no Centro Universitário Luterano de Palmas, CEULP – Ulbra, ministrando disciplinas de Anatomia, Cinesioterapia e Fisioterapia Ortopédica e Traumatológica; Estágio Supervisionado; Ministrou a disciplina de Anatomia e Fisiologia Humana, na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins (2022/1); Ministrou aulas na Universidade de Rio Verde, FESURV, disciplina de Anatomia Humana (2001-2002); foi professor de curso Lato Sensu em acupuntura, no Instituto Mineiro de Estudos Sistêmicos, IMES da disciplina (2001-2003).	18 anos e 5 meses	Atuou como Coordenador da Clínica Escola de Fisioterapia (5 meses); Fisioterapeuta da Clínica Escola de Fisioterapia da FESURV (1 ano e 6 meses); Fisioterapeuta do CAIS (Centro de Atendimento Integrado a Saúde), em Rio Verde (6 meses). Experiência clínica (16 anos).
17. Janaína Senem	6 anos e 6 meses	Ministrou aulas, na disciplina de Metodologia Científica e da Pesquisa, no curso de Sistemas de Informação, em 2019/2 (professora voluntária); ministrou aulas nas disciplinas de Inglês para fins acadêmicos nos Cursos de Sistemas de Informação, Serviço Social, Enfermagem, Direito, Medicina, Administração, nos períodos de 2020/2 a 2022/2.	2 anos	Atualmente é Revisora de línguas estrangeiras de artigos científicos submetidos à Revista Humanidades e Inovação e de artigos

				científicos submetidos à Revista Extensão – Unitins; é Tradutora de artigo científico pela Diretoria de Assuntos Internacionais da Unitins; trabalha com tradução de textos diversos pela Diretoria de Assuntos Internacionais da Unitins; é Organizadora das ações envolvendo o exame de proficiência em Língua Inglesa 'Englishscore' pela Unitins.
18. José Fernando Bezerra Miranda	15 anos	Ministrou aulas nas disciplinas de Metodologia científica; Licitações; Orçamento Público; Estatística; Gestão Pública; Comunicação Expressão, assim como nas áreas de Contabilidade e Administração.	14 anos	Possui experiência na função de Gerente de convênios (5 anos), foi Coordenador na área de Licitações (6 anos) e Coordenador Administrativo (3 anos).
19. João Paulo de Souza Paiva	6 meses	Ministrou a disciplina de Sistemas e Informática do CBMTO, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	16 anos	Atuação/segmento de Pesquisa em Visão Computacional e Programação Para Dispositivos. É Subtenente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, CBMTO
20. Jeany Castro dos	5 anos	Atuou ministrando as disciplinas de Gestão Social (UFT – 2017/1); Política	10 anos	Atuou como Diretora de

Santos		Social I (2020/2); Política Social II (2021/1 a 2022/2) e Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas (2020/1).		Projeto, da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins e atualmente exerce a função de Diretora de Ensino, na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins.
21. Juliana Pinto Corgozinho	6 meses	Ministrou a disciplina Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	18 anos	Gestor de Equipes Multidisciplinares; Perita da Junta Militar Central de Saúde/Atende à Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.
22. Kyldes Batista Vicente	22 anos	Professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e do Centro Universitário ITOP (Unitop). Realizou estudos de pós-doutoramento em Letras e Linguística (UFG). Integra o projeto Figuras da Ficção, colaborando no Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa, do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.	5 anos	Atualmente é Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. É editora da Revista Humanidades & Inovação (Unitins), da Revista Extensão (Unitins) e da Revista Multidebates (Unitop).
23. Marinalva do Rego Barros Silva	13 anos	Professora da Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, desde 2007; Professora e pesquisadora convidada da Faculdade ITOP, desde 2016. Ministrou a disciplina de Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil, no Curso de Serviço Social (1 ano e 6 meses) e atualmente ministra esta disciplina Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil, no mesmo Curso (2023/1). Tem experiência nas áreas de História e de Educação, com atuação nos seguintes temas: educação, interdisciplinaridade, representações sociais, subjetividade, etnografia, cultura popular.	2 anos e 4 meses	Atuou como Coordenadora de Estágio e Publicações, na Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.

24. Maria Angélica Oliveira Marinho	4 anos	<p>Atualmente é professor doutor multi e interdisciplinar na Universidade Estadual do Tocantins – Unitins (2019).</p> <p>Atividades desenvolvidas na Docência: Projeto de extensão Recicla Palmas com bolsista PIBIEX; Desenvolvimento Tecnológico Mestres Empreendedores; Projetos de pesquisa com bolsistas PIBIC e PIBIC-EM. Disciplinas ministradas: Anatomia e Morfologia Vegetal, Sistemática Vegetal, Fisiologia Vegetal e Silvicultura.</p> <p>Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP- ULBRA) Palmas–TO (2019/ 2022) - Professor Doutor e Pesquisador. Disciplinas ministradas: Genética Aplicada às Ciências Agrárias, Fundamentos de Citologia e Química aplicada às Ciências Agrárias, Fitopatologia, Fisiologia Vegetal na Agronomia, Melhoramento Genético Vegetal e Biotecnologia, Biologia Celular, Fitopatologia II, Bioquímica Aplicada às Ciências Agrárias, Anatomia e Botânica Agrícola.</p> <p>Instituto Tocantinense de Pós-Graduação (ITOP) (2019) - Professor Doutor. Disciplinas ministradas: Histologia e Embriologia Humana.</p> <p>Universidade Federal Rural de Pernambuco -UFRPE - Recife-PE (2009) - Graduação. Pós Graduação, Colaborador Atividades desenvolvidas: Monitora da disciplina Estatística Básica, pesquisas em diversas áreas (ecologia, epidemiologia, genética, botânica, microscopia etc.).</p> <p>Desenvolvimento de duas Patentes. Atua na coorientação de alunos de pós-graduação e participação em pesquisas. Estágio de docência nas Disciplinas: Genética Geral, Citogenética e Morfologia e Sistemática de Fanerógamos.</p>	1 ano	<p>Atuou como Como Técnica de nível superior em botânica em Empresa Privada. Participação no Conselho de Ética e Pesquisa (CEP); Comitê Técnico Científico (CTCI); Coordenadora do Comitê Técnico-Científico de Área (CTCA) - Ciências Biológicas e Ciências Agrárias; Câmara de Pesquisa e Pós Graduação (CPPG); Revisora da Revista Agries; Curador de viveiro de mudas da Unitins; Membro do COEMA representando a Unitins.</p>
25. Maiquel Krutzmann	6 anos	Ministrou a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras -	15 anos	Atua como intérprete de

		Unitins (2009/10); Universidade Federal do Tocantins - UFT (2012/2013); atuou também na Educação Especial – UFT (2016), Estágio em Educação Especial – UNITOP (2022) e Libras - UNITOP (2022), no Curso de Pedagogia.		Libras, desde o ano de 2008, até o presente momento.
26. Lázaro Nogueira da Silva	6 meses	Ministrou a disciplina de Segurança Contra Incêndio e Emergência , no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	14 anos	É Instrutor de Estágio de Atividade Técnica.
27. Maíra Bogo Bruno	17 anos	Atualmente é professora da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) e da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Tem experiência no ensino jurídico, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito Internacional Público, Direitos Humanos, Ciência Política e Pesquisa Jurídica.	21 anos	Foi Coordenadora de Extensão; Coordenadora de Extensão Iniciação Científica; Presta assessoria à Pró-Reitoria de Graduação sobre legislação acadêmica e atualmente é Assessora Técnica de Desembargador.
28. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros	9 anos e 6 meses	Atuou na docência do Ensino Superior, como professora da disciplina da Língua Brasileira de Sinais no Curso de Serviço Social em 2019 e em escolas regulares a partir de 2010 a 2019, como intérprete e professora da sala de recursos ensinando alunos surdos.	5 anos	Atuou na UHE - Peixe, como fonoaudióloga, nos anos de 2003 à 2005. Atua nos eventos da instituição/Unitins, como tradutora e intérprete de Libras, desde 2019 até os dias atuais.
29. Marcia Helena Padilha	4 anos	Foi docente no Centro Universitario - Unirg, atuando como docente nos cursos de Psicologia, Pedagogia, Educação Física e Enfermagem. Trabalhou como docente na Faculdade ITOP nos cursos de Graduação e Pós Graduação. Atualmente é professora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023/1).	8 anos	Atuou como instrutora no Sebrae, na área de atendimento ao público e cursos na área de marketing e atuou também como Orientadora Educacional

				na Escola Municipal Ilsa Borges Vieira. Trabalha como psicóloga credenciada junto ao Detran e atualmente é Responsável Técnica do NAPE - Núcleo de Apoio Psicossocial no Campus - Palmas na UNITINS.
30. Nilton Rodrigues dos Santos	6 meses	Ministrou a disciplina de Atendimento Pré-Hospitalar I, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	23 anos	Diretor de Ensino do CBMTO - Prof. na área de Atendimento Pré-Hospitalar.
31. Rafael Alves Cruvinel	6 meses	Ministrou as disciplinas de Salvamento em Altura e Salvamento Terrestre, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	15 anos	Oficial combatente
32. Rafaela Costa Vidal	1 ano	Professora, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, ministrou a disciplina, Política das Relações Étnico-raciais Afrobrasileira, Africana e Indígena, no Curso de Graduação em Pedagogia.	-	-
33. Rosa Maria da Silva Leite	16 anos e 5 meses	Atuou como Professora Assistente Nível I, no Curso de Direito - Unitins (2003); foi Professora substituta do Curso de Direito - UFT (2004 a 2006); Professor – Especialista - Unitins (2005 a 2018); Atualmente é Professor Especialista – Unitins, 2021 a 2023.	14 anos	Foi Servidora Pública no Município de Gurupi-TO (1989); Atuou na Procuradoria Geral do Município de Gurupi-TO (1993 a 1994); foi Diretora do Departamento do Contencioso e Negócios Administrativos (1995 a 1997); foi Procuradora do Município de Gurupi-TO (1997 a 1998); Atuou como Chefe da Seção de

				Assistência às Comissões – SEASC – Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (1999); foi Gerente Administrativo do Instituto Municipal de Estudos e Pesquisas – IMEP (2003).
34. Soraya Viana da Silva	-	-	14 anos	Atuou como Assistente Social - Empresa privada (2 anos); foi Assistente Social - Prefeitura (1 ano) e atuou também como Assessor Especial, cargo administrativo (10 anos) e atualmente é Professor Especialista (1 ano).
35. Tais Bogo Monteiro da Silva	1 ano	Professora, junto à Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, ministrou a disciplina Tecnodocência no Campus- Palmas (2022/1); Ministrou a disciplina Tecnologias da Informação e Comunicação no Campus-Paraiso (2022/2).	17 anos	Consultora Técnica (Unitins) no período de 2006 a 2009; foi Assessora da Direção do Câmpus Palmas, no período de 2010 a 2020; foi Coordenadora de Tutoria – EAD (2014, 2015 e 2016) e atualmente é Coordenadora Pedagógica – Unitins, desde 2021.
36. Wellington de Souza Moura	3 anos	Ministrou a disciplina de Química - Serviço social do comércio, SESC; Ministrou as disciplinas: Matemática; Raciocínio Lógico; Química e Física,	15 anos	Tem experiência na área de Química, com ênfase em Físico

		no Centro de Ensino e concursos, CEC; Ministrou as disciplinas - Química, Física e Matemática; Enfermagem do Trabalho; Estatística; Medicina do trabalho; Química Ambiental, Urgência, Emergência e Atendimento Pré-Hospitalar, no Instituto Específico de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, IEP; Ministrou as disciplinas - Físico-química; Química Analítica; Química Inorgânica, na Fundação UNIRG, UNIRG.		Química, Bioquímica, Cálculo, Estatística e Química dos alimentos.
--	--	---	--	--

Legenda

TDS¹ - Tempo de experiência, na docência da educação superior, na área de formação, ou em área afim (anos).

TEP² - Tempo/experiência profissional, fora do Magistério Superior (anos).

APÊNDICE VI - Demonstrativo - Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO		
Docente	Regime de Trabalho Unitins	Regime de Trabalho Semanal Professor – Tutor (CH – EAD)
1. Alcides do Nascimento Moreira	40hs	7hs
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	40hs	7hs
3. Alex Matos Fernandes	40hs	7hs
4. Andrey de Fátima Bueno	40hs	-
5. Antonio Luiz Soares da Silva	40hs	-
6. Benvindo Filho Pinto de Queiroz	40hs	-
7. Claudia Aparecida Terra Silva	40hs	7hs
8. Cléber José Borges Sobrinho	40hs	-
9. Chryss Ferreira Macêdo	40hs	7hs
10. Cristiane Dorst Mezzaroba	40hs	7hs
11. Dione Silva Lima Miranda	40hs	7hs
12. Erisvaldo de Oliveira Alves	40hs	-
13. Edinal Pinto de Araujo	40hs	-

14. Fabrinny Pereira Machado	40hs	7hs
15. Giovanni Bezerra do Nascimento	40hs	7hs
16. Halyny Mendes Guimarães	40hs	-
17. Henrique Eduardo Maia Alves	40hs	-
18. Janaína Senem	40hs	7hs
19. José Fernando Bezerra Miranda	40hs	7hs
20. João Paulo de Souza Paiva	40hs	-
21. Jeany Castro dos Santos	40hs	7hs
22. Juliana Pinto Corgozinho	40hs	-
23. Kyldes Batista Vicente	40hs	7hs
24. Leomara Maurício Lustosa	40hs	7hs
25. Marinalva do Rego Barros	40hs	7hs
26. Maria Angélica Oliveira Marinho	40hs	7hs
27. Maiquel Krutzmann	40hs	7hs
28. Myllena de Souza Medrado	40hs	7hs
29. Lázaro Nogueira da Silva	40hs	-
30. Maíra Bogo Bruno	40hs	7hs
31. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros	40hs	7hs

33. Nilton Rodrigues dos Santos	40hs	7hs
34. Rafael Alves Cruvinel	40hs	-
35. Rafaela Costa Vidal	40hs	7hs
36. Rosa Maria da Silva Leite	40hs	7hs
37. Soraya Viana da Silva	40hs	7hs
38. Tais Bogo Monteiro da Silva	40hs	7hs
39. Wellington de Souza Moura	40hs	-

APÊNDICE VII – Experiência em EAD

EXPERIÊNCIA DOCENTE EM EAD			EXPERIÊNCIA EM EAD - TUTORIA	
Docente	TDE ¹	Exercício da Docência Superior no EAD	TET ²	Qualificação Pedagógica - EAD
1. Alcides do Nascimento Moreira	17 anos	Atuou como professor no EAD, ministrando as disciplinas de Antropologia e Sociologia; Didática; Educação de Jovens e Adultos; Educação e Tecnologia; Filosofia da Educação; Filosofia e Ética; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Fundamentos Histórico, Sociológico e Filosófico da Educação; Educação, Trabalho e Cidadania; História da Educação; Metodologia do Ensino das Religiões; Multiculturalismo; Organização Política da Educação Brasileira; Pesquisa na Prática Pedagógica I; Pesquisa na Prática Pedagógica II; Projetos Educacionais; Sociologia da Educação. Exerceu também a função de Coordenador Geral da UAB/MEC/UNITINS.	3 anos	Exerceu a função de tutor, acompanhando as disciplinas de Pesquisa na Prática Pedagógica I – PPP-I; Pesquisa na Prática Pedagógica II – PPP-II; Estágio Supervisionado II; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciência; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	5 anos e 10 meses	Atuou como professor Pesquisador no EAD - Sistema UAB - PNAP, ministrando as disciplinas de Administração Estratégica; Elaboração e Gestão de Projetos; Empreendedorismo Governamental; Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III; Estágio Supervisionado IV; Gestão da Qualidade no Setor Público; Gestão de Operações Logísticas I; Gestão de Operações Logísticas II; Planejamento e Programação na Administração Pública; Seminário Temático I; Seminário	6 meses	Participou de capacitações sobre Ambiente Virtual de Aprendizagem no EAD. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins; Tecnologias e Mídias Aplicadas a EAD/UAB. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins; Elaboração e Avaliação de Material Didático p/ EAD. Fundação Universidade do Tocantins,

		Temático II; Seminário Temático III; Seminário Temático IV; Teorias da Administração I; Teorias da Administração II; Teorias da Administração Pública. Foi Coordenado do Curso de Administração Pública – UAB (2012 a 2013).		Unitins; Tutoria em EAD. Fundação Universidade do Tocantins, Unitins. Atualmente é professor-tutor no Curso de Tecnologia em Segurança Pública.
3. Alex Matos Fernandes	-	-	6 meses	Atuou na tutoria, no acompanhamento da disciplina de Noções de Operações com Produtos Perigosos, no Curso de Tecnologia em Segurança Pública.
4. Claudia Aparecida Terra Silva	-	-	6 anos	Experiência na tutoria, no Curso de Pedagogia (5 anos); Experiência na tutoria, em disciplinas EAD/ Projeto Degraus, no período de 2022 a 2023. Participou de capacitações em EAD.
5. Cléber José Borges Sobrinho	6 meses	Foi professor da disciplina de Sistema de Comando de Incidentes, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	6 anos	Atuou como tutor, pela Universidade Aberta do Brasil – UAB, no curso de Licenciatura em Física (2014 – 2017); Foi tutor de Pós-graduação EaD, na Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, FGF (2014 a 2017).
6. Chrissy Ferreira Macêdo	6 meses	Atualmente é professora no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023/1).	-	-
7. Cristiane Dorst Mezzaroba	7 anos	Ministrou as disciplinas na modalidade EAD - Matemática Financeira; Estatística; Métodos Quantitativos; Álgebra linear; Estágio Supervisionado; Fundamentos da Matemática; Metodologia do Ensino da	-	-

		Matemática; História da Matemática; Criminologia; Legislação Penal Especial.		
8. Dione Silva Lima Miranda	-	-	6 meses	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública (2023/1). Participou de Capacitação - EAD - Avaliação por Rubricas (Oficina)
9. Erisvaldo de Oliveira Alves	6 meses	Ministrou a disciplina de Sistema de Proteção e Defesa Civil, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	-	-
10. Fabrinny Pereira Machado	-	-	-	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Inglês para fins acadêmicos (2023/1).
11. Giovanni Bezerra do Nascimento	-	-	6 meses	Atualmente é professor-tutor - EAD, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023/1). Participou da capacitação - Jornada de Imersão Pedagógica: Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas de Aprendizagem; Oficina: Educ@ Conhecendo a Ferramenta: Padronização - para Professores da Unitins; Workshop para

				Elaboração de Itens.
12. Janaína Senem	03 anos e 6 meses	Professora das disciplinas de Inglês para fins Acadêmicos, nos Cursos de Sistemas de Informação e Serviço Social (2020/2); professora das disciplinas de Inglês para fins acadêmicos, nos Cursos de Sistemas de Informação e Enfermagem (2021/1 e 2021/2); professora da disciplina de Inglês para fins acadêmicos, no Curso de Enfermagem (2022/1); professora da disciplina de Inglês para fins acadêmicos, nos Cursos de Direito e Administração (2022/2); professora da disciplina de Inglês Instrumental II, no Curso de Medicina (2022/2); professora da disciplina de Inglês para fins Acadêmicos no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023/1).	-	-
13. José Fernando Bezerra Miranda	13 anos	Professor das disciplinas de Metodologia Científica; Licitações; Orçamento Público; Estatística; Gestão Pública; Comunicação Expressão.	11 anos e 6 meses	Atuou na tutoria, no acompanhamento das disciplinas de Metodologia Científica; Licitações; Orçamento Público; Estatística; Gestão Pública; Comunicação Expressão. Participou de capacitações em EAD (Modulo 1, 2, 3 – Educa) Unitins e Curso de Metodologias Ativas. Atualmente é professor-tutor, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023/1).

14. Jeany Castro dos Santos	2 anos e 6 meses	Professora na modalidade Ead, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e Serviço Social, onde atuou nas disciplinas de Metodologia Científica e Política Social I e II e atualmente ministra a disciplina de Didática do Ensino.	1 ano	<p>Experiência na tutoria, no acompanhamento das disciplinas de Metodologia Científica e Modernização da Gestão Pública, no Curso de Gestão Pública – TO Graduado. Capacitações - EAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Educ@ na Prática: Trabalhando as aulas remotas (2h). - Oficina: Educ@ Conhecendo a Ferramenta: Padronização - Para professores da unitins (2h); - Oficina de Elaboração de itens (10h); - Oficina google forms: aplicação em trilhas de aprendizagem (2h).
15. Kyldes Batista Vicente	10 anos	Possui experiência no Ensino a Distância como professora na área de Letras, ministrou as disciplinas de Literatura Brasileira I; Literatura Portuguesa I; Teoria da Literatura I; Teoria da Literatura II, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB); atuou também como professora (nível – especialização), ministrando a disciplina de Introdução à EaD.	10 anos	<p>Participou de Oficina de Capacitação de Autores e Leitores. (Carga horária: 20h). CAPES/BIBEd Brasil; participou de Grupo de Pesquisa - Design de Materiais Instrucionais; treinamento ministrado: Design Instrucional do Sistema EaD/Unitins; participou de Projeto de Pesquisa: A Concepção de Linguagem no Sistema EaD/UNITINS.</p> <p>Produção científica sobre EaD:</p> <p>TOLEDO, R. C. L.; VICENTE, K. B. Caminhos e descaminhos das palavras do tutor na EaD. Revista Multidebates, v. 2, p. 333-341, 2018. B1, ISSN 2594-4568;</p>

			<p>SILVA, E. P. ; SILVA, G. S. ; ANDRADE, K. S. ; VICENTE, K. B. ; AIRES, M. L. F. G. . Linguagem e Sistema EaD-Unitins: concepções e aproximações. Travessias (UNIOESTE. Online), v. 04, p. 555-564, 2010. A3, ISSN 1982-5935;</p> <p>SILVA, E. P.; VICENTE, K. B.; AIRES, M. L. F. G. Concepção de linguagem na transposição do conhecimento científico para material didático da Ead/Unitins. Texto Livre, v. 3, p. 1-8, 2010. A1, ISSN 1983-3652 (página na Scopus);</p> <p>AIRES, M. L. F. G.; GOMES, G. S.; KLINGER, K. A.; VICENTE, K. B. Análise preliminar da concepção de linguagem utilizada no Sistema EaD-Unitins: Contabilidade Geral I, II e III do Curso de Ciências Contábeis. Revista Educação em Rede, v. 01, p. 02, 2006;</p> <p>VICENTE, K. B.; SILVA, E. P.; AIRES, M. L. F. G. A linguagem sobre o conhecimento científico nos materiais impressos da EaD/UNITINS. In: IV Encontro Virtual de Documentação em Software Livre (EVIDOSOL), 2009, Belo Horizonte-MG (Online). Anais do IV EVIDOSOL, 2009;</p>
--	--	--	---

			<p>VICENTE, K. B.; VASCONCELOS, C. T. J.; MACHADO, P. R. A. C.; CENTURION, S. C. C. Língua Espanhola, EAD e Libras. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação);</p> <p>VICENTE, K. B.; SILVA, E. P.; AIRES, M. L. F. G. Análise Gramsciana da EaD-UNITINS. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>Produção de material didático para EaD:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SILVA, E. P. ; VICENTE, K. B. . Literatura Infanto-Juvenil. Curitiba: UNITINS-Eadcon, 2010 (Material Didático-EaD); 2. SILVA, E. P. ; VICENTE, K. B. . Literatura Portuguesa II: do Realismo ao Pós-Modernismo. Curitiba: UNITINS-Eadcon, 2010 (Material Didático-EaD); 3. VICENTE, K. B.. Teoria da Literatura: texto narrativo. UNITINS-Eadcon, 2009 (Material Didático-EaD); 4. VICENTE, K. B.. Literatura Brasileira I. UNITINS-Eadcon, 2009 (Material Didático-EaD); 5. VICENTE, K. B.. Literatura Portuguesa I. EADCON/UNITINS, 2008 (Material
--	--	--	--

				<p>Didático-EaD);</p> <p>6. VICENTE, K. B.. História e Revisão Crítica na Ficção de Almeida Faria: duas perspectivas teóricas. www.revistasarara.com: Revista Eletrônica de Literaturas de Língua Portuguesa, 2008 (Dissertação de Metrado);</p> <p>7. VICENTE, K. B.. Literatura Portuguesa II. Palmas-TO: Editora Educon, 2008 (Material Didático-EaD);</p> <p>8. VICENTE, K. B.. Teoria da Literatura: texto poético. Palmas-TO: Editora Educon, 2008 (Material Didático-EaD);</p> <p>9. VICENTE, K. B.. Redação Oficial. Palmas-TO: Curso de Capacitação de Servidor do Quadro Auxiliar do Ministério Público, 2007 (Material Didático);</p> <p>10. VICENTE, K. B.. Curso de Capacitação de Servidor do Quadro Auxiliar do Ministério Público: Redação Oficial 2007 (Palestra);</p> <p>11. VICENTE, K. B.; KLINGER, K. A. . Comunicação e Expressão. EDUCON/UNITINS, 2005 (Material Didático-EaD);</p>
--	--	--	--	---

				<p>12. VICENTE, K. B.; BIAZOTTO, S. L. . Matrizes e Métodos da Linguagem Forense. Palmas-TO: UNITINS, 2005 (Material Didático);</p> <p>13. VICENTE, K. B.; KLINGER, K. A. . Comunicação e Expressão. UNITINS/EDUCON, 2005 (Material Didático);</p> <p>14. VICENTE, K. B.; BIAZOTTO, S. L. . Matrizes e Métodos da Linguagem Forense. UNITINS, 2005 (Material Didático).</p>
16. Leomara Maurício Lustosa	4 anos e 6 meses	<p>Ministrou as disciplinas - Informática para administradores (optativa); Organização, processos e tomada decisão; Sistemas de informação e comunicação para o setor público; Gestão de operações e logística I; Gestão de operações e logística II; Organização, processos e tomada decisão;</p> <p>Seminário temático I; Seminário temático III; Seminário temático III na LFE I, II ou III; Organização, processos e tomada decisão; Planejamento e programação na administração pública; Seminário integrador; Eletiva da ípes III - licitações, contratos e convênios – optativa; Filosofia e ética; Gestão da regulação; Gestão de operações e logística II; Instituições de direito público e privado; Introdução à economia; Negociação e arbitragem; Organização, processos e tomada decisão; Psicologia organizacional; Relações internacionais;</p>	6 meses	<p>Atuou como tutora, no acompanhamento das disciplinas de Economia Brasileira e Gestão de Operações e Logística I.</p>

		Seminário temático I; Seminário temático II; Seminário temático III; Sociologia organizacional; Tecnologia e inovação.		
17. Marinalva do Rego Barros Silva	5 anos	Atuou como professora da Universidade Aberta do Brasil (UAB - Brasil), ministrando junto ao Curso de Pedagogia, as disciplinas de Introdução a Educação a Distância; Estágio Supervisionado II; Filosofia da Educação; História da Educação; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Avaliação do Desenvolvimento e Aprendizagem.	-	Participação em oficinas e capacitações do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB Unitins).
18. Maria Angélica Oliveira Marinho	2 anos	Atuou como Professor pesquisador - EAD do IFPE -sertão na Disciplina: Desenvolvimento de Pesquisa. Colaborador na implementação de Curso de Agronomia - EAD.	-	-
19. Maiquel Krutzmann	-	-	-	Participou da Capacitação/EAD: Jornada de Imersão Pedagógica: Ensino Híbrido e as Metodologias Ativas de Aprendizagem -Unitins (2020).
20. Myllena de Souza Medrado	-	-	-	Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública e atua no acompanhamento da disciplina Inglês para fins acadêmicos (2023/1).

21. Maíra Bogo Bruno	16 anos	<p>Atuou como professora, pela Unitins - Educon, ministrando disciplinas nos Cursos:</p> <p>Administração: Direito Trabalhista e Previdenciário.</p> <p>Curso de Ciências Contábeis: Direito Trabalhista e Previdenciário.</p> <p>Curso - Tecnólogo em Fundamentos em Práticas Judiciárias: Direito Constitucional II.</p> <p>Curso de Tecnólogo em Fundamentos Jurídicos: Introdução ao Estudo do Direito.</p> <p>Atuou como professora, pela Unitins - UAB, ministrando as disciplinas:</p> <p>Instituições de Direito Público e Privado, Direito e Legislação Tributária, Legislação Aplicada, Legislação Aplicada em Computação, Língua Portuguesa e Organização e Gestão Educacional.</p>	17 anos	<p>Atuou como Web -Tutora, pela Unitins – Educon, nos Cursos:</p> <p>Administração: Direito Trabalhista e Previdenciário.</p> <p>Curso de Ciências Contábeis: Legislação e Ética da Profissão Contábil e Perícia Contábil e Arbitragem.</p> <p>Curso de Tecnólogo em Fundamentos em Práticas Judiciárias: Direito Constitucional I, Direito Penal I, Direito Penal II, Lógica e Produção de Texto e Sociabilidade e Cultura Jurídica.</p> <p>Produção de Material Didático: HAONAT, A. I. ; IANOWICH FILHO, A. ; BRUNO, M. B. . Direito Penal II. BRUNO, M. B. Monografia.</p> <p>Participou dos Cursos pela Unitins – UAB: Tecnologia da Informação e da Comunicação Aplicadas a EAD/UAB; Legislação sobre a Educação Superior no Brasil particularmente sobre UAB; Atribuições dos Atores em Sistemas de Ead; Curso de Tutoria em EaD.</p>
22. Maria Pilar Basso Teixeira de Medeiros	6 meses	Atua como professora na disciplina de Língua Brasileira de Sinais - Libras, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	-	-
23. Marcia Helena Padilha	-	-	2 anos	Atou como tutora, acompanhando a disciplina de Psicologia da Saúde na Faculdade ITOP.
24. Nilton Rodrigues dos Santos	-	-	6 meses	Atua como professor tutor, no acompanhamento da disciplina de Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública.
25. Rosa Maria da Silva Leite	-	-	6 anos	Professor Especialista/Web Tutor, nos

			<p>Cursos: Fundamentos e Práticas Judiciárias, acompanhando as disciplinas de Introdução ao Estudo de Direito; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Teoria Geral do Processo; Registros Públicos; Juizados Especiais; Práticas Jurídicas; Arbitragem e Mediação; e Direito Eleitoral.</p> <p>Cursos de Administração e Ciências Contábeis, acompanhando as disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito; Direito Comercial e Societário; Direito Trabalhista e Previdenciário; e Direito Tributário.</p> <p>Elaboração de Material didático:</p> <p>Participou da elaboração de apostilas, para os Cursos de EaD da Unitins: Curso de Fundamentos e Práticas Judiciárias - Apostilas: Teoria Geral do Processo; Direito Constitucional; Organização Política e Judiciária do Estado. Cursos de Administração e Ciências Contábeis – Apostilas: Introdução ao Estudo de Direito. Curso de Serviço Social – Apostila de Legislação Social. Atualmente é professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (2023.1); Participou de Oficina de Formação para o Educ@; Oficina de Formação para o AVA (Ambiente Virtual</p>
--	--	--	--

				de Aprendizagem).
26. Soraya Viana da Silva	-	-	2 anos e 6 meses	Atuou na tutoria, no acompanhamento das disciplinas Filosofia e Ética; Sociologia Organizacional; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Instituições de Direito Público e Privado; Ciência Política e atualmente está como professora-tutora, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Participou de capacitação/EAD - Jornada de Imersão Pedagógica: ensino híbrido e as metodologias ativas de aprendizagem.
27. Tais Bogo Monteiro da Silva	1 ano	Professora, junto à Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, ministrou as disciplinas - Informática e Sociedade; Metodologia do Ensino e Aprendizagem em Informática.	2 anos	Na função de tutora, atuou junto ao Curso de Licenciatura da Computação (EAD), do sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, no acompanhamento das disciplinas: Avaliação e Desenvolvimento da Aprendizagem, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Engenharia de Software I, Redes de Computadores I, Educação e Processos não Escolares, Algoritmos, Estruturas de Dados I. Participou de cursos, treinamentos em EAD (Ambiente Virtual de aprendizagem; O Educ@ na Prática: Trabalhando as Aulas Remotas; Elaboração de Itens.

28. Wellington de Souza Moura	6 meses	Ministrou a disciplina de Noções de Operações com Produtos Perigosos, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.	-	-
-------------------------------	---------	---	---	---

Legenda

TDE¹: Tempo de experiência, na docência da educação a distância, na área de formação, ou em área afim (anos).

TET²: Tempo de experiência em tutoria na área de formação, ou em área afim (anos).

APÊNDICE VIII – Produções do corpo docente

PRODUÇÕES	
Docente	Científica, Artística ou Tecnológica
1. Alcides do Nascimento Moreira	1. A complexidade do fenômeno educativo: um debate necessário para a universidade pública; 2. Formação de professores para inclusão digital: Perspectiva de qualidade na prática pedagógica do ensino médio; 3. Documento Curricular para o Território do Tocantins - DCT-TO - Etapa Ensino Médio.
2. Alexandre Antonio de Oliveira Andrade	Artigo: 1 Gestão da Covid-19 nos municípios da região metropolitana de palmas: o que mostram os portais de transparência pública? (Artigo publicado em 2022, https://orcid.org/0000-0001-7804-794X) Capítulo de livro: 1 Cooperativismo de crédito no Brasil: Uma visão a partir das 5 regiões e da pandemia de COVID-19. 1. ed. Rio de Janeiro: MC&G Editorial, 2022. 168p. (capítulo de livro / ISBN 978-65-89369-18-9 - https://www.researchgate.net/publication/361644397_2022_CancadoSerpaPacíficoFilho_Cooperativismo_de_Credito_5_Regioes_Covid_PPG-DR-UFT)
3. Alex Matos Fernandes	Artigos completos publicados em periódicos:1 1. FERNANDES, ALEX MATOS. O Direito Penal Militar Aplicado ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins

	(CBMTO):Estudo de Caso dos Crimes Militares Cometidos pelos Integrantes do CBMTO entre os anos de 2006 e 2016. Revista Vertentes do Direito, v. 7, p. 335-358, 2020.
4. Cléber José Borges Sobrinho	<p>Artigos completos publicados em periódicos:3</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; RAMOS JÚNIOR, DERNIVAL VENÂNCIO . As queimas e as queimadas no Tocantins: o município de maior registro da série histórica de focos de calor ativos. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais, v. 11, p. 378-390, 2020. 2. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; RAMOS JÚNIOR, DERNIVAL VENÂNCIO . O comportamento populacional e os focos de calor ativo no Setor Lagoa da Ilha. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais, v. 11, p. 510-521, 2020. 3. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; PEREIRA, CLAISSON ALENCAR . Perfil ambiental dos afogamentos no Estado do Tocantins. Health of Humans, v. 2, p. 8-19, 2020. <p>Livros publicados/organizados ou edições:1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ. Conflagração de saberes: Produções e bancas acadêmicas na discussão multidisciplinar de bombeiros. 1. ed. Latvia: Novas Edições Acadêmicas, 2020. v. 1. 268p . <p>Capítulos de livros publicados:1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; RAMOS JÚNIOR, DERNIVAL VENÂNCIO . Visita técnica dos bombeiros militares tocaninenses à Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. In: Juliana Laufer; Elineide E Marques; Simone Athayde; A. Christine Swanson; Ana Daisy A. Zagallo.. (Org.). Rios, Terras e Culturas: Aprendendo com o Sistema Socioecológico do Tocantins. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. , p. 549-556.
5. Chryss Ferreira Macêdo	<p>Artigos completos publicados em periódicos:1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.NUNES FILHO, FERNANDO AFONSO ; FERREIRA MACÊDO, CHRYSSE ; BARBOSA OSÓRIO, NEILA ; SANTOS DE OLIVEIRA BRITO, MARLON . Educação Ambiental Intergeracional: a implementação do jardim sensorial Nhonhô Barbosa. CONJECTURAS, v. 22, p. 29-43, 2022. <p>Capítulos de livros publicados:1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.MACEDO, C. F. História em Quadrinhos como ferramenta para projetos no Ensino Superior. In: SILVA-JUNIOR, A.; VIESBA-GARCIA, (Org.). 20 Olhares sobre a Educação na Pandemia em 2020. 001ed.Diadema, SP: V&V Editora, 2021, v. 1, p. 1-259. <p>Resumos expandidos publicados em anais de congressos:1</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.MACEDO, C. F.; NUNES FILHO, FERNANDO AFONSO . Construção de um jardim sensorial: uma relação intergeracional entre

	acadêmicos do UniCatólica e os idosos da UMA/UFT. In: Congresso Internacional de Educação, 2022, Palmas. Congresso Internacional de Educação, 2022.
6. Cristiane Dorst Mezzaroba	<p>Capítulos de livros:2</p> <p>1.MEZZAROBA, Cristiane Dorst.; SILVA, J. C. S. E. . CÁRCERE FEMININO: a invisibilidade das questões de gênero nas unidades prisionais femininas do estado do Tocantins. In: Daniela Carla Gomes Freitas; Geloese Gomes Correia Freitas; Giselle Karolina Gomes Freitas. (Org.). MULHERES QUE FAZEM! ELAS NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS. 1ed.Rio de Janeiro: Autobiografia, 2020, v. 1, p. 9-274.</p> <p>2.MEZZAROBA, Cristiane Dorst.; BIAZOTTO, S. L. R. O. . JOVEM, PRETA, POBRE E TRAFICANTE: o perfil da mulher encarcerada no Tocantins. In: Carla Figueira de Souza. (Org.). DIREITOS HUMANOS, SOCIOLOGIA, LITERATURA E EDUCAÇÃO: atualidades sociojurídicas e educacionais. 1ed.Rio de Janeiro: Autobiografia, 2020, v. 1, p. 1-280.</p> <p>Artigos completos publicados em periódicos:3</p> <p>1.MEZZAROBA, C. D.; CAVALCANTE, G. M. . A influência da mídia nas decisões do Tribunal do Júri. Conteudo Jurídico, v. 1125, p. 831-846, 2022.</p> <p>2.Gomes, A. B. A. ; MEZZAROBA, C. D. . O erro médico no Brasil: um olhar sobre a responsabilidade penal. Conteudo Jurídico, v. 1126, p. 100-116, 2022.</p> <p>3.LIMA, E. F. ; MEZZAROBA, Cristiane Dorst. . Bagatela imprópria: a (des)necessidade da aplicação da pena. Conteudo Jurídico, v. 1, p. 85. 2020.</p>
7. Giovanni Bezerra do Nascimento	<p>Livros publicados/organizados ou edições: 1</p> <p><u>NASCIMENTO, G. B.</u>; VIEIRA, R. N (Org.) . AS DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE. 00. ed. Palmas-To: Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, 2022.</p> <p>Capítulos de livros publicados: 2</p> <p><u>NASCIMENTO, G. B.</u>; COELHO, I. G. . O/A ASSISTENTE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOCIOPEDAGÓGICA. In: Ana Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraildes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento.. (Org.). AS DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE. 00ed.Palmas-To: Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, 2022, v. , p. 165-177.</p> <p>2.<u>NASCIMENTO, G. B.</u>; SANTOS, R. P. . OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL. In: na Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraildes Barreira Nunes,</p>

	Rodrigo Vieira do Nascimento. (Org.). AS DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE. 00ed.Palmas-To Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, 2022, v. , p. 194-211.
8. Janaína Senem	Artigos completos publicados em periódicos:1 1. OLIVEIRA, A. M. ; SENEM, JANAÍNA ; TAVARES, C. . PRESSUPOSTOS ENUNCIATIVODISCURSIVOS PARA A PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA MEDIADA POR GÊNEROS DO DISCURSO ORAIS. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR} , v. 8, p. 155, 2021.
9. Jeany Castro dos Santos http://buscatextual.cnpq.br/buscacatextual/busca.do	Artigos completos publicados em periódicos:4 1. CZAPSKI, A. R. S. ; SANTOS, J. C. ; RODRIGUES, W. . CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE GEORGESCU ROUGEN À CRISE SANITÁRIA MUNDIAL DECORRENTE DA COVID 19. Revista Multidebates, v. 6, p. 90-98, 2022. 2. SILVA, H. S. ; SANTOS, J. C. . A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NA PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA AO CONSELHO TUTELAR. Revista Multidebates, v. 6, p. 112-126, 2022. 3. SANTOS, J. C.; BERADO, K. A. ; SILVA, L. P. . A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TOCANTINS. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR} , v. 7, p. 184-196, 2020. 4. CZAPSKI, A. R. S. ; SANTOS, J. C. ; PARENTE, T. G. . MULHER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO TOCANTINS: CONTANDO A HISTÓRIA DELAS. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR} , v. 7, p. 545-559, 2020. Capítulos de livros publicados:4 1. ANUNCIACAO, E. ; SANTOS, J. C. . REFLEXÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL A PARTIR DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO EM PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS. In: Ana Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraildes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento. (Org.). REFLEXÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL A PARTIR DO PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO EM PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS. 1ed.Palmas: Unitins, 2022, v. 1, p. 178-193. 2. SANTOS, J. C.; SILVA, R. C. G. . OS REFLEXOS DO SISTEMA PATRIARCAL NA SAÚDE DO HOMEM. In: Ana Paula de Souza Baganha, Ewandelina de Moraes Folha Leite, Giovanni Bezerra do Nascimento, Juraildes Barreira Nunes, Rodrigo Vieira do Nascimento (Org.). OS REFLEXOS DO SISTEMA PATRIARCAL NA SAÚDE DO HOMEM. 1ed.Palmas: Unitins, 2022, v. 1, p. 270-284. 3. SANTOS, J. C.; PARENTE, T. G. . O ?OLHO QUE TUDO VÊ?: REFLEXÕES SOBRE O PLANO URBANÍSTICO E O CORPO EM PALMAS-TO. In: Tiago Siqueira Reis, Carla Monteiro de Souza, Monalisa Pavonne Oliveira, Américo Alves de Lyra Júnior. (Org.). COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME II. 1ed.Roraima: UFRR, 2020, v. 11, p. 154-169.

	<p>4. SANTOS, J. C.; TORRES, J. F. P. ; PARENTE, T. G. . A subjetividade de mulheres esportistas em Palmas - TO. In: José Fernando Patiño Torres. (Org.). Estudos da subjetividade: uma aproximação interdisciplinar. 1ed.Palmas: eduft, 2020, v. 1, p. 90-105.</p> <p>Trabalhos completos publicados em anais de congressos:2</p> <p>1. SANTOS, J. C.; PARENTE, T. G. . PALMAS DO LADO DE CÁ: narrativas que versam sobre os espaços da cidade utilizados para a realização de atividades físicas. In: 3º Encontro Internacional História & Parcerias, 2021, Rio de Janeiro. PALMAS DO LADO DE CÁ: NARRATIVAS QUE VERSAM SOBRE OS ESPAÇOS DA CIDADE UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS. Rio de Janeiro: anpuh, 2021. v. 3.</p> <p>2. SANTOS, J. C.; PARENTE, T. G. . Espaços de Sociabilidade em Palmas-TO: narrativas que versam sobre a urbanidade em uma cidade planejada. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL ?Narrativas Oraís, Ética e Democracia?, 2020, Belém. Espaços de Sociabilidade em Palmas-TO: narrativas que versam sobre a urbanidade em uma cidade planejada, 2020. p. 1-12.</p>
10. Kyldes Batista Vicente	<p>Artigos completos publicados em periódicos: 22</p> <p>1. OLIVEIRA, T. B. ; GONCALVES, T. R. L. O. ; VICENTE, K. B. . A influência do sistema capitalista no aumento da inserção do menor na criminalidade. Jus Navigandi (Online), v. 1, p. 1-16, 2022. Citações: SCOPUS1 Não classificado, ISSN 1518-4862.</p> <p>2. AMARAL, B. B. ; SILVEIRA, J. S. ; LEITE, R. Q. S. ; VICENTE, K. B. . O diálogo entre a literatura infantil fantástica e a ficção na obra de ?Alice no País das Maravilhas?. Revista Interação Interdisciplinar, v. 1, p. 214-227, 2022. B1, ISSN 2526-9550, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).</p> <p>3. MATOS, C. X. ; SILVA, M. H. ; VICENTE, K. B. . Prática docente e materiais didáticos na sala de aula. REVISTA PANORÂMICA JCR, v. 33, p. 313-337, 2021. B1, ISSN 2238-9210, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).</p> <p>4. VICENTE, K. B.; CERICATTO, S. K. ; JACUNDA, M. C. . Práticas extensionistas no contexto da Proex/Unitins: um caminho para superação das desigualdades sociais em tempos de mudanças no sistema educacional. ENSINO EM RE-VISTA, v. 28, p. e052, 2021. A3, ISSN 1983-1730, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).</p> <p>5. OLIVEIRA, R. L. ; VICENTE, K. B. . Estudo sobre o uso de tecnologias digitais no processo de educação utilizando inteligência artificial (IA): benefícios e desafios. HUMANIDADES & INOVAÇÃO JCR, v. 8, p. 202-212, 2021. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).</p> <p>6. BITAR, A. B. ; VICENTE, K. B. . A educação na administração. HUMANIDADES & INOVAÇÃO JCR, v. 8, p. 377-385, 2021. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).</p>

7. VICENTE, K. B.. Entrevista com a pesquisadora Maria Cecília De Souza Minayo. Revista Multidebates, v. 5, p. 310-311, 2021. B1, ISSN 2594-4568, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
8. VICENTE, K. B.; CERICATTO, S. K. ; JACUNDA, M. C. . Extension practices in the context of Proex / Unitins: a way to overcome social inequalities in times of changes in the educational system. ENSINO EM RE-VISTA, v. 28, p. 1-25, 2021. A3, ISSN 1983-1730, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)
9. PEREIRA, M. A. ; ROCHA, J. D. T. ; VICENTE, K. B. . O ?ensino remoto emergencial?: a experiência do ensino superior privado da Faculdade ITOP. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 8, p. 295-305, 2021. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
10. LIMA, D. S. ; SILVA, M. H. ; VICENTE, K. B. . Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório: contribuições para formação e atuação pedagógica. Revista Pedagogia Social, v. 12, p. 1, 2021. B1, ISSN 2527-0974, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
11. LIMA, D. S. ; VICENTE, K. B. . Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório: contribuições para formação e atuação pedagógica. Revista Pedagogia Social, v. 12, p. 1, 2021. B1, ISSN 2527-0974, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
12. VIVIANI, M. E. VICENTE, K. B. ; SILVA, R. A. ; GAZOLLA, S. B. ; RUBINELLI, N. R. ; MAGALHAES, R. C. B. P. . Algumas considerações sobre cultura e diversidade cultural. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 7, p. 122-129, 2020. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
13. FARINA, M. C. ; CARVALHO, A. A. ; FERNANDES NETO, A. F. ; VICENTE, K. B. ; LAMA, D. . Rede de relacionamento dos docentes de um curso de graduação em Administração: a busca de alternativas para a construção do ensino aprendizagem. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 7, p. 232-245, 2020. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
14. SCARPIN, LILIANE DA SILVA STORNILO ; VICENTE, KYLDES BATISTA . UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA VILÃ NA TELENOVELA AMOR ETERNO AMOR, DE ELIZABETH JHIN. INTERAÇÃO (VARGINHA), v. 22, p. 43-54, 2020. B3, ISSN 1517-848X, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020).
15. BITAR, A. B. ; VICENTE, K. B. . A administração na educação: os primeiros escritos sobre a administração escolar.

HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 7, p. 399-407, 2020. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

16. REIS, B. O. F. B. ; SILVA, R. A. ; VICENTE, K. B.. Estado e proteção social: um olhar sobre a proteção de dados e a regulamentação da internet no Brasil. Revista Multidebates, v. 4, p. 124-140, 2020. B1, ISSN 2594-4568, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

17. GAMA, J. A. A. ; SANTOS, G. F. ; VICENTE, K. B. ; CASTRO, Z. T. . ?Nós somos as redes?: reflexões sobre o uso das redes sociais na escola. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 8, p. 184-193, 2020. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

18. FERRAZ, R. R. N. ; DIA, T. O. S. ; RODRIGUES, F. S. M. ; SILVA, R. A. ; VICENTE, K. B. . Semana nacional de humanização ?cuidando do cuidador?: relato de práticas de humanização junto aos trabalhadores de um hospital público de alta complexidade. Revista Multidebates, v. 4, p. 97-104, 2020. B1, ISSN 2594-4568, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

19. SERRANO, A. F. ; FERRAZ, R. R. N. ; SILVA, R. A. ; VICENTE, K. B. . Avaliação da concentração de nitrato em águas minerais naturais industrializadas por meio da análise do rótulo nutricional. Revista Multidebates, v. 4, p. 85, 2020. B1, ISSN 2594-4568, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

20. SILVEIRA, J. S. ; STORNILO, L. S. S. ; VICENTE, K. B. . Literatura comparada: O Tronco e Os Discursos do Mestre Tamoda. Revista de Estudos Interdisciplinares- CEEINTER, v. 2, p. 125-143, 2020. A3, ISSN 2674-8703, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

21. SILVA, R. A. ; VICENTE, K. B. ; OLIVEIRA FILHO, F. L. C. . Representações Sociais na Implementação de Políticas Públicas. PERSPECTIVAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS, v. XIII, p. 197-208, 2020. B2, ISSN 2236-045X, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

22. VICENTE, K. B.. O gênero: do literário ao audiovisual. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 7, p. 217-233, 2020. B2, ISSN 2358-8322, fonte Qualis/CAPES (ano-base 2020)

Livros publicados/organizados ou edições: 2

1. VICENTE, K. B.; LIMA, E. J. S. (Org.) ; JACUNDA, M. C. (Org.) . Caderno de resumos: IV Colóquio Interdisciplinar de Ensino e Pesquisa

e Extensão (A sociedade na era da inteligência artificial). 1. ed. Palmas: Unitins, 2021.

2. ANDRADE, Karylleila dos Santos (Org.) ; VICENTE, KYLDES BATISTA (Org.) ; Bodnar, Roseli (Org.) . Educação e Linguagens: reflexões críticas. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 133p .

Capítulos de livros publicados: 5

1. AMORIM, J. C. ; VICENTE, K. B. . A intervenção do assistente social na execução das medidas socioeducativas em meio aberto e a contribuição da educação em direitos humanos. In: Eduardo José Silva Lima; Rodrigo Barbosa e Silva. (Org.). Educação, sociedade e violência: Tocantins sob análise. 1ed.Palmas-TO: Unitins, 2022, v. 1, p. 43-58.

2. BODNAR, R. ; VICENTE, K. B. ; ANDRADE, K. S. . Leitura literária: a presença da intertextualidade na contemporaneidade. In: Maria Perla Araújo Morais; Roseli Bodnar. (Org.). Olhares contemporâneos sobre a literatura: pluralidade, ficção e crítica literária. 1ed.Campinas-SP: Pontes Editores, 2022, v. , p. 33-48.

3. CERICATTO, S. K. ; OSORIO, N. B. ; SILVA NETO, L. S. ; VICENTE, K. B. . Envelhecimento humano e as políticas públicas de direito à educação para idosos no Brasil. In: Jaqueline Carvalho Quadrado. (Org.). Políticas públicas, desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença. 1ed.São Borja: Unipampa, 2021, v. 1, p. 187-210.

4. SILVA, R. A. ; MUZZETI, L. R. ; VICENTE, K. B. . A gestão democrática e o Projeto Político Pedagógico como elementos motivadores no ambiente educacional. In: Karylleila dos Santos Andrade; Kyldes Batista Vicente; Roseli Bodnar (Orgs.). (Org.). Educação e Linguagens: reflexões críticas. 1ed.Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, v. 1, p. 11-29.

5. BODNAR, R. ; VICENTE, K. B. . Considerações em torno do narrador, da personagem e do leitor. In: Karylleila dos Santos Andrade; Kyldes Batista Vicente; Roseli Bodnar (Orgs.). (Org.). Educação e Linguagens: reflexões críticas. 1ed.Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

v. 1, p. 45-61.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos: 1

1. SILVEIRA, J. S. ; VICENTE, K. B. O diálogo entre a literatura e o cinema: o elemento narrativo visto no filme 'Mais estranho que a ficção'. In: V Congresso Internacional de Letras - CONIL, 2021, Bacabal-MA. Anais do IV Congresso Internacional de Letras. Bacabal-MA: Coordenação de Letras - CCEL, 2021. v. 4. p. 727-738.

Resumos publicados em anais de congressos: 2

1. SILVEIRA, J. S. ; VICENTE, K. B. . O diálogo entre a literatura e o cinema: o elemento narrativo visto no filme 'Mais estranho que a ficção'. In: IV Congresso Internacional de Letras, 2021, Bacabal-MA. Caderno de Resumos do IV Congresso Internacional de Letras. São Carlos - SP: Pedro e João Editores, 2021. p. 113-113.

2. AMARAL, B. B. ; VICENTE, K. B. . Filme x livro: a intertextualidade na narrativa fantástica ?O labirinto do fauno?. In: IV Congresso Internacional de Letras, 2021, Bacabal-MA. Caderno de Resumos do IV Congresso Internacional de Letras. São Carlos - SP: Pedro e João Editores, 2021. v. 4. p. 115-115.

Outras produções bibliográficas

1. MINAYO, M. C. S. ; VICENTE, K. B. ; SILVA, R. A. . Editorial - Educação Hoje: reflexões críticas. Palmas-TO, 2020. (Prefácio, Pós-facio/Apresentação)>.

Trabalhos técnicos: 6

1. VICENTE, K. B.. Parecer para Revista Sítio Novo (e-ISSN: 2594-7036). 2022.

2. CAMPOS, A. R. ; CASTRO, D. T. ; CZAPSKI, A. R. S. ; VICENTE, K. B. . Elaboração do PDI - UNITINS- 2023-2027'. 2022.

3. VICENTE, K. B.. Parecer ad hoc de projeto submetido ao EDITAL N° 01/2019 - BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA - FAPT 2021.

4. VICENTE, K. B.. Parecer para Revista ESMAT (ISSN 2177-0360). 2020.

5. VICENTE, K. B.. Avaliação de cursos superiores Guia da Faculdade. 2020.

6. VICENTE, K. B.. Parecer para Revista Fronteiras - Estudo Midiáticos (ISSN: 1984-8226). 2020.

Produção Técnica - Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia: 8

	<p>1. VICENTE, K. B.; VALDEZ, D. . Mundo UFG. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).</p> <p>2. VICENTE, K. B.; DIAS, L. O. ; SOUZA, C. S. ; BOTELHO, D. ; CHAVES, E. ; ROSA, W. . Conexão+Live. 2021.</p> <p>3. VICENTE, K. B.; VICENTE, K. B. ; VALDEZ, D. ; DIAS, A. R. C. ; SILVA, D. C. ; OLIVEIRA, E. R. S. ; RIBEIRO, T. S. F. ; OLIVEIRA, E. T. . Prosa Lilás. 2021.</p> <p>4. VICENTE, K. B.; MINAYO, M. C. S. . Entrevista com a pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).</p> <p>5. VICENTE, K. B.; SILVA, R. A. ; DEMO, P. ; MINAYO, M. C. . Conexão+Live. 2020.</p> <p>6. VICENTE, K. B.; GOMES, G. M. S. ; QUEIROZ, M. R. F. Conexão+Live. 2020.</p> <p>7. VICENTE, K. B.; MONTINO, M. A. ; RANKE, M. C. J. ; LAGARES, R. . Conexão+Live. 2020.</p> <p>8. VICENTE, K. B.; SANTANA, J. . Conexão+Live. 2020</p>
11. Marinalva do Rego Barros Silva	<p>Artigos completos publicados em periódicos:1</p> <p>1.M. R. B.; MEDINA, M. F. R. ; AMARAL, L. D. P. ; STORNILOLO, L. S. S. ; SOUSA, A. P. . VOZES DO REASSENTAMENTO FLOR DA SERRA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 9, p. 361-378, 2022 https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7636.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:1</p> <p>1.SILVA; FLORES, K. M. . O reino da Senhora do Rosário em Monte do Carmo-TO. 1. ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico,, 2019. v. 1. 120p .</p> <p>Capítulos de livros publicados:5</p> <p>1.M. R. B.; FLORES, K. M. . Religiosidade e cultura: a preparação das festas em Monte do Carmo. In: César Evangelista Fernandes Bressanin e Valdir Aquino Zitzke. (Org.). Religiosidades no Tocantins. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 2, p. 97-106.</p> <p>2.FLORES, K. M. ; BARROS-SILVA . Vilas e arraiais: o urbanismo colonial no Tocantins do século XIX visto pelo botânico William John Burchell em 1829. In: Rosana Balsan; Láires Ribeiro; César Bressanin.. (Org.). Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino pesquisa e extensão. 1ªed.PALMAS: EDUFT, 2021, v. i, p. 79-91.</p> <p>3.BARROS-SILVA ; FLORES, K. M. . TURISMO RELIGIOSO: Monte do Carmo e as festas tradicionais. In: Rosane Balsan; Núbia Nogueira do Nascimento; Mariela Cristina Ayres de Oliveira.. (Org.). IDENTIDADES DO TURISMO NO TOCANTINS. 1ªed.PALMAS: EDUFT, 2020, v. I, p. 112-123.</p> <p>4. BARROS-SILVA ; SOUZA, Raquel Castilho . A ética no contexto da sociedade e da educação escolar. In: Santana, Juliana; Souza,</p>

	<p>Raquel Castilho; Duarte, Fábio Henrique; Vilas Bôas, João Paulo Simões.. (Org.). Filosofia em debate : volume 2. 1ªed.PALMAS: EDUFT, 2019, v. II, p. 51-64.</p> <p>5. M. R. B.; FLORES, K. M. . A Festa de Nossa Senhora do Rosário em Monte do Carmo - TO. In: Barbara Tavares dos Santos; Liliane Scarpin S. Storniolo; Renata Patrícia da Silva. (Org.). Trânsitos interdisciplinares em artes. 1ed.São Carlos - SP: Scienza, 2021, v. 1, p. 144-164.</p> <p>Resumos – Anais Eletrônico:1</p> <p>1.BARROS-SILVA ; MEDINA, M. F. R. . ST-4 Simpósio Memória Institucional. 2021.</p> <p>Outras produções bibliográficas:1</p> <p>1.M. R. B.; AIRES FILHO, R. . As duas vidas de Cecília. Palmas, 2021. (Prefácio, Pós-facio/Prefácio).</p> <p>Produção técnica:4</p> <p>1.M. R. B.. Elaboração de questões de processos seletivos. 2023. (Elaboração de questões).</p> <p>2.M. R. B.. Elaboração de questões de processos seletivos. 2022. (Elaboração de questões).</p> <p>3.M. R. B.. Elaboração de questões de processos seletivos. 2021. (Elaboração de questões).</p> <p>4.M. R. B.. Elaboração de questões de processos seletivos. 2020. (Elaboração de questões).</p>
12. Maria Angélica Oliveira Marinho	<p>Artigos completos publicados em periódicos:2</p> <p>1.MIRANDA, P. H. O. de .; FERNANDES , P. H. E. .; SILVA, K. T. da .; ALCÂNTARA, L. F. de M. .; BARBOSA, M. F. dos S. .; MARINHO, M. A. O. .; MARINHO, A. R. O. .; OLIVEIRA, W. F. de .; CORREIA, M. T. dos S. .; SILVA, M. V. da . Antiinflammatory and wound healing properties from Caatinga plant species: how they do it? – A literature review . Research, Society and 7h/ semanai s UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA Development, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e303111133844, 2022. DOI: 10.33448/rsdv11i11.33844. Disponível em: https://rsdjournal.org/ind_ex.php/rsd/article/view/33844. Acesso em: 31 oct. 2022.</p> <p>2. SANTOS, WEDER FERREIRA DOS ; MARINHO, MARIA ANGELICA OLIVEIRA ; SANTOS, LAYANNI FERREIRA SODRÉ ; PELUZIO, JOÊNES MUCCI ; TSCHOEKE, MARCELA CRISTINA AGUSTINI CARNEIRO DA SILVEIRA ; SIQUEIRA, GUILHERME BENKO DE ; CERQUEIRA, FERNANDO BARNABÉ ; FERREIRA, TALITA PEREIRA DE SOUZA ; FIDELIS, CÍCERO ANTONIO SOBREIRA ; SILVA, LAURA CARNEIRO ; OLIVEIRA, MAGNO DE . Genetic divergence in corn with forage potential in the Municipality of Santa Maria of Barreiras-PA. INTERNATIONAL JOURNAL OF ADVANCED ENGINEERING RESEARCH AND SCIENCE, v. 8, p.</p>

380-386, 2021.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos:4

1.VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; PEDREIRA, E.B. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . DESENVOLVIMENTO DO BARU (*Dipteryx alata* Vogel) ATRAVÉS DE PROPAGAÇÃO VEGETATIVA POR ENXERTIA. In: XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEULP/ULBRA, 2021, Palmas. XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEULP/ULBRA, 2021.

2.PEDREIRA, E.B. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . AVALIAÇÃO DA AÇÃO DE BIORREGULADOR NO DESENVOLVIMENTO DO MILHO SOB ESTRESSE NUTRICIONAL NA SEGUNDA ADUBAÇÃO DE COBERTURA. In: XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEULP/ULBRA, 2021, Palmas. XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEULP/ULBRA, 2021.

3.PEDREIRA, E.B. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . AVALIAÇÃO DO USO DE BIORREGULADOR NO DESENVOLVIMENTO DO SORGO NA SAFRINHA EM PORTO NACIONAL - TO. In: XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEULP/ULBRA, 2021, Palmas. XXI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CEULP/ULBRA, 2021.

4.MARINHO, M. A. O.; COSTA, L. ; SANTOS, V. M. S. ; CARVALHO, R. . RELAÇÕES FILOGENÉTICAS NO CORE CUCURBITALES (*CUCURBITALES* JUSS. EX BERCHT. & J. PRESL). In: 40º Encontro Regional de Botânicos e XI Jornada Capixaba de Botânica, 2020, Vitória, Espírito Santo, Brasi. Diálogos sobre diversidade Vegetal, 2020.

Resumos publicados em anais de congressos:12

1.OLIVEIRA, R. S. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARINHO, M. A. O. . Complexo Fúngico Associado a Mancha de Pestalotia em Explantes de Baru (*Dipteryx alata* Vogel). In: II SIMDEFI - Simpósio de Defesa Fitossanitária do Tocantins, 2022, Palmas. II SIMDEFI - modalidade Fitopatologia, 2022.

2.VIEIRA, I. S. S. ; OLIVEIRA, R. S. ; MARINHO, M. A. O. . Interferência Fúngica no Desenvolvimento de Enxertos de Baru (*Dipteryx alata* Vogel): Um estudo de Caso. In: II SIMDEFI - Simpósio de Defesa Fitossanitária do Tocantins, 2022, Palmas. II SIMDEFI - modalidade Fitopatologia, 2022.

3.MARINHO, M. A. O.. DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CIENTÍFICOS COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM NAS AULAS: RELATO DE CASO. In: VI Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), 2022, Palmas. ST 3 - Currículo e interdisciplinaridade: possibilidades e desafios da prática docente, 2022.

4.FARIAS, J. J. C. ; SANTOS, H. D. ; OLIVEIRA, R. S. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARINHO, M. A. O. . FATO OU FAKE NA BOTÂNICA: ELUCIDANDO MITOS. In: XXIX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E I MOSTRA CIENTÍFICA JUNIOR DA UNIVERSIDADE

<p>ESTADUAL DO TOCANTINS, 2022, Palmas. Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, 2022.</p> <p>5. OLIVEIRA, R. S. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARINHO, M. A. O. . DESENVOLVIMENTO DE CLONES COMERCIAIS DO BARU (DIPTERYX ALATA VOGEL) ATRAVÉS DA ENXERTIA: COMPATIBILIDADE ANATÔMICA DOS PORTA-ENXERTOS E ACLIMATAÇÃO. In: XXIX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E I MOSTRA CIENTÍFICA JUNIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, 2022, Palmas. Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, 2022.</p> <p>6. VIEIRA, I. S. S. ; FARIAS, J. J. C. ; OLIVEIRA, R. S. ; SANTOS, H. D. ; MARINHO, M. A. O. . BASES BIBLIOGRÁFICAS DA ENXERTIA DE ESPÉCIES NATIVAS DO CERRADO PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DE CLONES COMERCIAIS DO BARU (DIPTERYX ALATA VOGEL). In: XXIX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E I MOSTRA CIENTÍFICA JUNIOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, 2022, Palmas. Bicentenário da Independência: 200 anos de ciência, tecnologia e inovação no Brasil, 2022.</p> <p>7. VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; PEDREIRA, E.B. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . ENXERTIA NO BARU (DIPTERYX ALATA VOGEL) PARA DESENVOLVIMENTO COMERCIAL ATRAVÉS DO MÉTODO GARFAGEM EM FENDA. In: XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021, Palmas. XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021.</p> <p>8. VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; PEDREIRA, E.B. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . DESENVOLVIMENTO COMERCIAL DO BARU (DIPTERYX ALATA VOGEL) ATRAVÉS DE ENXERTIA PELO MÉTODO INGLÊS SIMPLES. In: XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021, Palmas. XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021.</p> <p>9. MARTINS, S. C. R. ; VIEIRA, I. S. S. ; PEDREIRA, E.B. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . APRIMORAMENTO DA TÉCNICA QUÍMERA PERICLINAL NA PRODUÇÃO E 4 MELHORAMENTO GENÉTICO DA MANDIOCA (MANIHOT SPP.). In: XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021, Palmas. XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021.</p> <p>10. MARTINS, S. C. R. ; VIEIRA, I. S. S. ; PEDREIRA, E.B. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . DESENVOLVIMENTO DE QUÍMERAS MANIHOT SPP. EM AMBIENTE IRRIGADO E NÃO IRRIGADO NA REGIÃO DE PALMAS-TO,. In: XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021, Palmas. XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021.</p> <p>11. PEDREIRA, E.B. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . AVALIAÇÃO DO</p>

	<p>DESENVOLVIMENTO INICIAL DO SORGO COM USO DE BIORREGULADOR EM PALMAS -TO. In: XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021, Palmas. XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021.</p> <p>12.PEDREIRA, E.B. ; VIEIRA, I. S. S. ; MARTINS, S. C. R. ; Durval, E.A. ; ARAÚJO, V.D.S. ; MARINHO, M. A. O. . AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INICIAL DO MILHO COM USO DE BIORREGULADOR EM PALMAS -TO. In: XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021, Palmas. XXVIII Jornada de Iniciação Científica e V Mostra de Ciência e Tecnologia, 2021.</p> <p>Produção Técnica - Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia:5</p> <p>1.MARINHO, M. A. O.. PROPAGAÇÃO VEGETATIVA: ASPECTOS ANATÔMICOS, FISIOLÓGICOS E SUA PROSPECÇÃO EM PLANTAS NATIVAS DO CERRADO. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).</p> <p>2.MARINHO, M. A. O.. Histopatologia Vegetal no diagnóstico de doenças. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).</p> <p>3.MARINHO, M. A. O.. ABC DA CIÊNCIA Jornal para divulgação científica. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).</p> <p>4.MARINHO, M. A. O.. Interdisciplinaridade na atuação de profissionais das Ciências Agrárias e Biológicas. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).</p> <p>5.MARINHO, MARIA ANGELICA OLIVEIRA. Será Poluição? Aumento de plantas no lado da usina Hidrelétrica de Lajeado tem causado preocupação. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).</p> <p>Redes sociais, websites e blogs:1</p> <p>1.MARINHO, M. A. O.. Profa Angel Marinho - Ciências e conhecimentos. 2020; Tema: Educação, Ciência e Tecnologia. (Rede social).</p>
13. Maíra Bogo Bruno	<p>Artigos completos publicados em periódicos:1</p> <p>1.BRUNO, M. B.; SILVA, E. A. F. R. . POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTOS INFRACONSTITUCIONAIS DE GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA DA PESSOA IDOSA. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 7, p. 233-245, 2020.</p> <p>Capítulos de livros publicados:4</p> <p>1. Bruno, Maíra Bogo. A ATUAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS COMO EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL. Direito: Justiça, Políticas Públicas e as Relações entre Estado e Sociedade. 1ed.: Atena Editora, 2021, v. , p. 1-11.</p> <p>2.Bruno, Maíra Bogo; Costa, Vanuza Pires da ; Barcelos, Leila Rufino ; Castro, Mateus Bezerra de ; Dettenborn, Candida ; Oliveira, Rômulo</p>

	<p>de Moraes e . A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO. As Ciências Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano. 1ed.: Atena Editora, 2020, v. , p. 293-301.</p> <p>3. Bruno, Maíra Bogo; Dettenborn, Candida ; Oliveira, Rômulo de Moraes e ; Elias, Raphael Lemes ; Canedo, Alessandro de Paula ; Bolwerk, Aloisio Alencar . LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010. As Ciências Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano. 1ed.: Atena Editora, 2020, v. , p. 172-180.</p> <p>4. Bruno, Maíra Bogo; Silva, Jaqueline de Paula e . PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA COMO INSTRUMENTO INDISPENSÁVEL À DIGNIDADE HUMANA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 2. 2ed.: Atena Editora, 2019, v. , p. 171-181.</p>
14. Rafaela Costa Vidal	<p>Artigos completos publicados em periódicos: 1</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.. KARL MANNHEIM E A CRISE DO CONHECIMENTO. HUMANIDADES & INOVAÇÃO ^{JCR}, v. 9, p. 248, 2022.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições: 3</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.; SABARA, M. T. R. (Org.) ; LIMA, E. J. (Org.) ; VICENTE, K. B. (Org.) . Anais do V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Tocantins.. 4. ed. Palmas: Revista Extensão, 2021.</p> <p>2. VIDAL, Rafaela.; VICENTE, K. B. (Org.) ; OLIVEIRA, A. L. S. (Org.) ; MESSIAS, G. S. (Org.) ; FERNANDES SOBRINHO, I. P. (Org.) ; CERICATTO, S. K. (Org.) . Anais do I Festival de Direitos Humanos da Unitins. 1. ed. Palmas: Revista Extensão, 2021.</p> <p>3. VIDAL, Rafaela.; SABARA, M. T. R. (Org.) ; CERICATTO, S. K. (Org.) ; LIMA, E. J. (Org.) ; VICENTE, K. B. (Org.) . Anais da III Semana de Direitos Humanos: Sociedade e Meio Ambiente. 3. ed. Palmas: Revista Extensão, 2021. 69p .</p> <p>Resumos publicados em anais de congressos: 1</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.; CASTANHO, L. F. B. . HISTÓRIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (1990-2020). In: V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão: novas ideias e experiências, 2021, Palmas. Caderno de resumos ? Anais do V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Tocantins, 2021. v. 4.</p> <p>Textos em jornais de notícias/revistas:1</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.; PORTELA, Y. . Entenda por que a tese de que não houve golpe no Brasil em 1964 é insustentável a partir dos Atos Institucionais. Jornal Opção, 31 mar. 2022.</p> <p>Produções Técnicas: 3</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.; SABARA, M. T. R. ; LIMA, E. J. ; CONCEICAO, V. K. P. . VI Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e</p>

	<p>Extensão: cultivando saberes populares e científicos. 2022; Tema: VI Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão: cultivando saberes populares e científicos. (Site).</p> <p>2. VIDAL, Rafaela.; CONCEICAO, V. K. P. ; COSTA, F. V. ; VICENTE, K. B. . IV Semana de Direitos Humanos: Fome de Justiça. 2022; Tema: IV Semana de Direitos Humanos: Fome de Justiça. (Site).</p> <p>3. VIDAL, Rafaela.; SABARA, M. T. R. ; LIMA, E. J. ; VICENTE, K. B. . V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão: novas ideias e experiências. 2021; Tema: V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão: novas ideias e experiências. (Site).</p> <p>Produção Artística:1</p> <p>1. VIDAL, Rafaela.. Luz, Câmera, Extensão!. 2022. Filme.</p>
15. Tais Bogo Monteiro da Silva	<p>Resumos publicados – Anais Eletrônico:1</p> <p>1.SILVA, Tais Bogo Monteiro da. O Caipiratins na História do Câmpus palmas – Unitins. ST-4 Simpósio Memória Institucional. 2021.</p>
16. Wellington de SouzaMoura	<p>Artigos completos publicados em periódicos:3</p> <p>1. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; RAMOS JÚNIOR, DERNIVAL VENÂNCIO . As queimas e as queimadas no Tocantins: o município de maior registro da série histórica de focos de calor ativos. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais, v. 11, p. 378-390, 2020.</p> <p>2. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; RAMOS JÚNIOR, DERNIVAL VENÂNCIO . O comportamento populacional e os focos de calor ativo no Setor Lagoa da Ilha. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais, v. 11, p. 510-521, 2020.</p> <p>3. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; PEREIRA, CLAISON ALENCAR . Perfil ambiental dos afogamentos no Estado do Tocantins. Health of Humans, v. 2, p. 8-19, 2020.</p> <p>Livros publicados/organizados ou edições:1</p> <p>1. BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ. Conflagração de saberes: Produções e bancas acadêmicas na discussão multidisciplinar de bombeiros. 1. ed. Latvia:Novas Edições Acadêmicas, 2020. v. 1. 268p .</p> <p>Capítulos de livros publicados:</p> <p>1.BORGES SOBRINHO, CLÉBER JOSÉ; RAMOS JÚNIOR, DERNIVAL VENÂNCIO . Visita técnica dos bombeiros militares tocantinenses à Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. In: Juliana Laufer; Elineide E Marques; Simone Athayde; A. Christine Swanson; Ana Daisy A.</p>

	Zagallo.. (Org.). Rios, Terras e Culturas: Aprendendo com o Sistema Socioecológico do Tocantins. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. , p 549-556.
--	--

ANEXO

ANEXO 1 – Acordo de Cooperação Técnica



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 13/2021

Processo nº 2021/20321/000310

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS E O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE SEUS SERVIDORES E DESENVOLVIMENTO DE SUAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS.

O **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS – CBMTO**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n. 07.924.551/0001-90, com endereço na Quadra 403 Sul, AV. LO-09 ESQ. AV. NS-05, Palmas -TO, CEP: 77015-560, telefone (63) 3218-2763, neste ato representado pelo Comandante Geral **Carlos Eduardo de Souza Farias**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 00.016-98 SSP/CBMTO, CPF nº 007.406.994-23, nomeado pelo Ato n. 1.231 de 13 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5946 de 13 de outubro de 2021, e a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS**, doravante denominada **UNITINS**, pessoa jurídica de direito público sob o regime de autarquia especial, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.637.536/0001-85, com sede no município de Palmas/TO e atuação em todo o Estado do Tocantins, situada na quadra 108 SUL, Alameda 12, s/n - Centro, Palmas -TO, CEP 77.020-122, neste ato, representada por seu Reitor **Augusto de Rezende Campos**, brasileiro, casado, portador do RG Civil n. 3433305 – SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o n. 793.465.701-30, nomeado pelo Ato n. 820 – NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.667, de 18 de agosto de 2020, resolvem firmar o presente Acordo de Cooperação Técnica, com suporte na Lei n. 8.666/1993, e legislação aplicável mediante as cláusulas e condições seguintes:



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente acordo tem como objeto estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, por meio de Programa e Projeto para oferta de cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, intercâmbio de profissionais, bem como nas atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum. Além do compartilhamento de infraestrutura física e logística para execução das atividades.

Parágrafo Único. Para cada hipótese específica de cooperação, as instituições deverão preparar, conjuntamente, plano de trabalho que explicita o modo como se dará o intercâmbio previsto no presente objeto, cujo conteúdo constituirá Termo Aditivo a este Instrumento, quando necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

2.1 - Compete à **UNITINS**:

- a) estabelecer parceria para a troca de experiências nos procedimentos pedagógicos e nas ações educacionais;
- b) desenvolver ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- c) promover a certificação conjunta das atividades educacionais, nas modalidades presencial, semipresencial e/ou a distância;
- d) avaliar as atividades desenvolvidas pelos servidores da UNITINS que atuam como docentes e orientadores em projetos, expedindo documento de avaliação de desempenho, conforme critérios estabelecidos pelo CBMTO;
- e) fornecer as informações e orientações necessárias para o fiel cumprimento deste acordo;
- f) aprovar e autorizar a cooperação de professores e/ou colaboradores do quadro funcional da UNITINS nas atividades educacionais, desde que não haja prejuízo ao sistema acadêmico e institucional;
- g) promover as atividades educacionais conjuntas nas modalidades presencial e/ou à distância, por meio de disponibilização de vagas, elaboração e adaptação de materiais didáticos, bem como da realização de ações de apoio a sua execução.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



2.2 - Compete ao **CBMTO**:

- a) avaliar as atividades desenvolvidas pelos servidores do CBMTO que atuam como docentes e orientadores nos seus projetos, expedindo documento de avaliação de desempenho, conforme critérios estabelecidos pelo CBMTO;
- b) fornecer as informações e orientações necessárias para o fiel cumprimento deste acordo;
- c) estabelecer meios de intercâmbio de conhecimento, informações e estudos, sobre temas de interesse comum;
- d) aprovar e autorizar a cooperação de professores e/ou colaboradores do quadro funcional da CBMTO nas atividades educacionais, desde que não haja prejuízo ao sistema institucional.

2.3 - Compete a **AMBAS AS PARTES**:

- a) elaborar o Plano de Trabalho para desenvolvimento das ações conjuntas, os quais serão parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, sob a forma de anexo;
- b) disponibilizar a participação de seus servidores visando a cooperação técnica nos campos científicos, cultural, docente, técnico pedagógico e técnico administrativo, para a execução de programas e projetos ligados a este Acordo, de modo a permitir o intercâmbio entre profissionais, o desenvolvimento e a participação em áreas de interesse mútuo;
- c) disponibilizar estrutura física, pedagógica, tecnológica e equipamento de apoio para execução e acompanhamento das atividades objeto deste acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

3.1 - Para coordenar e supervisionar a execução do presente Acordo, as instituições designarão no Plano de Trabalho, os coordenadores e a equipe técnica responsável pelos projetos a serem desenvolvidos, composto por representantes de seu quadro de pessoal designados pelos partícipes.

3.2 – O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública serão compostos pelos docentes que compõem o corpo docente do curso, com direito a voz e voto, autorizada a participação e a



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



execução de atividades pedagógicas e administrativas relacionadas à execução do objeto deste Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E PLANO DE METAS

4.1 - O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado de acordo com o Programa aprovado por ambos partícipes, mediante a aprovação do Plano de Trabalho, que conterà as metas que deverão ser cumpridas em cada projeto.

Parágrafo Único. Os Planos de Trabalho citados nesta cláusula deverão conter no mínimo, informações como:

- I - identificação do objeto e sua descrição completa;
- II - justificativa para celebração do instrumento;
- III - descrição das metas, a serem atingidas;
- IV - definição das etapas ou fases de execução;
- V - identificação da coordenação do projeto;
- V - cronograma de execução;
- VI - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- VII - aprovação dos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

5.1 - Não há repasses de recursos financeiros entre as partes signatárias deste acordo, devendo cada parte se responsabilizar pelo ônus que lhe couber. Os recursos humanos que participarem desta cooperação estarão sujeitos às normas internas de suas respectivas instituições no que tange à percepção de remuneração, subsídio, pró-labore, subvenção, bolsas, dentre outros.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1 - A Unitins providenciará a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial do Estado, mediante suporte na Lei n. 8.666/1993, e legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

7.1 - Os partícipes compartilharão a propriedade intelectual dos bens e serviços produzidos e/ou desenvolvidos apenas no âmbito deste Acordo, resguardado a UNITINS o direito de uso irrestrito de todo conteúdo, respeitadas eventuais limitações definidas em instrumentos específicos.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente termo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura (publicação), podendo ser prorrogado por termo aditivo, desde que haja a motivação.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS E MODIFICAÇÕES

8.1 - Os casos omissos não previstos neste Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos de comum acordo entre as partes, e quaisquer modificações nas suas disposições deverão ser efetivadas por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

9.1 - O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer dos partícipes a qualquer momento, desde que haja comunicação expressa da parte denunciante, por escrito, e com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre as partes ou por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou, ainda, por superveniência de legislação que torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações então assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 - Aplicam-se à execução do presente Acordo de Cooperação Técnica a Lei n. 2.665, de 18 de dezembro de 2012, bem como a Norma de Planejamento de Conduta de Ensino (NPCE).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Torna-se eleito a Comarca de Palmas – TO para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionados administrativamente.

E, por estarem assim acordados, firmam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos fins de fato e de direito, na presença das testemunhas que subscrevem o documento.

Palmas-TO, 14 de dezembro de 2021.



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor da Unitins

CARLOS EDUARDO DE SOUZA
FARIAS - CEL. QOBM
Comandante Geral do CBMTO

Testemunhas:

1) Nome:

CPF:

2) Nome:

CPF:



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Partícipe				C.N.P.J	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS				07.924.551/0001-90	
Endereço					
Quadra 403 Sul, AV. LO-09 ESQ. AV. NS-05					
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E.A	
Palmas	TO	77015-560	(63) 3218-2763	Estadual	
Nome do Responsável				CPF	
CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS				007.406.994-23	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função		Matrícula	
n. 00.016-98 CBMTO	Coronel	Comandante Geral		67201-1	

Órgão/Entidade Partícipe				C.N.P.J	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS				01.637.536/0001-8	
Endereço					
Quadra 108 SUL, Alameda 12, s/n – Plano Diretor Sul					
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E.A	
Palmas	TO	77020-122	(63) 3218-2940	Estadual	
Nome do Responsável				CPF	
AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS				793.465.701-30	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função		Matrícula	
SSP/GO	Professor	Reitor		810167	

2 – NOME DO PROJETO

Acordo de Cooperação Técnica e Intercâmbio Científico, Tecnológico e Cultural, para a realização de atividades voltadas ao Aperfeiçoamento Profissional, que entre



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



si celebram a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO.

3 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta de cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como de atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum. Além do compartilhamento de infraestrutura física e logística para execução das atividades.

4 – JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Conforme determina a legislação, os servidores concursados do CBMTO devem realizar o Curso de Formação de Praças – CFP, que visa capacitar o discente para a promoção à Graduação de Soldado 2ª Classe, Soldado 1ª Classe e Cabo, conforme Art. 38, I, §1º, I, da Lei n. 2.665, de 18 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.778.

O acordo em questão visa a cooperação técnica e o intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre a UNITINS e o CBMTO, objetivando o aperfeiçoamento e qualificação dos servidores estaduais pertencentes ao quadro do CBMTO.

Nesse sentido, a presente proposta de cooperação e compartilhamento possibilitará a consolidação das linhas de pesquisa e extensão de trabalhos informatizados, com intuito de aprimoramento da oferta de cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, nas modalidades de ensino presencial, semipresencial e/ou à distância, até porque o servidor público é peça fundamental de uma gestão pública eficiente e de qualidade.

A cooperação entre instituições é um meio para atingir resultados mais amplos, além de conquistar outras perspectivas em projetos de pesquisa científica e extensão universitária. Existem inúmeros benefícios com a cooperação entre instituições como compartilhamento de recursos físicos, que contribuem para o desenvolvimento de pesquisa científica que economizam recursos e estes podem ser utilizados de forma sustentável. Também há compartilhamento de recursos humanos com possibilidade



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



de desenvolvimento de projetos multidisciplinares e inovadores, que atendam a formação de recursos humanos e as demandas da comunidade, bem como contribuir para o desenvolvimento Regional do Estado do Tocantins.

5 – DESCRIÇÃO DO PLANO (METAS)

- I. Promover cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização e cursos de aprimoramento.
- II. Qualificar os servidores do CBMTO em cursos de capacitação, graduação, pós-graduação em nível de especialização, nas modalidades de ensino presencial, semipresencial e/ou à distância.

6 - ETAPA OU FASE DA EXECUÇÃO

Para execução do presente Acordo de Cooperação, serão elaborados programas de trabalho, que possibilite a execução das atividades citadas no item 5 deste Plano de Trabalho, nos quais serão definidos o objeto, responsabilidades específicas dos participantes, os prazos, execução, a metodologia e os procedimentos necessários a elaboração dos cursos, devidamente detalhado no PPC e outros instrumentos correlatos.

7 – IDENTIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO PROJETO

I. Pelo **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO TOCANTINS**

Comandante Geral - Carlos Eduardo de Souza Farias

Endereço: Quadra 403 Sul, LO-09 com NS-05, Palmas-TO CEP: 77015-560

Telefone: (63) 3218-2763

E-mail: cmtgeral@bombeiros.to.gov.br

II. Pela **UNITINS**

Pró-Reitora de Graduação – Alessandra Ruita Santos Czapski

Endereço: Quadra 108 SUL, Al. 12, s/n - Centro, Palmas -TO, CEP 77020-122

Telefone: (63) 3218 - 4936

E-mail: alessandra.rs@unitins.br



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES		RESPONSÁVEIS		DURAÇÃO	
AÇÕES	ETAPAS DE EXECUÇÃO			INÍCIO	TÉRMINO
1. Acordo de Cooperação Técnica	-	UNITINS	CBMTO	12/2021	12/2022
2. Edital nº 16 – CBMTO, de 16 de novembro de 2021.	2.1 - Resultado final no concurso Público.	-	CBMTO	11/2021	-
3. Decreto Nº 6.342, de 17 de novembro de 2021.	3.1 – Homologação do resultado final do concurso público.	-	CBMTO	-	11/2021
3. Seleção dos professores	-	UNITINS	CBMTO	01/2022	02/2022
4. Matrícula dos alunos	-	UNITINS	-	01/2022	02/2022
5. Elaboração/implantação do curso	-	UNITINS	CBMTO	02/2022	06/2023
6. Execução do curso	-	UNITINS	CBMTO	02/2022	06/2023

7 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não está previsto o repasso de recursos financeiros. Cada partícipe arcará com o ônus de acordo com as responsabilidades assumidas no Acordo ao qual este Plano de Trabalho é vinculado.

8 – APROVAÇÃO DOS PARTÍCIPES

APROVADO o Plano de Trabalho.

Palmas/TO, 14 de dezembro de 2021.


AUGUSTO DE REZENDE CAMPOS
Reitor da UNITINS


CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIAS – CEL QOBM
Comandante Geral do CBMTO